



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS NO PORTUGUÊS FALADO
EM LUANDA-ANGOLA: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO-
HISTÓRICO**

Este trabalho foi desenvolvido com o
financiamento da Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Feira de Santana-BA
2022

MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA

**A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS NO PORTUGUÊS FALADO
EM LUANDA-ANGOLA: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO-
HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo

Feira de Santana-BA
2022

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Silva, Manoel Crispiniano Alves da

S581c A colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola: um estudo sociolinguístico e sócio-histórico. / Manoel Crispiniano Alves da Silva. Feira de Santana, 2022.
130f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2022.

1.Sociolinguística variacionista. 2.Colocação dos pronomes clíticos. 3.Português luandense. 4.Variedade angolana. I.Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III.Título.

CDU: 801:30

Maria de Fátima de Jesus Moreira – Bibliotecária – CRB5/1120

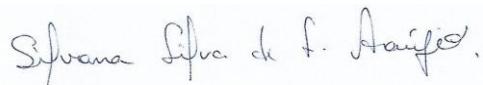
TERMO DE APROVAÇÃO

MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO- HISTÓRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo - Orientadora
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Profa. Dra. Huda da Silva Santiago - Membro interno
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



Profa. Dra. Silvia Rodrigues Vieira - Membro externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me dado forças para concluir este trabalho;

À minha família, razão do meu viver, em especial a minha mãe, Marina Alves, ao meu pai, Raimundo Silva e as minhas irmãs, Andréia Alves e Vangerleia Alves, por todo incentivo e apoio e por sempre acreditarem no meu potencial;

À tia Clarice, à tia Del e a seu Deval, minha família feirense, por todo apoio e por terem me adotado como membro das suas famílias;

À minha orientadora, Silvana Araújo, pela forma competente, humana e leve que orientou esta pesquisa, pela sua amizade, pela parceria acadêmica, pelas palavras de incentivo nos momentos mais tensos da escrita do presente trabalho;

À professora Huda Santiago pelas valiosas contribuições que deu ao meu trabalho, por me mostrar, diariamente, que competência e simplicidade são virtudes que devem caminhar juntas;

À professora Sílvia Vieira pelas ricas contribuições que deu a minha pesquisa, pela disponibilização de materiais extremamente relevantes para a execução desta investigação e, sobretudo, pelos caminhos metodológicos sugeridos desde a defesa do anteprojeto que resultou nesta pesquisa;

À professora Zenaide Carneiro pelas contribuições que deu ao meu projeto e pelas aulas sobre a ordenação dos clíticos pronominais;

À professora Norma Lúcia Fernandes de Almeida, a Maiara Lemos, a Warley Campos e a Leandro dos Santos pelas sugestões e pelas trocas acadêmicas;

Ao professor Patrício Barreiros por ter sido um coordenador sempre solícito e aberto ao diálogo e pelo excelente trabalho desenvolvido como docente da disciplina Metodologia da Pesquisa em Estudos Linguísticos;

A Marcus Sene, exemplo de ser humano e pesquisador, pela parceria acadêmica estabelecida durante esses anos;

À Normeide, minha segunda mãe, por sempre acreditar em meu potencial e me incentivar;

Aos meus docentes da educação básica que tanto contribuíram para o meu aprendizado, em especial a Silvana Reis, a Devanei Gomes, a Decirley Gomes, a Rosângela Maia, a Silvana Silva, a Paulo Alves e a Érica Aragão;

À Juliete Macêdo, a Sérgio Santana, à Rosana Carvalho, a Abimael Ferreira, amigos que a pós-graduação me deu, pelas trocas acadêmicas e pelas palavras de incentivo durante os momentos tensos desse período de formação;

Aos governos progressistas de Lula e Dilma pelo projeto de democratização do ensino superior que possibilitou um aluno da rede pública de ensino e de origem popular chegar a um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*;

Aos amigos que a academia me deu e considero como membros da minha família pelo apoio incondicional, em especial a Everton Souza, a Isaú Lima, a Daniela Macêdo, a Lucas de Paiva, a Rodrigo Guimarães, a Jackeline Azevedo, a Rafael de Souza e a Ícaro Cedraz;

A todos os amigos que sempre estiveram ao meu lado durante esta jornada, dando-me apoio e palavras de incentivo, em especial a Wanderson Lima, a Valtércia Ferraro, a Mique Pires, a Cecília Brito e a Idália Pires;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento a esta pesquisa, o que me possibilitou uma dedicação exclusiva à produção deste trabalho.

RESUMO

A colocação dos pronomes clíticos é um fenômeno morfossintático que individualiza a variedade brasileira em relação à europeia. Isso porque, no português europeu, a colocação pronominal é condicionada por fatores linguísticos – como o elemento que antecede o verbo e o contexto sintático – enquanto, no português do Brasil, há uma generalização da próclise. Esse fenômeno já foi amplamente estudado na realidade sociolinguística brasileira com dados diacrônicos e sincrônicos sob diferentes perspectivas teóricas. Em variedades africanas do Português, entretanto, embora já existam alguns estudos sobre o fenômeno variável em questão, desenvolvidos com base em amostras representativas da língua portuguesa falada, é inegável que ainda faltam estudos que analisem os padrões linguísticos variáveis da posição dos clíticos pronominais. Assim, esta pesquisa, fundamentada no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança, visa a contribuir com a superação da referida lacuna, buscando primordialmente analisar os padrões de colocação dos pronomes clíticos, no português urbano falado em Luanda, capital de Angola, considerando os contextos formados por lexias verbais simples com verbos na forma finita e infinita. Para tanto, utilizaram-se dados orais coletados em entrevistas sociolinguísticas gravadas em Luanda, nos anos de 2008 e 2013, com angolanos que declararam ter o português como língua materna, pertencentes ao acervo linguístico do projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro - Fase III”, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa. Destarte, os resultados mostram que a ordem dos clíticos no português luandense é um fenômeno variável, com maior frequência de uso da variante proclítica. A variabilidade na posição dos clíticos nessa comunidade de fala é condicionada por fatores linguísticos e socioculturais, sendo selecionadas, em nível de relevância estatística, como favorecedoras da próclise, as seguintes variáveis (i) Tipo de oração, (ii) Elemento que antecede o verbo, (iii) Modo e forma verbais, (iv) Tipo de clítico, (v) Escolaridade e (vi) Língua de Intercomunicação. Em síntese, os resultados evidenciam que, na amostra do português luandense, a próclise é produtiva em todos os ambientes sintáticos, inclusive diante de elementos não proclisadores tradicionais, a exemplo de sujeito e de conjunção coordenativa e quando o verbo está em posição inicial absoluta, contexto não variável na norma europeia. A análise comparativa entre as variedades do português quanto à ordenação dos clíticos pronominais mostra que, em um *continuum*, o PA é a variedade africana que está mais próxima do PB, posto que é possível verificar uma tendência à generalização da próclise em todos os contextos. Portanto, esta investigação contribui com a agenda de estudos que investigam a realidade sociolinguística das variedades do português na África.

Palavras-chaves: Sociolinguística variacionista; Colocação dos pronomes clíticos; Português luandense; Variedade angolana.

ABSTRACT

The placement of clitic pronouns is a morphosyntactic phenomenon that individualizes the Brazilian variety in relation to the European one. This is because, in European Portuguese, the pronominal placement is conditioned by linguistic factors – such as the element that precedes the verb and the syntactic context – while, in Brazilian Portuguese, there is a generalization of proclisis. This phenomenon has already been widely studied in the Brazilian sociolinguistic reality with diachronic and synchronic data from different theoretical perspectives. In African varieties of Portuguese, however, although there are already some studies about the variable phenomenon in question, developed based on indicative samples of the spoken Portuguese language, it is undeniable that there is still a lack of studies that analyze the variable linguistic patterns of the position of pronominal clitics. Thus, this research, based on the theoretical-methodological framework of the Theory of Language Variation and Change, aims to contribute to overcoming this gap, primarily seeking to analyze the patterns of placement of clitic pronouns in urban spoken Portuguese in Luanda, capital of Angola, considering the contexts formed by simple verbal lexical units with verbs in finite and infinite forms. For this, oral data collected in sociolinguistic interviews recorded in Luanda, in 2008 and 2013, with Angolans who declared having Portuguese as their mother tongue, belonging to the linguistic collection of the research project “In search of the roots of Brazilian Portuguese - Phase III”, located at the Portuguese Language Studies Center. Thus, the results show that the order of clitics in Luanda Portuguese is a variable phenomenon, with a higher frequency of use of the proclitic variant. The variability in the position of the clitics in this speech community is conditioned by linguistic and sociocultural factors, being selected as statistically relevant the favorability of proclisis in the following variables (i) Type of clause, (ii) Element that precedes the verb , (iii) Verb mood and form, (iv) Clitic type, (v) Education and (vi) Intercommunication Language. In summary, the results show that, in the sample of Portuguese from Luanda, proclisis is produced in all syntactic contexts, including in the face of traditional non-proclysing elements, such as subject and coordinating conjunction and when the verb is in the absolute initial position, non-variable context in the European standard. The comparative analysis between the varieties of Portuguese regarding the ordering of the pronominal clitics shows that, in a continuum, the Angolan Portuguese is the African variety that is closest to the Brazilian Portuguese, since it is possible to verify a tendency towards the generalization of proclisis in all contexts. Therefore, this investigation contributes to the agenda of studies that investigate the sociolinguistic reality of the varieties of Portuguese in Africa.

Keywords: Variationist Sociolinguistics; Placement of clitic pronouns; Luandan Portuguese; Angolan variety.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	A evolução da variante proclítica do século XIII ao XVI em documentos não literários	49
Tabela 02	A alternância na colocação pronominal diante dos elementos que antecedem o verbo no Contexto de Variação I em Cartas Brasileiras	51
Tabela 03	A alternância entre ênclide e próclise, segundo o Contexto de Variação II em Cartas Brasileiras	52
Tabela 04	A variação na colocação pronominal em Contexto de Variação II nas Cartas do Sertão Baiano (Século XX)	55
Tabela 05	A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita do PE	56
Tabela 06	A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita no PB	61
Tabela 07	A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita no PM	63
Tabela 08	Distribuição geral dos resultados referente à ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples no português oral luandense	87
Tabela 09	Aplicação da próclise segundo a variável “Tipo de oração” na amostra do português falado em Luanda-Angola	91
Tabela 10	Aplicação da próclise segundo a variável “Elemento que antecede o verbo” na amostra de fala do português luandense	94
Tabela 11	A produtividade da próclise segundo o contexto antecedente ao clítico pronominal	102
Tabela 12	Aplicação da próclise segundo a variável “Modo e forma verbais” na amostra do português falado em Luanda-Angola	103
Tabela 13	Aplicação da próclise na amostra de fala do português luandense segundo a variável “Tipo de clítico”	105
Tabela 14	Distribuição de próclise e ênclide de acordo com o cruzamento das variáveis “Tipo de oração” <i>versus</i> “Tipo de clítico”	108
Tabela 15	Aplicação da próclise na amostra de fala do português luandense segundo a variável “Escolaridade”	111
Tabela 16	Distribuição de próclise e ênclide de acordo com o cruzamento das variáveis “Elemento que antecede o verbo” <i>versus</i> “Escolaridade”	111
Tabela 17	Aplicação da próclise segundo a variável “Língua de Intercomunicação” na amostra de fala do português luandense	113
Tabela 18	A colocação pronominal na variedade brasileira, santomense, europeia e moçambicana em lexias verbais simples	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações não dependentes absolutas e principais	46
Quadro 02	Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações não dependentes coordenadas	47
Quadro 03	Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações dependentes desenvolvidas e reduzidas	47
Quadro 04	Elementos favorecedores e desfavorecedores da próclise em lexias verbais simples no PE contemporâneo	58
Quadro 05	Estratificação da amostra de fala dos informantes que declararam ter o português como L1	74
Quadro 06	Estratificação da amostra de fala do português como L1 segundo as variáveis sociais	76
Quadro 07	Agrupamento dos fatores segundo o contexto antecedente ao clítico pronominal	82

GRÁFICO

GRÁFICO 01	Distribuição geral dos resultados da ordem dos clíticos pronominais no português luandense com um constituinte verbal	89
------------	---	----

LISTA DE SIGLAS

PE	Português Europeu
PB	Português Brasileiro
PVB	Português Vernacular Brasileiro
PA	Português Angolano
PM	Português Moçambicano
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
NELP	Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa
L1	Língua Materna
L2	Segunda Língua
V1	Posição Inicial Absoluta
UPA	União dos Povos de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação Nacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
TLI	Transmissão Linguística Irregular
LL	Língua Lexificadora
VARSUL	Variação Linguística na Região Sul
GBPS	Galves; Brito e Paixão de Souza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
1.1	JUSTIFICATIVA	05
1.2	OBJETIVOS	09
1.3	QUESTÕES DE PESQUISA	10
1.4	HIPÓTESES	10
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA	13
2.1	O COLONIALISMO DE PORTUGAL EM ANGOLA	13
2.2	O EMBATE ANTICOLONIAL E A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA	15
2.3	OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO E DA GUERRA CIVIL NA CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA	19
3	A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	28
3.1	A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA	28
3.2	DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA À LINGUÍSTICA SÓCIO- HISTÓRICA: POR UMA ANÁLISE GLOBALIZANTE DA COMUNIDADE DE FALA	32
3.3	A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO	34
4	PANORAMA DA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS E VARIEDADES DO PORTUGUÊS	40
4.1	A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS SEGUNDO OS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS	40
4.2	A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS NA LÍNGUA PORTUGUESA: BREVE PANORAMA DIACRÔNICO	44
4.3	A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM VARIEDADES CONTEMPORÂNEAS	55
4.3.1	A colocação dos pronomes clíticos no português europeu contemporâneo	56

4.3.2	A colocação dos pronomes clíticos no português brasileiro contemporâneo	59
4.4	A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS	63
4.4.1	A variedade moçambicana	63
4.4.2	A variedade são-tomense	67
4.4.3	A variedade angolana	68
4.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO: OBSERVANDO AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS	70
5	METODOLOGIA	73
5.1	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	73
5.2	ETAPAS DA PESQUISA	75
5.3	APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS	75
5.3.1	A variável dependente	75
5.3.2	As variáveis independentes	76
5.3.2.1	As variáveis sociais/ extralinguísticas	76
5.3.2.2	As variáveis linguísticas	77
5.4	TRATAMENTO QUANTITATIVO DAS OCORRÊNCIAS	86
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	88
6.1	DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RESULTADOS	88
6.2	AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES	91
6.3	BREVE COMPARAÇÃO DOS PADRÕES DE VARIAÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS EM VARIEDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA	116
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

Pautada no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]); LABOV (2003, 2008 [1972]), esta pesquisa tem como foco a investigação dos padrões de variação na colocação dos clíticos pronominais em estruturas formadas por único verbo, com esse na forma finita e infinita no português urbano contemporâneo falado na cidade de Luanda, capital de Angola. Para alcançar esse fim, foram utilizados dados orais coletados em campo e levantados nas transcrições das entrevistas sociolinguísticas gravadas em 2008 e 2013 em Luanda, pertencentes ao *corpus* do projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), vinculado ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP).

As sentenças de 01 a 06, a seguir, retiradas do *corpus* analisado, em que o clítico pronominal se configura em estrutura com apenas um verbo, exemplificam os dados considerados na pesquisa e, por outro lado, as 07 e 08, estruturas oracionais em que o clítico aparece em complexo verbal, isto é, oração constituída por mais de um verbo, os que não foram considerados.

Ex. 01: “**Me chamo** A. da C.” (M, Faixa C, Nível I, C)¹.

Ex. 02: “**Refiro-me** a filmes violentos...” (H, Faixa A, Nível III, I).

Ex. 03: “Sim, tem, tem. **Eu me lembro**... lembro que meus pais tavam de viagem, meus pais tavam de viagem e nós brincávamos muito, nós íamos pra o lado da praia” (H, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 04: “Então, quando **ele apercebe-se** do perigo, já é tarde” (H, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 05: “Ele prestava seus serviços na Angomédica e acredito que ele entrou no laboratório sem, sem luva, sem máscara e **acho que intoxicou-se né?**” (M, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 06: “**Acho que me divirto** todos os dias de dia no tenho ... a minha diversão no é festas ou no sei quanto mas saio, converso com os amigos, acho que vou me distraindo” (H, Faixa A, Nível III, C)

¹ Legenda: Sexo do informante: M= Masculino, F= Feminino. Faixa etária: Faixa A (21 a 35 anos), Faixa B (36 a 51), Faixa C (a partir de 52 anos). Nível de escolaridade: Nível I (Baixa ou nula), Nível II (Ensino Médio) e Nível III (Ensino Superior). Local de nascimento: I= Interior; C= Capital.

Ex. 07: “É muito difícil, é muito difícil. Porque nos dois lados a pessoa precisa dedicar-se, sendo professora devo dar o máximo para que os alunos aprendam e como estudante devo empenhar-me pra que tenha bom desempenho então tem sido mesmo difícil conciliar isso tudo” (M, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 08: “Ele disse sim, então quando vocês estiverem, aí você pega, eu vou vos acompanhar até em casa e vê se você me dá um tempo, para me conversar com ele” (M, Faixa A, Nível I, I).

Este trabalho visa a investigar o tema que a gramática tradicional (GT) nomeia de colocação de pronomes átonos², e que, neste trabalho, será chamado de colocação de “pronomes clíticos”. Nesse sentido, segundo Martins (2013, p. 21), clítico pode ser definido como um item lexical em que não há um acento prosódico, mas, diferentemente dos afixos, goza de liberdade posicional como as palavras. Para a pesquisadora, além dos pronomes pessoais complementos, *o, a, os, as, lhe, lhes, se, me, te, nos, vos*, denominados de “clíticos especiais”, podem ser considerados clíticos também os artigos definidos, os pronomes interrogativos *que* e *porque*, o pronome relativo *que*, as conjunções *que, se, mas, e, ou*, as preposições *de, para, por, com, em* e o quantificador *cada*.

Para Martins (2013), os pronomes clíticos pessoais são denominados de “especiais” por apresentarem um comportamento singular, que os particulariza entre os clíticos, que é a variabilidade na posição. Esses podem estar proclítico à palavra acentuada (e.g. “Ele não *se cala*”), enclítico (e.g. “Ele *cala-se*”) ou estar em uma posição interna ao verbo, isto é, ocorrendo a mesóclise, quando o verbo que o acompanha está no futuro do presente e do pretérito (e.g. “Ele *calar-se-á*”) (MARTINS, 2013, p. 21-22).

Doravante, seguem a justificativa, os objetivos que se pretende alcançar, as questões de pesquisa às quais o presente trabalho deseja responder, as hipóteses aventadas e, por fim, a apresentação da estrutura da dissertação.

1.1 JUSTIFICATIVA

A colocação dos pronomes clíticos é um fenômeno de natureza morfossintática (TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2004) e fonológica (VIEIRA, S., 2002) que particulariza a variedade brasileira em relação à europeia, pois há uma generalização da variante

² A respeito do debate sobre essa nomenclatura levando em consideração a ordenação dos pronomes no PB, por um viés fonológico, conferir Cunha (1981, p.225) e Cagliari (1992, p.54).

proclítica no português brasileiro (PB) oral contemporâneo (LOBO, 1992; VIEIRA, S., 2002; VIEIRA, M. F., 2016; CARNEIRO, 2016; ARAUJO, SILVA, 2019, entre outros), sendo que a ênclise é utilizada, nesta variedade, em estruturas específicas, como em contextos de indeterminação do sujeito, “reclama-se de tudo aqui”, em estruturas formadas pelos clíticos “o, a (s)” antecedidos por verbo no infinitivo, “reencontrá-lo” e em expressões fixas, como em “dane-se”.

Por outro lado, o português europeu (PE) diferencia-se do PB porque a variabilidade na posição dos clíticos é muito sensível ao ambiente sintático e aos elementos que os antecedem, não tendo as variáveis sociais efeito no condicionamento da colocação dos clíticos (LOBO, 1992; VIEIRA, S., 2002; VIEIRA, F., 2011, 2016; BIAZOLLI, 2016). Em outras palavras, no PB, independentemente da presença ou da ausência de um elemento considerado proclisador, ocorre a próclise; no entanto, a variante proclítica acontece, no “português d’além-mar”, em contextos específicos, quando há, em orações finitas, itens lexicais considerados “atratores” antes do verbo, como negação, interrogativas diretas, quantificadores etc. (ROUVERET, 1989).

A ordenação dos pronomes clíticos pronominais já foi bastante estudado com dados de fala do PB contemporâneo (LOBO, 1992; VIEIRA, S., 2002; CARNEIRO, 2015; VIEIRA, M. F., 2016; ARAUJO; SILVA, 2019, entre outros) e com dados de escrita contemporâneos (VIEIRA, S., 2002; PETERSON, 2010; BIAZOLLI, 2016) e com dados de escrita em sincronias passadas (LOBO, 1992, 1996; PAGOTTO, 1992; MARTINS, A.; SCHEI, 2003; CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUZA, 2005; MARTINS, M., 2009; LEMOS, 2019, entre outros). Assim sendo, julga-se que essa temática é relevante para ser investigada com dados do português luandense por dois motivos principais, a saber: (i) por permitir que se descreva e se analise a sistematicidade que envolve o uso dos clíticos pronominais em uma variedade formada por meio de intenso contato interlíngüístico entre a língua portuguesa transplantada e as africanas ocorrido em outros espaços que não o brasileiro e (ii) por permitir que se avalie o efeito da aquisição do português como L1 em um contexto multilíngue no qual convive a língua portuguesa e as línguas africanas.

Nesse sentido, vale destacar que, por muito tempo, a Linguística no Brasil, com o objetivo de compreender as características da língua portuguesa falada nesse país, contrastou essa variedade à europeia. Por outro lado, a partir da década de 1930, com as publicações de Mendonça (1933) e de Raimundo (1933), de forma mais sistemática, o

contato intenso e maciço da língua portuguesa e das línguas africanas que ocorreu na sócio-história do Brasil, de forma mais intensa nos três primeiros séculos, vai merecer atenção dos linguistas brasileiros.

Assim, reconhecendo a relevância desses estudos pioneiros, advoga-se que, para uma efetiva compreensão do PB, não se pode minimizar o papel desempenhado pelas línguas africanas na constituição dessa variedade. Esta investigação, ao propor estudar os padrões de variação dos clíticos pronominais, em uma variedade formada em circunstância histórica semelhante à do Brasil, contribui para a agenda de estudos que vem sendo desenvolvida, a qual investiga a língua portuguesa em variedades africanas da língua portuguesa, podendo trazer indícios para o debate sobre o efeito do contato linguístico na formação do PB.

A demografia histórica do Período Colonial apresentada por Mussa (1991) evidencia que a presença africana em solo brasileiro foi significativa durante esse período. Os africanos escravizados e os seus descendentes perfizeram, em média, um total de 60% da população, suplantando as outras etnias (europeus, brancos brasileiros e índios integrados). A partir do século XVII, por razões econômicas, os africanos bantos que vieram para o Brasil eram oriundos, majoritariamente, do Congo e de Angola, como aponta Bonvini (2013, p. 27):

Durante o século XVI, os portugueses detinham o monopólio do tráfico, desde o porto de Arguim [ilha da costa ocidental africana], as ilhas de Cabo Verde, até o forte de São Jorge de Mina (até 1637), passando pela ilha de São Tomé, acima do Equador. Esta será para os portugueses o primeiro grande centro de distribuição de escravos levados do continente. Depois, nos séculos XVII e XVIII, será Angola que exercerá esse papel centralizador, por intermédio de dois reinos negros que prosperarão entre 1670 e 1750: um ao sul, denominado Benguela; outro ao norte, chamado Ndongo - donde o título *ngóla*, exclusivo dos chefes desse reino, que servirá para forjar o termo Angola para designar em seguida o conjunto do país - que será o grande reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro.

Assim, ao chegarem à colônia, os escravizados tiveram que adquirir o português para compreenderem, principalmente, as ordens dos seus senhores. Entretanto, esse processo de aquisição da língua do colonizador se deu de forma precária, visto que adquiriram o português como L2 em fase adulta em condições adversas por meio da oralidade, reestruturando-o e, apesar de reunir condições sócio-históricas, não chegou a formar uma nova língua, isto é, um *pidgin* ou um crioulo (LUCCHESI, 2019), mas uma variedade com evidências do intenso contato interlingüístico e da maneira imperfeita com

que foi adquirida (LUCCHESI, 2001, 2015; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Essa variedade, conhecida como “português geral brasileiro”, é, portanto, o antecedente histórico do português popular do Brasil (MATTOS E SILVA, 2004).

No bojo dessa discussão, fica evidente a pertinência da hipótese aventada por Petter (2009, 2015), segundo a qual a pesquisadora postula haver um *continuum* afro-brasileiro do português entre as variedades formadas em contexto histórico de colonização e expansão da língua portuguesa, desde as variedades parcialmente reestruturadas, a exemplo da brasileira, da moçambicana, da angolana e das línguas crioulas de base lexical portuguesa, como de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Na mesma esteira, Avelar e Galves (2014) apresentam evidências científicas de fenômenos morfossintáticos em que é possível observar uma convergência entre a língua portuguesa falada no Brasil, nos países africanos e as línguas do grupo banto.

Pelos dados sócio-históricos supracitados, reitera-se que não se deve minimizar o papel do contato linguístico entre a língua portuguesa e as línguas africanas, em especial do grupo banto, no debate sobre a constituição do PB. Assim, a comparação entre aspectos morfossintáticos obtidos, por meio de dados orais e escritos do PB e de outras variedades não europeias do português, a exemplo do português angolano (PA), pode trazer elementos para a discussão sobre as mudanças induzidas pelo contato na emergência da gramática da língua portuguesa nas ex-colônias de Portugal.

Quanto à ordem dos clíticos pronominais, não há dúvidas de que existe uma literatura produzida sobre o fenômeno com dados diacrônicos do português (LOBO, 1992, 1996; PAGOTTO, 1992; MARTINS, A.; SCHEI, 2003; CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUZA, 2005; MARTINS, M., 2009; LEMOS, 2019, entre outros) e com dados de fala do PE moderno (VIEIRA, S., 2002; VIEIRA, F., 2011, 2016; BIAZOLLI, 2016) e de escrita (VIEIRA, S., 2002; BIAZOLLI, 2016, entre outros) e com amostras de fala do PB contemporâneo (LOBO, 1992; VIEIRA, S., 2002; CARNEIRO, 2015; VIEIRA, M. F., 2016; ARAUJO; SILVA, 2019, entre outros) e com dados de escrita contemporâneos (VIEIRA, S., 2002; PETERSON, 2010; BIAZOLLI, 2016, entre outros). Dito isso, fica evidente que, ainda hoje,

[e]studar a colocação pronominal pode parecer, à primeira vista, uma aventura com pouco retorno, dado o caráter aparentemente exaustivo do tratamento já dispensado ao velho tema – seja, tradicionalmente, associando-o às diferenças entre as variedades brasileira e portuguesa, seja, modernamente, utilizando essa diversidade para o estabelecimento dos princípios e parâmetros gramaticais adotados na(s) gramática(s) do Português.

Ilude-se quem assim pensa. **Na verdade, confunde-se o número de vezes em que já se focalizou o assunto com a sua suposta integral compreensão** (VIEIRA, S., 2002, p. 23, grifo nosso).

Em razão disso, esta pesquisa pretender lançar um novo “olhar” a respeito “do velho tema”. Isso porque, embora já existam estudos sobre o fenômeno variável em questão, desenvolvidos com base em amostras representativas das variedades da língua portuguesa faladas em países africanos, a exemplo dos trabalhos de Vieira, S. (2002), Vieira M. F. (2016), Vieira S. e Vieira M. F. (2018), Araújo e Silva (2018) e Caetano (2019), é inegável que faltam estudos sociolinguísticos suficientes que investiguem a posição dos clíticos pronominais em variedades africanas do português, em especial no português luandense.

Desse modo, este estudo colabora para o preenchimento dessa lacuna ao investigar a posição dos clíticos pronominais em lexias verbais simples, utilizando, para esse fim, entrevistas sociolinguísticas gravadas em Luanda. Posteriormente, tais resultados obtidos serão comparados com os alcançados por outros pesquisadores com amostras do PB, da variedade moçambicana, da são-tomense e da angolana, bem como estudos desenvolvidos com dados do PE, norma de referência para essas variedades não europeias do português.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo principal contribuir com a agenda de estudos que investigam variedades africanas de língua portuguesa, analisando, para tanto, a colocação dos pronomes clíticos em estruturas formadas por verbo único com esse na forma finita ou infinita no português falado na cidade de Luanda-Angola, descrevendo a realidade sociolinguística dessa comunidade de fala.

Outrossim, a presente investigação tem como objetivos específicos: (i) identificar os fatores estruturais e extralinguísticos que condicionam o uso da colocação pronominal no português luandense; (ii) analisar se a posição dos clíticos, nessa comunidade de fala, no tempo aparente, sugere uma variação estável ou uma mudança em curso; (iii) investigar as semelhanças e as diferenças qualitativas e quantitativas entre o português falado no Brasil e em Luanda-Angola, com base na colocação dos clíticos; (iv) descrever as similaridades e as dessemelhanças, em relação à colocação dos

pronomes clíticos, entre o português de Luanda e o PE, (v) realizar um estudo contrastivo entre os resultados obtidos na amostra de fala do português luandense com os alcançados por outros pesquisadores nas variedade moçambicanas e são-tomense, (vi) contribuir para o conhecimento do *continuum* afro-brasileiro e (vii) fazer descrição de aspectos sócio-históricos de Angola e, particularmente, de Luanda.

1.3 QUESTÕES DE PESQUISA

Com esta pesquisa, pretende-se responder às seguintes questões:

- a) Quais são os padrões de uso da colocação pronominal em lexias verbais simples no português urbano falado em Luanda?
- b) Há variação ou ênclise categórica em contexto de verbo em posição inicial absoluta (V1) no português luandense, já que esse é um contexto de ênclise na história e na atual sincronia do PE e de generalização da variante proclítica no PB?
- c) As variáveis sociais condicionam o fenômeno em estudo? Ou a variabilidade posicional dos clíticos é condicionada apenas por fatores linguísticos?
- d) Há uma tendência definida entre elementos proclisadores e não proclisadores ou existe uma tendência geral à proclisão?
- e) Há diferença entre os padrões de colocação entre as orações dependentes e as não dependentes sintaticamente?
- f) No que tange à colocação dos pronomes clíticos em orações formadas por apenas um único verbo, no português falado em Luanda, esse fenômeno apresenta similaridades ou diferenças em relação aos padrões de colocação da variedade brasileira e de outros países que foram formados em circunstância histórica de expansão territorial e de dominação portuguesa?

1.4 HIPÓTESES

Para as perguntas apresentadas anteriormente, aventam-se as seguintes hipóteses:

- a) A ordem dos clíticos pronominais no Português de Luanda é variável;

- b) O contexto de verbo em posição inicial absoluta (V1) é variável, diferenciando-se do PE, norma do antigo colonizador e de referência linguística para Luanda;
- c) Diferente do PE, a sintaxe dos clíticos pronominais é condicionada tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais;
- d) Ocorre um amplo quadro de variação nos mesmos contextos sintáticos, ou seja, a dicotomia entre elementos proclisadores e não proclisadores não é tão significativa como no PE;
- e) Nos contextos de maior liberdade sintática – nas orações não dependentes –, a regra é variável com preferência pela ênclise, enquanto as dependentes favorecem a próclise;
- f) Quanto à ordem dos clíticos em estruturas formadas por apenas um vocábulo verbal, devido às circunstâncias históricas de formação, serão encontradas certas semelhanças entre as variedades urbanas do PA, do português são-tomense e do português moçambicano, similaridades que, qualitativamente, confirmam haver um *continuum* entre essas variedades formadas por meio do intenso contato linguístico e um certo distanciamento com a norma europeia.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Incluindo esta seção introdutória, a presente dissertação estrutura-se em sete seções. Nesta primeira, descreveu-se o objeto de estudo em investigação, além de apresentar a justificativa, as hipóteses, as questões de pesquisa e os objetivos que se pretende alcançar.

Na segunda seção, intitulada “A formação sócio-histórica de Angola e a sua realidade sociolinguística”, apresentam-se dados sobre a sócio-história e os aspectos linguísticos dessa nação.

Na terceira seção, denominada “A Sociolinguística Variacionista: os pressupostos teóricos”, são discutidos os fundamentos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, da Linguística Sócio-histórica e da Sociolinguística de Contato, correntes teóricas que embasam a presente pesquisa.

Na quarta, nomeada como “Panorama da colocação dos pronomes clíticos em diferentes perspectivas e variedades do português”, realiza-se uma revisão do estado da

arte sobre a ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples na diacronia e na sincronia do PB e do PE, além de socializar estudos desenvolvidos com dados de variedades africanas da língua portuguesa. Os trabalhos sistematizados foram pautados em diferentes perspectivas teóricas e desenvolvidos com dados orais e de escrita.

Na quinta, intitulada “Metodologia”, apresentam-se os caminhos metodológicos adotados para a execução desta pesquisa.

Na sexta, que se intitula “Apresentação e discussão dos resultados”, são sistematizados os resultados alcançados na amostra do português urbano falado em Luanda e, posteriormente, tais resultados são comparados aos obtidos por outros pesquisadores em amostras de fala e de escrita de variedades africanas da língua portuguesa e do PE, a fim de verificar as similaridades e as diferenças entre elas.

Na sétima, são apresentadas as considerações finais alcançadas com o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, apresentam-se as referências utilizadas.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Nesta seção, são feitas algumas reflexões acerca da formação sócio-histórica da nação angolana e apresentados aspectos a respeito da sua realidade sociolinguística, pois se acredita que o conhecimento desses fatores pode contribuir para a compreensão da ecologia linguística de Luanda, já que a língua é uma realidade sócio-histórica e cultural.

2.1 O COLONIALISMO DE PORTUGAL EM ANGOLA

Com o objetivo de ampliar as relações comerciais, expandir o seu domínio e propagar o Cristianismo, Portugal, durante o período histórico que ficou conhecido como Grandes Navegações, tornou-se um grande Império Ultramarino mercantilista do século XVI, conquistando colônias na América, na Ásia e na África. Nesse contexto de descobertas, a Coroa Portuguesa chega à Angola por volta do século XV dominando esse território até 1975.

Os primeiros contatos entre os angolanos e os representantes de Portugal se deram no século XV, em 1482-83, e ocorreu no Reino do Congo, tendo a frota portuguesa o comando de Diogo Cão, o qual aportou na foz do rio Zaire. Inicialmente, a presença portuguesa nesse território ficou, até meados do século XIX, circunscrita ao litoral. Porém, após as decisões finais da Conferência de Berlim sobre a ocupação do território, os colonialistas, com o objetivo de explorar a sua nova colônia, empreenderam as “Guerras de Ocupação”. Esse processo não se deu de forma pacífica, visto que grandiosa foi a resistência do povo angolano contra o Colonialismo, pois Portugal conseguiu dominar totalmente o país só em 1926 (MINGAS, 2000, p. 30). Essa exploração sistemática de Angola findou em 11 de novembro de 1975, quando o país se tornou independente politicamente.

Para implementar o seu projeto colonizador nas terras “recém-descobertas”, os portugueses encontraram várias dificuldades, dentre as quais estavam o desconhecimento das línguas e da cultura e os conflitos com os povos autóctones. Para tanto, os portugueses utilizaram estratégias para conquistar o território e os nativos, dando aos líderes africanos, como “presentes”, objetos até então desconhecidos, a exemplo de utensílios, roupas e adornos.

Além disso, africanos do Congo levados para Portugal foram, de forma intencional, tratados bem, adquiriram a língua portuguesa e hábitos culturais da Metrópole, criando, assim, uma boa impressão do país, para que, quando retornassem à Angola, divulgassem tais informações e facilitasse, desse modo, a lógica colonial pretendida (CAREGNATO, 2011).

A chegada dos portugueses ao Reino do Congo e ao Ndongo causou profundas transformações sociais, políticas e culturais. Antes do advento do colonizador, a organização social desses reinos era coletiva, não havia propriedade privada, sendo a terra utilizada para a subsistência das comunidades. No entanto, com a presença lusa nessas terras, “[c]om o passar do tempo e a centralização política na figura de um líder político, essas relações acabaram sendo substituídas ou passaram a coexistir com o modo de relação tributário ou asiático” (CAREGNATO, 2011, p. 118).

Outra grande transformação apontada pelo referido pesquisador foi a institucionalização do Catolicismo nas terras africanas, o que resultou na imposição dessa nova crença religiosa. Ademais, nesse período histórico, houve a diminuição demográfica desses estados devido ao tráfico de escravos para América, em especial para o Brasil. Dessa forma, esses fatos evidenciam que o processo de colonização relegou a identidade cultural dos povos subjugados e transformou seres humanos em objetos de mercado que poderiam ser comercializados.

Durante o Período Colonial, segundo Mingas (2000), a sociedade estava organizada em dois grupos principais: os portugueses e os angolanos, os quais, por sua vez, se subdividiam. Os portugueses dividiam-se em duas categorias: “colonialistas” ou “agentes da colonização” e “colonos” ou “instrumentos da colonização”. No que diz respeito aos nativos angolanos, esses eram divididos em “Assimilados” e “Indígenas”.

Essa divisão social também se reflete na ocupação da cidade, a qual estava estruturada em três zonas. A costa era o centro, onde moravam os colonialistas, na segunda zona, habitavam os colonos e uma parte dos assimilados e, nos arredores, distante desses lugares privilegiados, a parcela mais populosa constituída de “Assimilados” e “Indígenas” (MINGAS, 2000, p. 44).

Os colonos, em sua maioria, eram indivíduos degredados enviados para a então colônia para auxiliar no processo de povoamento e na exploração. Essa parcela envolveu-se com a população nativa e, por conseguinte, resultou em uma parcela expressiva de mestiços em Angola. Em razão disso, o número de portugueses nascidos na colônia

começou a superar os que nasciam na metrópole; “[a]ssim, os colonialistas decidiram fazer a diferença entre eles pelo que, eram *Portugueses ou brancos de primeira* os nascidos em Portugal e *de segunda*, os nascidos em Angola” (MINGAS, 2000, p. 45, grifo no original). Os primeiros gozavam de certos privilégios, como ajuda econômica e acesso a cargos de alta chefia na colônia.

No que diz respeito aos angolanos, os “Assimilados” eram nativos que conseguiram uma ascensão social, pois dominavam o português e os hábitos culturais que se assemelhavam aos do colonizador e gozavam de certos privilégios, a exemplo de não pagar impostos; os filhos possuíam o direito de estudar com crianças portuguesas e podiam possuir o registro de nacionalidade portuguesa. Por outro lado, havia “os Indígenas”, que pagavam impostos e não tinham os direitos que os assimilados possuíam; no entanto, o indígena poderia tornar-se “Assimilado” após a realização de exames, no qual “deveria demonstrar saber falar correctamente a língua portuguesa e mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a ilustração e os hábitos individuais e sociais dos cidadãos portugueses, em especial, comer à mesa” (MINGAS, 2000, p.47).

2.2 O EMBATE ANTICOLONIAL E A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

A sócio-história de Angola é marcada por sucessivas lutas em defesa do seu território e contra o jugo português. Assim, não se pode achar que a independência política dessa nação seja um ato de cansaço da coroa portuguesa em colonizar e que, em razão disso, os portugueses tenham decidido “descolonizar” e reconhecer a insubordinação de tal país em relação à Metrópole, após quase cinco séculos de colonização, visto que esse fato histórico foi consumado graças à bravura e à luta do povo angolano, que perdurou quatorze anos, vitimando muitos patriotas.

Após a Segunda Guerra Mundial, cresce o movimento pela autodeterminação dos territórios ultramarinos, sendo de orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) que os povos promovessem seu governo (SILVA, 2016, p. 156). No entanto, indo de encontro às recomendações da ONU e da comunidade internacional, Portugal, que vivia um período ditatorial do Estado Novo, sob o comando de Antônio de Oliveira Salazar, recusava-se a reconhecer como legítimas as lutas pela independência das suas colônias. Enquanto isso, eclodiam movimentos nacionalistas armados em Angola entre

fevereiro e março de 1961 que foram duramente reprimidos com a justificativa de manter a ordem.

Nesse contexto, tropas foram enviadas para Luanda e o Governo começou a elaborar uma estratégia conhecida como “africanização”, isto é, cooptou africanos para integrarem as forças armadas coloniais, por ser mais barato do que trazer frotas da Europa e pelo fato deles serem nativos e, consequentemente, conhecerem e já estarem adaptados à terra. Em recompensa, os colonizadores davam-lhe melhores condições de vida e apresentavam-nos como exemplos que deveriam ser seguidos (PEIXOTO, 2009, p. 75). Além disso, visando a supostamente promover justiça social e tentar ganhar a adesão do povo angolano, enfraquecendo os movimentos independentistas, um conjunto de reformas foi implementado pelo governo salazarista (PEIXOTO, 2009, p. 81-84).

A luta armada contra o domínio português se iniciou em 15 de março de 1961, sob o domínio do grupo nacionalista UPA (União dos Povos de Angola), conforme evidencia Nunes (2002 *apud* Silva, 2018, p. 8):

[...] No dia 15 de Março de 1961, Angola acordou sobressaltada com notícias preocupantes sobre algo de muito grave que ocorria nos distritos de Uíge, Zaire e Cuanza Norte. Os portugueses tomaram, então, conhecimento da existência da UPA (União dos Povos de Angola), movimento independentista que, acoitado no Congo ex-belga e com o apoio de algumas organizações internacionais, cometia naquela região um generalizado massacre. Hordas enlouquecidas, armadas com catanas, assassinavam selváticamente pessoas de todas as raças, credos e idades, destruíam as estruturas econômicas e viárias e incendiavam as fazendas e as povoações daquela tão vasta e rica região, fazendo do Norte de Angola um verdadeiro inferno. Desolação, casas fumegantes, estradas cortadas e cadáveres por todo o lado, eram só o que a observação aérea podia detectar. As populações aterrorizadas refugiaram-se nas matas, fugiram para os países vizinhos ou acolheram-se a alguns núcleos de resistência, como Carmona, Negage, Mucaba ou Quimbele, aguardando a chegada de socorros. Por seu lado, as autoridades militares reagiram às atrocidades com as poucas forças armadas disponíveis, que unidades metropolitanas reforçaram, e sustiveram o ímpeto da UPA.

De início, dois movimentos independentistas foram os responsáveis por protagonizar as principais frentes de luta contra o jugo português: a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), tendo, em 1958, sob a comando de Holden Roberto, a sua nomenclatura mudada para simplesmente UPA. Em 1963, “[o]bjetivando a modernização do discurso do grupo, a UPA passou a ser chamada, desde então, de Frente Nacional de Libertação de Angola” (SILVA, 2016, p. 161). Por outro lado, havia o Movimento Popular de Libertação Nacional (doravante MPLA) que, inicialmente, teve a direção do poeta Mário Pinto de Andrade e posteriormente de Agostinho Neto. Em

síntese, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o MPLA configuraram-se as principais forças de batalha pela Independência de Angola.

Na segunda metade da década de 1960, surge um terceiro grupo: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esse movimento foi construído por membros que outrora já fizeram parte dos dois grupos, a exemplo do fundador e presidente do partido, Jonas Sidónio Malheiro Savimbi, ex-integrante da FNLA, em que ocupou o cargo de conselheiro executivo e Ministro dos Negócios Estrangeiros (AGOSTINHO, 2011, p. 12-13). Nesse sentido, é preciso salientar que

[...] a importância efetiva da UNITA nas páginas da história angolana não esteve tanto na fase da guerra anticolonial, mas justamente após a independência – quando os Estados Unidos, sob a égide da Doutrina Reagan, juntamente com a África do Sul, o apoiaram aberta e diretamente como forma de combater o governo do MPLA, apoiado diretamente por Cuba (SILVA, 2016, p. 58).

A guerra pela libertação de Angola eclodiu no momento em que o mundo presenciaava a Guerra Fria. Os movimentos de Libertação alinharam-se a vários países de acordo com suas afinidades políticas e ideológicas, visando à ajuda bélica e financeira. A FNLA aproximou-se dos países de cultura capitalista, recebendo auxílio dos Estados Unidos e, posteriormente, da África do Sul. Por outro lado, o MPLA, de base marxista-leninista, alinhou-se ao campo soviético e cubano.

Apesar do MPLA não se intitular como um movimento “comunista” e manter uma política de “não alinhamento”, era declarada a posição de filiação política-ideológica do seu líder Agostinho Neto às ideias do “Marxismo-leninismo”, sendo, assim, “[...] impossível não vinculá-lo a este campo político, visto que seus homens eram treinados em Cuba, na Coréia do Norte, na Bulgária e na própria URSS” (PEIXOTO, 2009, p. 112).

Durante os quatorze anos que perdurou a luta armada, não houve união entre as forças independentistas. Isso se justifica pelo fato de que, apesar de terem como objetivo em comum a libertação política do país, esses movimentos buscavam protagonismo, tinham ideologias e finalidades diferentes, além de receber apoios de países diferentes. Assim, “[...] essa divergência entre os movimentos trouxe enormes vantagens às forças portuguesas, que soube aproveitá-las oportunamente, resultando em enormes perdas aos movimentos e um longo curso na luta de libertação” (AGOSTINHO, 2011, p. 26).

A Revolta Armada que ocorreu em Portugal em 25 de abril de 1974, conhecida como Revolução dos Cravos, colocou fim na ditadura salazarista e abriu caminhos para a

Independência de Angola. Nesse período, segundo Agostinho (2011, p. 28-29), fatores como: (i) a política de descolonização das colônias, por parte do Movimento das Forças Armadas que tomou o poder; (ii) as pressões internacionais que o país passou a sofrer, inclusive da ONU; (iii) o desejo de deixar Angola era muito grande entre os oficiais e os soldados alistados. Devido a tais fatores, Portugal percebeu que a solução para o fim da Guerra Colonial não viria pela força bélica, mas pelo diálogo com os movimentos.

Assim, em 21 de outubro de 1974, a assinatura do acordo de cessar-fogo entre o MPLA e os militares portugueses, pois tanto o FNLA e a UNITA já haviam assinado tal documento, oficialmente, esse ato pôs fim à Guerra contra o Colonialismo português (PEIXOTO, 2009, p. 144). A partir desse marco histórico, abriram-se diálogos entre os representantes dos três principais movimentos e o governo Português para decidir como seria o reconhecimento da Independência de Angola. Isso possibilitou a assinatura do Acordo de Alvor em 15 de janeiro de 1975.

O referido documento instituiu algumas cláusulas que aspiravam ao reconhecimento da Independência de Angola. Nesse sentido, de forma sumarizada, dentre as cláusulas, ele previa: (i) o Governo Português reconhecia os três movimentos, MPLA, UNITA e FNLA, como legítimos representantes do povo angolano; (ii) o direito de Angola ter a sua Independência política; (iii) o estabelecimento para 11 de novembro de 1975 da data oficial para a proclamação da Independência do país (AGOSTINHO, 2011, p. 29-30). No entanto, as profundas divergências entre os partidos levaram-nos a lutar entre si pelo poder.

Oficialmente, a Independência foi proclamada em 11 de novembro de 1975. Esse fato histórico deveria marcar o fim dos conflitos políticos e uma nova era para o país livre da subordinação da colônia, constituindo um Estado independente, porém, paradoxalmente, tal evento inaugurou uma nova fase de luta que apresenta efeitos até a atualidade ao país.

Depois de quatro séculos de colonização, esse processo de dominação territorial e imposição cultural chegou ao fim. Após proclamada a independência por Portugal, “[...] o MPLA proclamou a República Popular de Angola e a FNLA e a UNITA, em conjunto, a República Democrática de Angola. Constituíram-se dois governos paralelos, o primeiro em Luanda, o segundo no Huambo” (AGOSTINHO, 2011, p. 40). No entanto, os países reconheceram, apenas, o governo do MPLA. Dessa forma, a vitória da República Popular de Angola, que levou ao poder Antônio Agostinho Neto, dava início, de forma oficial, a

uma Guerra Civil que começou em seguida à assinatura do Acordo de Alvor e perdurou 27 anos (1975-2002).

Por conseguinte, foram inúmeras as consequências trazidas por essas sucessivas guerras ao país. Em busca de melhores condições de vida, sofrendo os efeitos das guerras, muitos angolanos migraram das províncias para Luanda, a então capital e centro administrativo da nação-independente, trazendo, pois, os seus hábitos culturais e o seu multilinguismo. Tal constatação fica evidente neste trecho da entrevista gravada com uma luandense, natural do Huambo:

Ex. 09: DOC: Há quanto tempo veio morar em Luanda?

INF: “Olha, estou aqui desde mil novecentos e noventa e dois. Por questões de guerra, tivemos que abandonar a nossa cidade e vir pra Luanda” (F, Faixa B, Nível 2, I).

A história dessa participante da pesquisa assemelha-se a de milhares de outros moradores de Luanda. Isso fica evidente em diversas partes das entrevistas sociolinguísticas, nas quais os participantes relatam ter migrado para Luanda para ter uma melhor qualidade de vida, pois as guerras devastaram muitas províncias.

2.3 OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO E DA GUERRA CIVIL NA CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

No que diz respeito à grande diversidade de línguas faladas na África, Petter (2015) pontua que a diferença entre língua e dialeto é mais política do que eminentemente linguística, já que ambas as categorias cumprem uma função comunicativa, diferenciando-se pelo fato da língua ter um caráter oficial e o dialeto não oficial. A língua oficial está associada ao poder político, sendo que, em contexto de colonização, é a língua do colonizador que, normalmente, recebe esse *status*. Segundo Bagno (2017, p. 243), com isso “[o] objetivo é fazer com a língua o mesmo que se faz com o território: a unificação sob um poder central para garantir a lealdade dos súditos à Coroa”.

Nesse panorama, conforme aponta Petter (2015), o número de línguas no continente africano não é fixo, pois, com o trabalho de descrição e de documentação linguística, algumas línguas perderam o seu *status* de línguas, sendo agrupadas em

dialetos, ou o contrário. Isso acontece em decorrência da dificuldade de estabelecer fronteiras objetivas que diferenciem ambos os conceitos.

Além desses fatores, o desconhecimento das línguas africanas é fruto do projeto de Colonização que proibia o uso e o estudo de tais línguas, visando tornar o português como língua hegemônica frente ao multilinguismo angolano.

Em relação à realidade linguística de Angola, o referido cenário de indefinição não é diferente. Não há dúvidas de que Angola é caracterizada por um multilinguismo; no entanto, há uma divergência entre os linguistas africanistas em precisar o número de línguas existentes nessa nação, como bem destaca Lusakalalu (2005, p. 09 *apud* UNDOLO, 2014, p. 80, grifo nosso):

[n]um trabalho publicado em 1994, a linguista alemã Huth afirma que existem em Angola 64 línguas. Esta contagem contrasta significativamente com [...] outra, apresentada pelo linguista angolano Kukanda, **segundo o qual Angola conta com 9 línguas bantu.** Para se chegar a mais de sessenta línguas, Angola teria de ter mais de cinquenta línguas não-bantu [...]. A margem de erro entre os dois linguistas não se consegue conciliar.

No bojo dessa discussão, vale trazer à baila o que postula Inverno (2018, p. 88) sobre a indefinição das línguas africanas que compõem a ecologia linguística de Angola: “[a]tualmente, a estimativa mais completa de que dispomos é de Lewis, Simons e Fenning (2015), que, partindo de dados disponíveis em fontes diversas, compilam uma lista de 38 línguas africanas documentadas no país: 34 bantu e quatro khoisan”.

No panorama sociolinguístico de Angola, a língua do antigo colonizador, o português, coabita com as línguas africanas, em sua maioria pertencentes às línguas do grupo bantu; “[s]ão elas, a título de exemplo, o Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Nyaneka, Kwanyama, Mbunda, Ciluba, Ciluvale, Ocihelelo, Ndonga, Kikongo, Humbi, etc.” (UNDOLO, 2014, p. 66).

Em vista do que foi exposto, fica evidente que não se sabe o número exato de línguas africanas faladas no território angolano, visto que há uma divergência na literatura, mas é inegável que o multilinguismo, a diglossia e os contatos linguísticos caracterizam a realidade linguística dessa nação.

Após a chegada dos portugueses, com o objetivo de implementar o seu projeto colonizador e construir uma sociedade monolíngue, a Coroa lusitana combateu e desincentivou as línguas da terra. Isso se justifica, porque, segundo Bagno (2017, p. 299),

[o] multilinguismo, embora seja a situação predominante habitual no mundo, sempre tem sido visto como um “problema” pela ideologia que advoga o monolinguismo como ideal para os fins de unificação territorial, política, cultural e ideológica sintetizados no lema “uma nação, um povo, uma língua”, desde o surgimento do conceito de Estado-nação a partir dos finais do século XVIII.

Esse ponto de vista se efetiva em Angola, visto que, durante o Período Colonial, foi adotado um conjunto de políticas linguísticas por Portugal, a fim de impor a sua norma linguística em detrimento do multilinguismo existente na colônia. Em virtude desse processo histórico, o português foi instituído como língua oficial, ou seja, essa passaria a ser a língua do ensino, da literatura, da comunicação oficial, da justiça, enfim, das instâncias de poder na sociedade.

Sobre essa questão, Timbane e Tamba (2020) argumentam que o multilinguismo nunca foi visto como um problema na África, posto que esse é recorrente e normal em todos os grupos étnicos. O problema reside no ato de não se respeitar a diversidade linguística, a cultura e os costumes do outro em nome de uma unidade que nada mais é do que denegar o valor das línguas nativas e impor uma língua.

Nesse período colonial, a escola não era democrática e o ensino não era obrigatório, tendo acesso apenas os filhos dos portugueses e dos “Assimilados”. Nas instituições de ensino, os educandos tinham o direito de aprender línguas estrangeiras, como o Inglês, o Francês e o Alemão, porém era negado aos angolanos aprender uma língua local, a língua nativa dos seus pais. Portanto, o discente era proibido de falar qualquer língua autóctone no ambiente escolar, tendo a vigilância da polícia política portuguesa, PIDE, que via na utilização das línguas da terra ou das vestimentas locais um ato subversivo, podendo o pai responder, por tais atitudes, na referida polícia (MINGAS, 2000).

Segundo Mingas (2000), a cidade de Luanda, linguisticamente, no período colonial, estava organizada da seguinte forma: (i) a maioria da população era monolíngue, falante de Kimbundo, (ii) uma parcela da sociedade era bilingue, falante de Kimbundo e Português e (iii) e a menor parte era monolíngue falante da língua portuguesa. Por outro lado, devido ao processo histórico de aculturação imposto por Portugal e o conjunto de políticas linguísticas que aspiravam a impor o português como única língua que deveria ser falada, esse panorama, na véspera da Independência do país, estava alterado, sendo que “[...] o número de locutores monolíngues (kimbundo) tinha diminuído em favor dos

locutores bilíngues (kimbundo/ português) e monolíngues (português)” (MINGAS, 2000, p. 52).

Além das políticas linguísticas de coibição das línguas da terra e da imposição da norma europeia, vale destacar que as referidas línguas não tinham o estatuto de língua, sendo designadas, de forma pejorativa, de “dialeto”. Tal realidade começa a ser alterada após a Independência do país, visto que o governo angolano passa a valorizar, a reconhecer e a incentivar o estudo dessas línguas, passando a ser conhecidas na Constituição como patrimônio cultural (INVERNO, 2018, p. 86). Nessa circunstância, foi criado o Instituto Nacional de Línguas, em 1979, que passou a ser chamado, posteriormente, Instituto de Línguas Nacionais, em 1983. (MINGAS, 2000, p. 54). A criação dessa instituição representa um grande avanço no que diz respeito aos estudos das línguas locais.

Outro avanço obtido pela sociedade angolana, após se tornar independente politicamente, foi o aumento da população nas escolas. Essa democratização no acesso ao ensino, que antes era um privilégio dos filhos dos portugueses e dos assimilados, se deu em decorrência de dois fatores: a gratuidade e a Guerra Civil. No entanto, essa massa populacional, ao chegar aos ambientes escolares, teve como língua de ensino o português e não as línguas africanas. Essa política de denegação e falta de instrução nas línguas nativas levou a muitas implicações na aprendizagem do português como L2 e os indivíduos que tinham o português como L1 aprenderam como segunda, terceira ou, até mesmo quarta, uma língua europeia e não as línguas que fazem parte do convívio familiar e social (MINGAS, 1998).

Essa realidade fica evidente em diversas partes das gravações realizadas com luandenses, os quais relatam saber falar apenas o português e, até mesmo, línguas estrangeiras, mas não aprenderam nenhuma língua da terra. Isso se evidencia, por exemplo, na fala de um participante jovem, de 32 anos, do sexo masculino, natural de Luanda, o qual lamenta não falar nenhuma língua africana, como pode ser visualizado abaixo:

Ex. 10: DOC: Qual é a sua língua nativa?

INF: “Por origem, eu teria dito quimbundo, mas, infelizmente, o pessoal da minha geração e depois de setenta e cinco, é... dificilmente tem o domínio da língua quimbundo. Então continuamos, infelizmente, com a língua veicular que é o português. Que,

infelizmente, basta ser uma língua nacional em medida que une os angolanos de leste a leste”.

DOC: Então, propriamente, só fala português.

INF: “Falando, de fato, só o português”.

DOC: Com que idade e circunstância aprendeu a falar o português?

INF: “Isso já é herança de berço. Qualquer um de nós, quando nasceu, foi incutido a falar português. Não, eu domino um bocado inglês e francês, mas língua veicular, falo com melhor propriedade é sem dúvida o português”.

Nessa conjectura, é relevante analisar o que pensa a população angolana sobre a temática. Por esse ângulo, Silva, Sene e Araújo (2018) analisaram as crenças linguísticas dos informantes luandenses e, dentre as perguntas feitas, estava se eles achavam importante que as línguas nacionais fossem ensinadas na escola e chegaram a esta conclusão: “[a] maioria das respostas apresentadas é a crença de que, por se tratar da língua da “terra”, do “berço”, da “mãe”, ela deve ser aprendida na escola como forma de propagar e consagrar a cultura local” (SILVA; SENE; ARAUJO, 2018, p. 347).

Os pesquisadores apresentam um trecho da entrevista, retirado do *corpus* analisado, em que é possível verificar que a informante defende o ensino das línguas nativas pelo fato da língua portuguesa ser a língua da colonização e não a língua nativa deles: “Eu acho que devem aprender todas as línguas nacionais porque **a língua portuguesa não é nossa língua**. Por isso que é obrigado a aprender todas, nas escolas da iniciação. Tem que aprender logo uma língua nacional. (M.J, falante da norma popular³, 50 anos, grifo nosso)” (SILVA; SENE; ARAUJO, 2018, p. 348).

O reconhecimento das línguas autóctones como nacionais não foi o suficiente para promover e fazer com que elas alcançassem o privilégio da língua da colonização. Tal fato se justifica, pois “[h]ouve independência política e falta a proclamação da independência linguística.” (TIMBANE; TAMBA, 2020, p. 100). Para lançar a referida independência, os africanos precisam atuar em algumas frentes, como: (i) lutar pela oficialização das línguas autóctones, sobretudo nas comunidades onde são faladas; (ii) buscar a implementação do ensino bilíngue, no qual a criança possa ter a sua instrução na língua oficial e na sua língua; (iii) estimular a produção de literatura, de arte, de cultura

³ Norma Popular é utilizado para se referir ao uso linguístico dos segmentos da sociedade que possuem baixa ou nenhum nível de escolarização formal.

em línguas locais e que tais produções sejam divulgadas por meio da mídia televisiva e escrita nas respectivas línguas e (iv) desenvolver ações para combater o preconceito linguístico (TIMBANE; TAMBA, 2020, p. 101).

Nesse cenário, tendo em vista as políticas adotadas durante a Colonização, vale analisar o percurso da língua portuguesa em Angola, historicizado por Inverno (2008). Segundo a pesquisadora, nos primórdios do Período Colonial, em Luanda, as línguas Kikongo e Kimbundu eram as mais faladas na colônia, sendo que, no século XVII, passou a ser a mais utilizada no dia a dia na referida cidade. Não obstante, conforme postula Inverno (2008, p. 174), com base em Vansina (2001), a Metrópole, tendo como finalidade impor a sua língua, adotou a seguinte medida:

[e]m 1760, a escola jesuíta foi encerrada, por ser considerada responsável pela difusão do kimbundu, e em 1765 o governador Sousa Coutinho emitiu um decreto que obrigava os pais a utilizarem português em casa, na educação dos seus filhos e no contacto com os escravos. Contudo, os portugueses eram ainda muito poucos para imporem a sua língua. A situação manteve-se inalterada até meados do século XIX, altura em que o português começou gradualmente a ser mais falado na colônia.

Após a Independência do Brasil, Portugal, com receio de perder mais uma colônia, voltou-se para Angola e deu início à colonização sistemática do território angolano, expandindo o seu domínio para o interior. Apesar de uma maior presença de colonos em Angola, no século XIX, o Kimbundu continuou sendo a língua mais falada, coexistindo com o português em uma situação de diglossia que perdura até a atualidade e caracteriza essa nação africana. No entanto, na segunda metade do século XX, há uma generalização da língua portuguesa nos centros urbanos entre as diferentes camadas da sociedade que tinham línguas do grupo banto como L1 (INVERNO, 2008, 2009).

Esse crescimento da língua portuguesa nos centros urbanos, a exemplo de Luanda, como L2 dos angolanos adultos e como L1 dos mais jovens, pode ser explicada por várias razões. Primeiro, explica-se por ser a língua oficial e falar o português sem influências das línguas nacionais era condição basilar para conseguir uma ascensão social. Assim, os “Assimilados” evitavam falar sua língua materna na presença dos filhos e proibiam que eles a falassem e a aprendessem. Por conseguinte, “[...] a partir dos anos 25/30, os filhos dos “Assimilados” começaram a ter o português como língua primeira” (MINGAS, 2000, p. 50).

Além disso, sofrendo os efeitos da Guerra Civil, muitos angolanos migraram para as urbes em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem a esses lugares falando a sua língua nativa, tiveram que adquirir, em condições imperfeitas, por meio da oralidade e de oitiva, o português, pois essa era língua veicular e condição primordial para conseguir uma mobilidade social.

No entanto, apesar das políticas linguísticas adotadas para generalizar o português entre os povos angolanos, Inverno (2018), com base nos dados de 2016 do Instituto Nacional de Estatística (INE), destaca que as línguas nacionais ainda são a L1 da esmagadora maioria da população e o português é essencialmente utilizado como L2. Segundo Inverno (2008), devido ao precário acesso da população à escolarização e aos meios de comunicação, veículos difusores da norma de prestígio, a variedade do português que está a se generalizar em Angola diferencia-se, em todos os níveis da gramática, da norma-padrão europeia, visto que essa variedade em formação surge fruto de um intenso e maciço contato da língua-alvo com as do grupo banto, sendo fortemente influenciada por estruturas dessas línguas africanas.

Em linha similar, Inverno (2018) advoga que as dificuldades de acesso à norma-padrão e a manutenção das línguas africanas sendo faladas no cotidiano são fatores que levaram a uma aquisição da língua portuguesa de forma imperfeita, resultando em um *continuum* de variedades do português faladas em Angola em que é possível verificar “[...] diversas características linguísticas das L1 africanas e das diferentes variedades de português em presença, isto é, interlínguas dos aprendentes, a variedade atestada por Schuchardt (1888) e diferentes variantes geográficas do PE” (INVERNO, 2018, p. 95).

Durante muito tempo, a Linguística no Brasil comparou a variedade brasileira e a norma do seu ex-colonizador, chegando à conclusão de que PB apresenta traços linguísticos que o diferenciam do PE, constituindo duas variedades da língua portuguesa com uma identidade linguística própria (TARALLO, 2018 [1993]). Não obstante, essa afirmação não é pacífica ao se tratar do português angolano. Isso porque duas hipóteses dicotômicas são aventadas a respeito. Inverno (2004, 2008, 2018) e Teixeira (2008, 2013) advogam que essa variedade ainda está em processo de formação. Por outro lado, com um entendimento diferente, Figueiredo e Oliveira (2013) e Banza (2014) acreditam que já se pode atribuir um estatuto de variedade nacional ao português vernacular angolano.

Para Inverno (2018), a democratização do acesso à escolarização e a urbanização são fatores que contribuíram para a aceleração da mudança linguística para o português a

partir de 1950 por parte da população urbana afro-portuguesa e afro-indígena, fazendo emergir fenômenos linguísticos que indicam uma variedade nacional ainda em formação:

[c]om o fim da Guerra Civil, as discussões em torno da língua portuguesa em Angola tomam evidente que muitos dos “desvios” previamente associados a falantes de português L2 estão igualmente presentes no discurso de falantes de L1, **generalizando-se a percepção, hoje unânime, de que estaria em formação em Angola uma nova variedade do português com tendências a generalizar-se a todo o território como L1 e L2 de um número crescente de angolanos** (INVERNO, 2018, p. 97, grifo nosso).

Essa tese é coadunada por Teixeira (2008, 2013). Apoiando-se em dados sócio-históricos e linguísticos, a pesquisadora afirma que a “angolanidade” ainda está em processo de formação, visto que essa não apresentaria traços linguísticos que a distinguem efetivamente do PE: “[o] país livrou-se do jugo português há pouco mais de trinta anos. Mudanças já estão ocorrendo e muitas hão de aflorar no momento em que o angolano assumir a sua angolanidade” (TEIXEIRA, 2008, p. 10).

Entretanto, Figueiredo e Oliveira (2013) postulam uma hipótese diferente, pois, para esses linguistas, já se pode atribuir um estatuto nacional à variedade angolana. Para tanto, eles estudaram o português afro-indígena de Jurussaca, comunidade quilombola situada no Norte do Pará, e o português falado no município do Libolo, situado na província do Kwanza-Sul, interior de Angola. Ao comparar essas duas variedades do português, notaram que há similaridades e diferenças entre essas comunidades, características que as distinguem em relação ao PE, levando-os a atribuírem o estatuto nacional para o português angolano (doravante PAng):

[n]o que concerne à questão das tendências e extensões de variação observadas no PLb⁴, confirmou-se um quadro de mudança consumada no uso dos clíticos, reflexivos e recíprocos, que o distancia do sistema padrão/normativo do PE e que, pelas suas semelhanças com o PAng, **concede evidências para que se reclame uma identidade própria para este. Esta identidade, por seu lado, constitui fundamento e mais valia inquestionáveis para que se reconheça e atribua o estatuto nacional de variedade ao PAng.** (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013, p. 71, grifo nosso)

Essa hipótese de que já se pode atribuir um estatuto de variedade nacional ao PA é defendida por Banza (2014, p. 36, grifo nosso):

⁴ PLb: Português do Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul, Angola;

[...] a variedade e dimensão das mudanças em curso ou já estabilizadas no português de Angola, que os estudos descritivos, em número crescente, **vão revelando parecem apontar para a necessidade de se assumir que há já uma norma do português de Angola, e que as características fundamentais desta variedade, já evidentes na norma culta**, devem ser assumidas na norma padrão, diminuindo, assim, as diferenças entre a norma ideal e a norma real e facilitando o ensino.

Em vista disso, Silva e Araújo (2020) realizaram uma revisão de literatura, reunindo trabalhos que tinham como objetivo comparar aspectos morfossintáticos do PB e do PA desenvolvidos por pesquisadores do NELP da UEFS para verificar qual hipótese se sustenta empiricamente. Após realizar o estado da arte, chegaram à seguinte conclusão:

[a]pós a revisão da literatura, os estudos desenvolvidos com dados de fala do português luandense, sendo esse representante do PA, mostraram que, para alguns fenômenos, há similaridade entre este e o português europeu (PE) e que, para outros, a similaridade verificada é com o PB. Essas direções contraditórias apontam que o PA é uma variedade ainda em processo de construção de sua identidade. Logo, coadunamos com a tese aventada por Inverno (2004, 2008) e Teixeira (2008, 2013), por julgarmos ser pertinente, tendo em vista o que demonstram os estudos empíricos realizados e a sócio-história de Angola (SILVA; ARAUJO, 2020, p. 01).

Os pesquisadores ponderam que tais resultados são preliminares e não conclusivos, porque “[a] identidade sociolinguística angolana cabe ser mais bem avaliada, com base em resultados empíricos obtidos a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas” (SILVA; ARAUJO, 2020, p. 10). Assim, para uma melhor caracterização do PA, advoga-se que é fundamental o estudo de diversos temas desenvolvidos a partir de diferentes perfis de amostras: urbanas e menos urbanas, isto é, constituídas nos grandes centros urbanos, como Luanda, e nas diferentes províncias, por meio de gravações sociolinguísticas com informantes que têm o português como L1 e o português como L2, e amostras de textos escritos com diferentes gêneros textuais.

Destarte, como esta pesquisa busca analisar um fenômeno morfossintático com dados de fala coletados em entrevistas sociolinguísticas, busca-se contribuir para a descrição da identidade linguística dessa comunidade de fala.

3 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para a análise da colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola, utilizou-se o quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2003, 2008 [1972]), pois se acredita que a referida teoria é coerente para descrever os padrões de regras variáveis em uma comunidade de fala culturalmente diversa e multiestratificada e, mediante sua metodologia quantitativa, ser possível, por intermédio de uma análise estatística, atestar a interferência dos grupos de fatores de natureza estrutural (linguística) e extralinguística (sociocultural) no condicionamento de fenômenos variáveis.

3.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA

Com o advento da Sociolinguística Variacionista na década de 1960, também denominada de Teoria da Variação e Mudança Linguística, Sociolinguística Laboviana ou Quantitativa, há uma ruptura epistemológica com a concepção de língua enquanto sistema homogêneo que predominava até então, segundo a qual, em uma ótica imanentista, mudança e sistema constituíam fatores que se excluíam mutuamente.

Entretanto, o Estruturalismo, ao pautar sua análise acerca da língua no axioma da homogeneidade, teve dificuldades em lidar com certos paradoxos, como explicar o porquê de o sistema, para funcionar, necessitar ser imune à variação e à mudança, mas continuar funcionando plenamente enquanto continua mudando. Com a abstração teórica feita pela corrente estruturalista (SAUSSURE, 1916), priorizando a *langue* (língua), ou seja, o sistema, em detrimento da *parole* (fala), questionamentos dessa natureza não puderam ser explicados, visto que “[a] associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 125).

Nessa perspectiva, ao compreender a língua como um sistema heterogêneo, mostrando que essa heterogeneidade não é livre nem aleatória, mas passível de análise científica sistemática, a Sociolinguística rompe com o axioma estruturalista que colocava como domínios dicotômicos o sistema e a mudança.

Esse modelo teórico passa a entender os fenômenos da variabilidade e da mudança como funcionais e engendrados na estrutura linguística, mostrando que tal

heterogeneidade é fruto do condicionamento de grupo de fatores estruturais, estilísticos e socioculturais, e que “[...] a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 36). Assim, assume que um sistema homogêneo não seria capaz de atender a situações comunicativas diversas que exigem do falante uma adequação de acordo com a situação sociocomunicativa na qual está inserido e servir a uma sociedade complexa, culturalmente diversa e multiestratificada.

Com o rompimento da noção formalista de estrutura pautada em sistema e homogeneidade, a concepção de língua como um sistema heterogêneo de regras variáveis faz com que a Teoria da Variação considere a mudança não um fato particular (individual) e inerente à fala, portanto, não sistêmico, mas encaixada na estrutura social e linguística da comunidade de fala onde ela se implementa:

[a]s gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala. Como estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para as gramáticas autônomas ou internamente consistentes (WEINREICH, LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 126, grifo nosso).

Visto isso, pode-se afirmar que, enquanto as teorias formalistas definiram a língua e o indivíduo como dicotomias, priorizando o idioleto do falante, a Sociolinguística elegeu como *locus* da sua pesquisa a coletividade, ou seja, decidiu estudar a gramática da comunidade de fala. Essa pode ser compreendida pela semelhança no compartilhamento de avaliação social acerca do uso da língua e não porque os membros falam exatamente da mesma forma, conforme assevera Labov (2008 [1972], p.150, grifo nosso):

[a] comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamentos avaliativos explícitos e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. De igual modo, por meio de observações do comportamento linguístico, é possível fazer estudos detalhados da estrutura de estratificação de classe numa dada comunidade.

A esse respeito, Guy (2000, p. 18) procura sintetizar as características de uma comunidade de fala apresentadas nas diversas definições encontradas na literatura sociolinguística, que apresentam certa convergência. São elas:

- características lingüísticas compartilhadas; isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usados na comunidade, mas não o são fora dela.
- densidade de comunicação interna relativamente alta; isto é, as pessoas normalmente falam com mais freqüência com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.
- normas compartilhadas; isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis lingüísticas.

Para a Sociolinguística Variacionista, toda mudança é o resultado da covariação de formas linguísticas alternantes que oferecem a mesma informação referencial – isto é, as variantes, apesar de serem diferentes, em princípio, se equivalem semanticamente, mas nem todo processo de variação implica uma mudança linguística. Nesse sentido, quando as variantes linguísticas seguem alternando sem que uma desapareça em detrimento da outra, há uma variação estável. Por outro lado, se a variante inovadora suplanta a outra com que estava em competição, ocorre uma mudança linguística. Em vista disso, procura-se investigar se, na comunidade de fala estudada, a ordem dos clíticos pronominais constitui uma variação estável ou uma mudança em curso ou concluída.

Tal constatação empírica é possível, porque, com a Teoria da Variação e Mudança Linguística, a ideia de que a mudança só poderia ser estudada no curso do tempo após ser concluída é superada, mostrando que um fenômeno pode ser passível de análise no momento da sua implementação, em um dado “estado da língua”. Para tanto, o pesquisador deve considerar a distribuição do fenômeno linguístico em função de diversas faixas etárias existentes em uma mesma comunidade de fala, com o fito de atestar se há mudança de uma geração para outra, metodologia de pesquisa que ficou conhecida como tempo aparente. Sendo assim, há uma refutação da clássica bifurcação saussuriana de diacronia/sincronia em função de uma abordagem pancrônica.

Além disso, vale mencionar a categorização proposta por Labov (2003, p. 243). Para o autor, um fenômeno linguístico pode ser considerado variável quando uma das formas alternantes apresenta um percentual de em torno de 5% a 95% do total das ocorrências. Por outro lado, quando uma das variantes perfaz 95% a 99% dos dados, considera-se como uma regra semicategórica, e no momento em que apenas uma forma linguística é usada, ou seja, 100% das ocorrências são de uma das formas possíveis, isso significa que não existe variação linguística e há uma regra categórica.

Desse modo, com base nesses postulados labovianos, esta pesquisa visa a investigar quais dessas regras se aplicam no que diz respeito à sintaxe dos pronomes clíticos na amostra de fala do português luandense. No contexto dessa discussão, é válido pontuar que, com base em dados empíricos, Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]) propõem fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, os quais foram estruturados em forma de problemas (questões) que uma teoria da mudança precisaria resolver. Os cinco clássicos problemas são assim identificados: (i) o problema dos Fatores Condicionantes; (ii) o problema da Transição; (iii) o problema do Encaixamento; (iv) o problema da Avaliação e (v) o problema da Implementação.

No âmbito do Problema dos Fatores Condicionantes, para a Sociolinguística Variacionista, a variação não é livre nem aleatória, mas condicionada por fatores linguísticos, estilísticos e sociais. Em razão disso, o problema das restrições deve determinar “o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 [2006], p. 121). Em outras palavras, o pesquisador necessita identificar os princípios gerais/universais que favorecem ou restringem o fenômeno da mudança linguística.

O Problema da Transição leva o pesquisador a descrever o caminho trilhado por uma variante até ser implementada no sistema linguístico. Isso porque a mudança não ocorre de forma abrupta, mas por meio de estágios, de um *continuum*, em que, primeiro, o falante aprende uma forma nova, essa variante covaria com a forma antiga na competência do indivíduo e, por fim, a forma inovadora suplanta a forma arcaica e se engendra no sistema. Dessa forma, o linguista precisa “[...] descobrir o estágio interveniente em que define a trilha pela qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 [2006], p. 122).

No que tange ao problema do Encaixamento, não há dúvidas entre os linguistas das diferentes abordagens teóricas de que a mudança deve ser compreendida como encaixada no sistema como um todo, cabendo, assim, à Teoria da Mudança descrever a natureza e a extensão do encaixamento (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 [2006]). Para isso, os referidos teóricos desmembraram o encaixamento em duas partes que se complementam: o encaixamento na estrutura linguística e o encaixamento na estrutura social.

À vista disso, ao considerar que a mudança não ocorre em um vácuo social, a Teoria da Variação e Mudança Linguística deve considerar na análise não apenas a

atuação dos aspectos estritamente estruturais que afetam o sistema, mas também a interferência de fatores extralingüísticos. Portanto, ao considerar o condicionamento das variáveis socioculturais na mudança, a Sociolinguística representa um significativo avanço da forma em que tal fenômeno vinha sendo concebido até então, possibilitando uma visão holística do processo histórico de mudança.

No que concerne ao problema da Avaliação, cabe à Teoria da Variação e Mudança a tarefa de constatar, empiricamente, por intermédio de testes de reação subjetiva, por exemplo, a avaliação social em relação aos fenômenos variáveis, pois a reação subjetiva que o falante tem em relação a uma determinada forma linguística pode favorecer a implementação da mudança ou retardar o processo. Isso posto, segundo Lucchesi (2004, p. 177), o problema da avaliação “[...] conduz a uma revisão do princípio saussuriano de que o indivíduo aceita o processo de estruturação passivamente”. Nesse contexto, é válido pontuar o que postula Labov (2008 [1972]) a respeito de que nem todas as mudanças, estejam elas em estágios iniciais ou avançados, recebem avaliação explícita ou reconhecimento da comunidade.

O problema da Implementação pode ser sintetizado, segundo Lucchesi (2004, p. 179), com o seguinte questionamento: “Por que uma dada mudança ocorreu em um momento e em um lugar determinados, e não em outro momento e/ou em outro lugar?” Para responder a essa pergunta, a teoria necessita considerar os estímulos e as restrições da comunidade de fala onde a mudança foi implementada e do sistema linguístico afetado pela mudança.

Diante do exposto, a presente pesquisa, ao descrever os padrões de uso no tocante à colocação pronominal, pretende considerar o problema do encaixamento linguístico e social e os fatores que condicionam o fenômeno investigado, e, por meio da metodologia em tempo aparente, contemplar o problema da transição.

3.2 DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA À LINGUÍSTICA SÓCIO-HISTÓRICA: POR UMA ANÁLISE GLOBALIZANTE DA COMUNIDADE DE FALA

A Sociolinguística nos moldes labovianos, conforme já se descreveu, tem como foco o estudo da língua no contexto social da comunidade de fala. Para tornar possível

esse estudo, as universidades brasileiras costumam constituir bancos de dados que possibilitam pesquisas de base empírica. Assim, os bancos de dados formados, com o fito de realizar estudos de cunho variacionista, estratificam a amostra de acordo com variáveis clássicas, como idade, escolaridade, sexo/gênero etc.

Entretanto, segundo Freitag (2011), muitas amostras, em sua fase inicial, contam com um número reduzido de participantes por célula, a exemplo do projeto Variação Linguística na Região Sul (VARSUL), que contou com apenas dois informantes por célula, o que leva a um questionamento: será que, de fato, apenas o controle das variáveis clássicas com base em dados de amostras homogeneizadas reflete o encaixamento social na estrutura linguística? Destarte, fica evidente que a relação entre língua e o “social” da Sociolinguística necessita ser aprofundada, com o avanço da ciência.

Em uma linha similar, Lucchesi (2012, 2015) advoga que a Sociolinguística Variacionista enfrenta dois grandes impasses teóricos que ainda não conseguiu superar: (i) considerar os mecanismos da competência linguística do falante na explicação dos processos de variação e mudança e (ii) compreender os resultados alcançados por meio do controle estatístico no contexto social mais amplo das disposições sociais e ideológicas, isto é, em sua dimensão sócio-histórica. Nesta subseção, pretende-se discutir este segundo desafio, pois se acredita que uma análise globalizante da comunidade de fala onde está encaixada a variação e a mudança é coerente para uma compreensão efetiva do fenômeno estudado.

Segundo Lucchesi (2015), muitas análises sociolinguísticas têm considerado os resultados das variáveis sociais obtidos pela metodologia quantitativa de forma isolada, fator que tem resultado, em muitas análises variacionistas, em relações mecanicistas e ahistóricas entre as variantes estudadas e os fatos sociais, o que leva a muitas generalizações, sem levar em consideração outros fatores que permitem uma análise mais globalizante da comunidade de fala analisada.

Para superar o referido obstáculo teórico, o pesquisador propõe que os resultados alcançados não sejam interpretados de forma mecanicista, analisando apenas as variáveis que foram selecionadas como relevantes estatisticamente, mas vê-las como indícios do encaixamento social e procurar compreendê-las à luz de uma Linguística Sócio-histórica, não sendo essa compreendida como uma forma de estudar a variabilidade e a mudança

linguística em sincronias passadas⁵, mas como uma “Sociolinguística” interdisciplinar (LABOV, 2008 [1968]). Assim, conforme postula Lucchesi (2015, p. 60, grifo nosso),

Essa nova abordagem pode dar ensejo a uma ruptura epistemológica, não se devendo mais falar em termos de uma Sociolinguística (presa à sua ortodoxia), **mas em uma Linguística Sócio-histórica**. Nessa nova perspectiva, as diferenças nos padrões coletivos de comportamento linguístico devem ser interpretadas à luz da compreensão de processos sociais mais amplos, tais como a construção da hegemonia ideológica, as relações de classe, as representações de gênero, a inserção social dos grupos étnicos etc., estabelecendo uma interface entre a Linguística e as demais ciências sociais, particularmente a Historiografia.

Desse modo, Lucchesi (2015, p. 72) pondera que essa teorização não tem como objetivo uma alteração ou negação dos procedimentos metodológicos primordiais da pesquisa sociolinguística, pois o que propõe é uma nova forma de compreender os resultados alcançados por meio da referida metodologia que rompa com as análises mecanicistas e a-históricas, mas que considere o processo histórico de constituição e reprodução das relações sociais.

Diante do que foi exposto, tendo em vista as singularidades históricas da comunidade de fala estudada, como a tônica do contato linguístico, o convívio da língua do colonizador com as línguas autóctones que sobreviveram, como ato de resistência ao processo colonizador português, pretende-se, na pesquisa aqui delineada, analisar os resultados matemáticos obtidos não isoladamente, mas os concebendo apenas como uma pista para uma compreensão mais ampla à luz da sócio-história da comunidade de fala em que tais padrões de variação ocorrem. Por essa razão, esta pesquisa tem como subtítulo “um estudo sociolinguístico e sócio-histórico”.

3.3 A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO

Conforme discutido na seção anterior, fatores sócio-históricos são relevantes e, pela abordagem teórica aqui adotada, não podem ser desconsiderados na análise

⁵ O ramo da Sociolinguística que estuda a variação e a mudança em sincronias passadas é denominado Sociolinguística Histórica. Segundo Lucchesi (2015, p. 82), o termo Linguística Sócio-histórica foi proposto, inicialmente, por Suzane Romaine (1982), mas com uma acepção diferente da proposta por ele, já que sua proposta não tem como foco investigar a língua no curso dos séculos, mas essa abordagem “[...] consiste na análise sociolinguística do presente numa perspectiva histórica mais ampla”.

sociolinguística. Visto isso, advoga-se que o multilinguismo, a diglossia e o intenso contato entre línguas são categorias que não podem ser denegadas em uma pesquisa linguística a respeito da ecologia linguística de Angola, posto que, como postula Mattos e Silva (2004, p. 91), “[a] história de uma língua realmente se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua”.

Multilinguismo pode ser compreendido como “[...] a existência, no interior de um mesmo território – dotado ou não de soberania política –, de diferentes comunidades linguísticas” (BAGNO, 2017, p. 297). Segundo o autor, essa é a realidade mais comum nas sociedades humanas, pois “[...] são raríssimos os exemplos de situações de absoluto monolinguismo”. Em Luanda, essa realidade fica evidente, visto que a língua portuguesa, instituída por razões sócio-históricas como oficial, coabita com diversas línguas africanas.

Em Angola e, particularmente, em Luanda, o multilinguismo se traduz em uma evidente situação de diglossia, ou seja, fica nítida a coexistência de duas ou mais línguas no mesmo espaço, possuindo funções bem definidas na sociedade. Para Ferguson (1959, p. 15 *apud* Calvet, 2002, p. 59), em situação de diglossia, há duas variedades, as quais ele batiza de “variedade baixa” e “variedade alta”, ambas possuem funções diferentes e uma gramática, relativamente, distinta.

A “variedade baixa” não goza de prestígio social, é empregada na vida cotidiana do indivíduo, na literatura popular e não é gramatisizada. Por outro lado, a “variedade alta” é padronizada, objeto de instrução escolar, tem um prestígio social, é utilizada em situações formais. Diante dessas características, no contexto angolano, por ser a língua de instrução formal e da administração pública, o português, de acordo com a postulação de Ferguson (1959), pode ser considerada “a variedade alta”.

A postulação de Ferguson (1959) foi sendo refinada e ampliada posteriormente. Assim, uma das propostas que surgiram posteriormente foi a de Fishman (1969, p. 30 *apud* Bagno 2017, p. 93), em que o autor enfoca a relação entre diglossia e bilinguismo, afirmando que essa ligação pode ser compreendida de quatro modos: (1) “Diglossia e bilinguismo”, (2) “Bilinguismo sem diglossia”, (3) “Diglossia sem bilinguismo” e (4) “Nem diglossia nem bilinguismo”.

O bilinguismo é uma característica individual, sendo considerado bilingue o indivíduo que fala duas línguas diferentes. Em relação à realidade de Angola, nota-se que, como discutido na Seção 02, essa nação apresenta uma ecologia linguística complexa, pois, devido às políticas linguísticas adotadas pelo colonizador para tornar o português

hegemônico, em Luanda, a situação de bilinguismo tem ficado muito restrita aos mais velhos, posto que esses falam uma ou mais das línguas africanas no seu seio familiar e o português, enquanto os jovens compreendem as línguas africanas, mas, cada vez mais, têm se tornado monolíngues, falando apenas a língua portuguesa.

Essa situação evidencia que Luanda apresenta uma realidade sociolinguística na qual há “diglossia e bilinguismo”, visto que muitos luandenses falam o português e uma ou mais língua africana, e uma “diglossia sem bilinguismo”, pois a língua portuguesa, nessa realidade multilíngue, entre os mais jovens, tem sido a única língua falada por muitos indivíduos. Tais constatações ficam evidentes nas falas dos luandenses que participaram das gravações. A seguir, nos exemplos 11 e 12, apresentam-se falas de informantes que têm o português como L2, mas falam a sua língua materna em situações particulares e, no exemplo 13, uma informante que afirmou saber falar apenas a língua portuguesa.

Ex. 11: DOC: [inint] a senhora fala sua língua materna?

INF: “Mesmo no meu bairro com algumas pessoas, na igreja”. (F, Faixa C, Nível 2, I).

Ex. 12: INF: “Só falo com pessoas que eu conheço. A Kyaka também falo somente quando vou na minha vó. Eles falam muito a kyaka, eu também falo com eles” (F, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 13: “INF: A língua nativa é português. Desde pequeno, desde criança. Foi a única língua que eu aprendi.” (M, Faixa A, Nível 3, C).

Portanto, em razão do exposto, é inegável que o contato entre línguas é uma tônica em Angola. Vale ressaltar que esse fenômeno do contato linguístico, nessa nação, não é recente e acontece com todas as línguas existentes no mundo. Os contatos interlínguísticos que acontecem em situações particulares de plurilinguismo e multilinguismo são objetos de estudo da chamada Sociolinguística de Contato. Essa abordagem não propõe uma ruptura com a Sociolinguística laboviana, até porque continua seguindo o seu quadro teórico-metodológico, mas passa a ter como foco de investigação comunidades de fala que foram formadas por meio de um prolongado contato linguístico.

Savedra, Chistina, Spinassé e Araujo (2021, p. 05-06) apresentam quatro categorias de fenômenos que constituem objeto de investigação da Sociolinguística de Contato:

- i) fenômenos que se referem à mudança induzida pelo contato, tais como: empréstimos; alternância de códigos (code-switching, code-mixing); estratégias de aquisição e uso de primeiras, segundas e n-línguas; bilinguismo /diglossia, plurilinguismo / bilingualidade / plurilingualidade e aqueles que tratam da variação e da mudança (induzida ou não) das línguas envolvidas;
- ii) fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária, com ou sem prestígio, e também a revitalização linguística, como consequência da manutenção e do reconhecimento linguístico e cultural dessas línguas. Trata-se daqueles que, na maioria dos casos, ocorrem por pressões externas, como forma de autoafirmação e defesa de identidade linguística e cultural, geralmente motivados por ações políticas e glotopolíticas *in vivo* para então se tornarem ações *in vitro*;
- iii) fenômenos ligados a deslocamento, substituição e morte de línguas desde o apagamento ou language shifting até a morte de línguas. Romaine (2010, p. 320) reconhece que o fenômeno de language shift é, em longo ou médio prazo, o ponto de partida mais imediato para a morte de determinadas línguas. Couto (2009), ao tratar da ecolinguística brasileira, nomeia o fenômeno de morte de línguas como “glototanásia” e “obsolescência linguística”;
- iv) fenômenos que resultam na criação de novas línguas, como os pidgins e os crioulos, com reestruturação total da gramática (HOLM, 2004).

Dadas essas quatro categorias, este estudo visa a investigar a primeira, pois, ao descrever e analisar a ordenação dos clíticos pronominais na amostra de fala do português luandense e, posteriormente, comparar os resultados encontrados nessa comunidade de fala com o PE e as variedades brasileira, moçambicana e são-tomense, pode trazer indícios da importância do contato na formação dessas variedades não europeias da língua portuguesa.

Conforme já se descreveu no Capítulo 2, o contato linguístico do português e as línguas africanas é histórico. Isso porque, entre os séculos XV e XVI, de forma pioneira, Portugal, com o objetivo de expandir o seu território e estabelecer novos entrepostos comerciais, lançou-se à navegação, chegando à Angola por volta do século XV e ao Brasil no século XVI.

Nesse contexto histórico, a língua portuguesa sai da Europa e torna-se internacional. Ao chegarem as suas futuras colônias, os colonizadores encontraram uma realidade sociolinguística multilíngue que, devido ao projeto colonizador, a sua norma foi, paulatinamente, sendo imposta aos povos subjugados. Em vista disso, a colonização

europeia portuguesa trouxe profundas consequências linguísticas para os povos nativos das terras conquistadas.

No Brasil, por exemplo, a decorrência da trajetória de dizimação dos povos indígenas protagonizada pelos portugueses e, por conseguinte, das suas línguas leva Mattos e Silva (2004), com base em Rodrigues (1986), a postular que o país caminhou de um “multilinguismo generalizado” a um “multilinguismo localizado”, tornando o português uma língua hegemônica, que coabita com outras no território nacional. Em Angola, a língua portuguesa é a única oficial e de unidade nacional, e convive com um “multilinguismo generalizado” em que há línguas do grupo banto e línguas khoisan.

Holm (2011) realizou um estudo comparativo, investigando alguns fenômenos morfossintáticos no português vernacular brasileiro (PVB) e no PE, e notou significativas diferenças que individualizavam essas variedades. Segundo o pesquisador, essas dessemelhanças são frutos de uma “reestruturação parcial” da língua-alvo (o português) adquirida por falantes adultos e não nativos da língua portuguesa no Brasil. Por outro lado, ele encontra similaridades entre as variedades que foram formadas por meio de uma “reestruturação” do português:

[s]e compararmos as diferenças entre o PVB e variedades do português europeu, encontraremos muitas semelhanças com mudanças ocorridas em outras variedades parcialmente reestruturadas. Entretanto, as mudanças nos traços listados não aconteceram randomicamente nas variedades parcialmente reestruturadas, ao contrário, aquelas tornam tais variedades mais semelhantes às línguas de substratos com as quais estiveram em contato.

Tais resultados evidenciam a pertinência do *continuum* defendido por Petter (2009, 2015) e Avelar e Galves (2014). Petter (2009), pautada na história do intenso e prolongado contato linguístico que ocorreu entre o português e as línguas africanas, em especial as do grupo banto, na sócio-história das ex-colônias portuguesas e nas similaridades observadas nos níveis fonológicos, lexicais e morfossintáticos das variedades africanas do português e o PB, defende que existe um *continuum* afro-brasileiro do português. Indo ao encontro dessa ideia, Avelar e Galves (2014) apresentam evidências científicas de fenômenos morfossintáticos em que é possível observar uma convergência entre a língua portuguesa falada no Brasil, nos países africanos e as línguas do grupo banto.

De forma similar à proposta de Holm (2011), Lucchesi (2019) assevera que, em circunstância histórica em que houve intenso contato linguístico, ocorre um processo de Transmissão Linguística Irregular (TLI), podendo haver profundas e radicais mudanças na Língua Lexificadora (doravante LL) do grupo dominante socialmente, levando, pois, a uma ruptura tipológica, formando uma língua *pidgin* ou crioula ou, em alguns casos, apenas uma variedade da língua-alvo com mudanças induzidas pelo contato: “[u]ma TLI mais leve gera apenas uma variedade da língua dominante, enquanto uma TLI radical gera uma nova língua, qualitativamente distinta da LL.” (LUCCHESI, 2019, p. 248).

Segundo Faraco (2016, p. 60), o processo que ocorreu em Angola foi uma TLI do Tipo Leve (LUCCHESI, 2009, 2015, 2019):

[p]elas vicissitudes da ocupação dos territórios de Angola e Moçambique, não se desenvolveram ali línguas crioulas. Permaneceram vivas as línguas nativas (hoje reconhecidas como línguas nacionais) e a língua portuguesa foi ampliando, muito lentamente, sua presença social, dando um efetivo salto apenas no período pós-independência (pós-1975).

Portanto, a descrição dos padrões de uso da sintaxe dos pronomes clíticos na comunidade de fala, sobretudo pelo controle da variável Língua de intercomunicação dos participantes da pesquisa, e a comparação dos resultados obtidos com os de pesquisas em outras variedades do português poderão trazer fundamentos para uma reflexão acerca do papel desencadeado pelo contato linguístico em relação ao fenômeno em estudo.

4 PANORAMA DA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS E VARIEDADES DO PORTUGUÊS

Nesta seção, com o objetivo de realizar a comparação dos padrões de colocação dos clíticos pronominais da variedade urbana do português falada em Luanda com os resultados obtidos por outras pesquisas linguísticas e com os padrões propostos pela tradição gramatical, serão sistematizados, de forma resumida e por ordem cronológica de publicação, inicialmente, o olhar dos compêndios gramaticais para a ordenação dos clíticos. Logo após, serão apresentados resultados de estudos realizados sobre o fenômeno com dados de escrita na diacronia da língua portuguesa e, também, com amostras de fala e de escrita na sincronia do português, bem como das variedades angolana, moçambicana e sãotomense.

4.1 A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS SEGUNDO OS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS

Doravante, é apresentado o pensamento normativo acerca da colocação pronominal, deslindando os pontos de intersecção e os de divergências entre as prescrições. Para tanto, foram analisadas as gramáticas de Bechara (2009 [1928]), de Rocha Lima (2011 [1972]) e de Cunha e Cintra (2016 [1985]). Além de apresentar as prescrições desses compêndios tradicionais, procura-se observar a abordagem acerca do tema nas gramáticas brasileiras de cunho descritivo de Perini (1996), Castilho (2010) e Bagno (2013).

Segundo Bechara (2009 [1928]), o pronome átono pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico, podendo estar posposto a esse (ênclise), anteposto (próclise) ou, ainda, interposto à forma tônica (mesóclise). O autor argumenta que a Gramática, pautada na tradição literária, ainda não reconheceu algumas tendências de colocação peculiares do falar dos brasileiros cultos, sendo, para ele, “[...] urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam [...]” (BECHARA, 2009, p. 587).

Bechara (2009 [1928]), em relação às estruturas oracionais formadas por um único verbo, prescreve que:

- (i) Não se inicia período por pronome átono;
- (ii) A próclise é obrigatória em: a) oração subordinada com o verbo flexionado; b) com verbo modificado diretamente por advérbio (sem pausa entre os dois) e palavra de sentido negativo; c) em oração com verbo na forma finita iniciada por palavras interrogativas ou exclamativas;
- (iii) Deve ocorrer a próclise ou a mesóclise em verbos no futuro do presente e no futuro do pretérito, se não tiver nenhum elemento de próclise obrigatória.

Para Rocha Lima (2011 [1972]), a posição normal dos pronomes átonos é a ênclise. Segundo o autor, a colocação enclítica deve ocorrer nos seguintes casos: (i) quando o verbo inicia o período ou qualquer oração que o constitui; (ii) diante de sujeito, sem significado negativo; (iii) nas orações coordenadas sindéticas. Porém, o gramático pondera que “[e]m qualquer destes três casos, pode, contudo (por puro arbítrio, ou gosto), ocorrer a anteposição, salvo quando se trata de início de período” (ROCHA LIMA, 2011, p. 545).

Além disso, de acordo com a prescrição do autor, a próclise é obrigatória em: a) orações negativas (sem pausa entre o verbo e as palavras de negação), b) orações exclamativas, iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações optativas; c) orações interrogativas, começadas por advérbios interrogativos ou pronomes; d) oração subordinada e) com advérbios e pronomes indefinidos, sem pausa. Segundo esse gramático, a ênclise é proibida nas formas do futuro do presente e do futuro do pretérito.

Cunha e Cintra (2016 [1985]) advogam que a ênclise é a posição normal do pronome átono objeto direto e indireto em relação ao verbo. Não obstante, os gramáticos reconhecem que, no que tange à ordem dos clíticos pronominais, há divergências entre a variedade brasileira e a europeia, sendo, em alguns casos, na língua culta brasileira, a posição enclítica evitada. Os autores apresentam estas características como peculiares do PB e das variedades africanas do português: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com o pronome *me*; b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra atratora.

De acordo com Cunha e Cintra (2016 [1985]), nos contextos formados por um vocábulo verbal, a próclise deve ser preferencial nos seguintes casos: a) Nas orações que contêm uma palavra negativa; b) Nas orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos; c) Nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações

que exprimem desejo (optativas); d) Nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção está implícita e e) Com o gerúndio regido da preposição “em”.

Além desses contextos, os autores afirmam que a língua portuguesa tende à próclise nestes ambientes sintáticos: (i) quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe, (ii) a oração, disposta em ordem inversa, se inicia por objeto direto ou predicativo; (iii) o verbo é antecedido por um sujeito que contém numeral ambos ou algum dos pronomes indefinidos (todo, tudo, alguém, outro, qualquer, etc.); (iv) nas orações alternativas.

Segundo os autores, quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito, dá-se tão somente a próclise ou a mesóclise.

Em vista do exposto, chama a atenção que, embora esses compêndios assumidamente busquem oferecer uma padronização linguística modelar, eles também procedam à descrição de tendências das variedades. Destaca-se, nesse sentido, a descrição feita pelos gramáticos normativos acerca das peculiaridades da variedade brasileira que a individualizam do PE e a defesa de reconhecer as singularidades na ordem dos pronomes clíticos do PB como legítimas e não como inferiores a que os portugueses observam/usam.

Doravante, passa-se a analisar o tratamento dado à colocação dos clíticos pronominais em três gramáticas de cunho assumidamente descritivo. Nesse sentido, Perini (1996) reconhece que a ordem dos clíticos nas variedades do PB difere do padrão europeu, mas, em sua descrição sobre o fenômeno, leva em consideração o que “[...] parece ser o mais amplamente aceito pelos usuários do padrão brasileiro” (PERINI, 1996, p.229).

Diferentemente dos gramáticos prescritivistas, o autor considera que há duas posições dos clíticos pronominais: a próclise e a ênclise, sendo a mesóclise um caso especial de ênclise. Desse modo, “[o] problema principal é, portanto, o de determinar as circunstâncias em que a língua admite a próclise e/ou a ênclise” (PERINI, 1996, p. 229). Por isso, com base em uma perspectiva conservadora da língua, tendo em vista que as regras definidas por ele como representativas do padrão brasileiro foram elaboradas levando em consideração a língua escrita, o autor propõe os casos de restrição à posição pré-verbal e pós-verbal.

Para Perini (1996, p.229-230), a partir da análise da escrita de texto técnicos e jornalísticos, toda oração não-subordinada ou logo após elemento topicalizado que se inicia com próclise é mal formada, devendo, pois, a ênclise ocorrer em início de oração. Por outro lado, os ambientes de restrição à ênclise são estes: a) o verbo no gerúndio, antecedido pela preposição “em” e o verbo principal ou o auxiliar é particípio e b) a oração se iniciando com um elemento com o traço de [+ atração]. No entanto, o autor reconhece que essas regras de restrição têm sido, paulatinamente, substituídas por uma mais simples que é antepor em geral o pronome clítico antes do verbo, visto que a ênclise está desaparecendo do PB.

Diante disso, reconhecendo as singularidades da realidade sociolinguística do PB, o autor reconhece que essas restrições formuladas com base na prescrição tradicional são anacrônicas, devendo ser atualizadas por meio de pesquisas empíricas do uso dos clíticos pronominais no padrão brasileiro moderno.

Além dessa gramática, em linha similar, há o trabalho de Castilho (2010). Segundo esse pesquisador, os clíticos estão colocados “[...] antes ou depois de verbo no PE, e predominantemente antes no PB” (CASTILHO, 2010, p. 483). Visto isso, fica evidente que, apesar da gramática tradicional reconhecer que há três tipos de colocação (próclise, ênclise e mesóclise), a alternância dos clíticos no PE e no PB consiste entre a próclise e a ênclise, sendo a anteposição dos clíticos a colocação amplamente favorecida na variedade brasileira.

Castilho (2010) também faz uma síntese da colocação dos pronomes clíticos segundo a visão prescritivista. Em linhas gerais, as recomendações normativas podem ser sumarizadas desta forma: a) a ênclise é a posição básica dos clíticos; b) a próclise é regra diante destes elementos linguísticos considerados “atratores”: (i) conjunção integrante ou pronome relativo; (ii) advérbio de negação, tempo, focalização e (iii) sujeitos quantificados e c) não se inicia sentença com um clítico.

O pesquisador afirma que, diacronicamente, os clíticos apresentam um amplo quadro de variação, não sendo esses, nas palavras de Castilho (2010), “bem-comportados”. Assim, após sistematizar pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno no devir temporal do português, o autor esclarece que “a virada proclítica do PE se situa no século XV, e nas primeiras décadas do século XVI, quando começam a chegar os primeiros colonizadores portugueses ao Brasil” (CASTILHO, 2010, p. 485).

Por fim, apresentam-se as considerações de Bagno (2013) apresentadas em sua gramática descritiva de cunho pedagógico. Ele discute sobre o fosso que há entre a prescrição gramatical e a norma do PB no que diz respeito à colocação pronominal e como o professor de língua materna deve trabalhar com tal fenômeno. Segundo o autor, as diversas regras de colocação devem ser abandonadas e ser ensinada a única regra em vigor no PB: a próclise. Porém, os casos de ênclide e mesóclise, que aparecem em textos autênticos lidos em sala de aula, devem ser trabalhados não como as formas mais “corretas” de colocação.

Segundo Bagno (2013), com base na prescrição gramatical, foi possível notar que há uma convergência na tradição gramatical em condenar a próclise em início absoluto de oração e período. Não obstante, tal condenação vai de encontro ao uso efetivo do português no Brasil que generaliza a variante proclítica nesse ambiente. Por isso, Bagno (2013, p.232) advoga que “[é] perfeitamente correto e legítimo iniciar frase com clítico no PB, tal como ocorre em espanhol e italiano”.

4.2 A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS NA LÍNGUA PORTUGUESA: BREVE PANORAMA DIACRÔNICO

Esta subseção procura traçar um breve percurso da evolução diacrônica da ordenação dos clíticos pronominais, sistematizando estudos desenvolvidos por diferentes perspectivas teóricas e gêneros textuais-discursivos diversos que investigaram a ordem dos clíticos pronominais no curso do tempo no português. Essa revisão é importante, pois será possível verificar se algumas tendências ocorridas no passado se atestam ou não na sincronia no PA.

Em sua dissertação de mestrado, que é intitulada “A colocação dos clíticos em Português: duas sincronias em confronto”, Lobo (1992), pautada no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, estudou os padrões de colocação dos pronomes clíticos no século XVI e no português contemporâneo do século XX (os resultados para esta sincronia são apresentados na seção 4.3.2). Para o século XVI, analisou uma amostra constituída por 160 documentos, sendo 158 cartas, um memorando e um testamento, de familiares do rei D. João III e de personalidades da corte, *corpus*

representativo da variante culta da língua portuguesa, abarcando um período de 1524 a 1562.

A pesquisadora investigou a ordem dos clíticos em estruturas oracionais formadas por apenas um verbo na forma finita e infinita. Nesse estudo, com o fito de atestar o nível de interferência dos fatores estruturais e extralingüísticos na variabilidade dos clíticos, ela controlou as seguintes variáveis estruturais: (i) tipo de oração, (ii) elementos que antecedem imediatamente o verbo, (iii) tempo e modo verbal, (iv) o clítico e (v) tonicidade de formas verbais. Além dessas, a autora considerou duas variáveis estilísticas: (i) prosa epistolar, as cartas e (ii) prosa legal, o testamento e o memorando.

Em relação à distribuição geral dos resultados das variantes que constituem a variável dependente, Lobo (1922) obteve os seguintes resultados: 1618 ocorrências de próclise, 261 de ênclise e 46 de mesóclise, sendo, pois, em termos de porcentagem, respectivamente, 84%, 14% e 02%. Vistos esses resultados, nota-se que há uma diferença significativa no uso, sendo as variantes proclíticas as mais produtivas.

No que diz respeito à variável estilística, as variáveis analisadas não se mostram relevantes no condicionamento da colocação pronominal, o que leva a pesquisadora a concluir que “[...] as regras de colocação do clítico naquela sincronia eram bastante regulares e definidas basicamente por fatores de natureza estrutural” (LOBO, 1992, p.44).

Pagotto (1992), pautado na Teoria Gerativa e utilizando a metodologia quantitativa da Sociolinguística, investigou o percurso diacrônico dos clíticos pronominais no PB que vai do século XVI ao XX em estruturas com único verbo e complexos verbais. Para a realização da pesquisa, o autor lançou mão de um *corpus* constituído por cartas diversas e documentos oficiais. Nessa amostra, foi encontrado um total de 1436 dados.

Doravante, os resultados encontrados por Pagotto (1992) serão, sumariamente, apresentados:

(i) Em sentenças raiz sem a presença de elemento proclisador, Pagotto (1992) encontrou um total de 436 dados, sendo 329 de próclise e 107 de ênclise, respectivamente, em termos percentuais, 75% e 25%. Em vista disso, analisando esses resultados em um período que vai da primeira metade do século XVI à segunda do século XX, o pesquisador nota que há uma estabilidade na colocação pré-verbal em torno de 85% do século XVI ao XVIII; no entanto, esse cenário é alterado a partir da segunda metade do XIX, período em que a tendência à ênclise começa a se manifestar.

(ii) Na variação em função da variável “Tipo de sujeito”, quando esse está lexicalmente preenchido, seja com sujeito pronome pessoal, seja com sintagma nominal, a próclise é favorecida. Em contrapartida, quando o sujeito é elidido/oculto, favorece menos a variante pré-verbal. Para uma melhor compreensão desses resultados, o pesquisador considerou o fato de o verbo estar ou não em posição inicial absoluta, ou seja, contexto de (V1) e (V2). Em contexto de V1, a ênclise foi majoritária⁶ e variável em V2, sendo a próclise a posição preferencial neste ambiente sintático.

(iii) A posição do verbo na oração é o fator linguístico que mais condiciona a ordem dos clíticos pronominais em sentenças formadas por apenas um único vocábulo verbal, estando o verbo na forma finita. Isso porque, quando o verbo está no começo da sentença, a ênclise é majoritária; no momento em que ele não está dando início à sentença, a próclise é favorecida.

(iv) No século XIX, os resultados apontam que houve um processo de mudança e o pesquisador aventa a hipótese de que, no PB, tal mudança ocorreu devido à perda do movimento do verbo na sentença.

Lobo (1996) analisou o fenômeno no português quinhentista em uma perspectiva descritivo-quantitativa em sentenças com verbos na forma finita e infinita na Carta de Pero Vaz de Caminha, e compara os resultados obtidos com os de Lobo (1992). No *corpus* analisado, foram encontradas 321 ocorrências de clíticos pronominais em orações constituídas por lexias verbais simples.

A seguir, de forma sintetizada, segue a comparação dos principais resultados alcançados por Lobo (1992) a partir das cartas da Corte do Rei D. João III e os obtidos por Lobo (1996) na Carta de Pero Vaz de Caminha, sendo possível observar as similaridades e as diferenças.

Quadro 01: Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações não dependentes absolutas e principais

Oração Absoluta/ Principal	Carta de Pero Vaz de Caminha 1500	Carta da Corte do Rei D. João III 1524-1562
Verbo em Posição Inicial	ÊNCLISE	ÊNCLISE

⁶Pagotto (1992) encontrou 4 dados de próclise no contexto formado por verbo em primeira posição, estando o sujeito oculto e dois casos de anteposição do clítico em contexto em que há um sujeito explícito posposto ao verbo e o vocábulo verbal que inicia o período; no entanto, o autor não apresenta exemplos e nem deixa evidente se esses casos proclíticos ocorrem em orações simples, principais ou primeira ou segunda coordenada, pois os exemplos fornecidos da variação na ordem dos clíticos, nesses ambientes sintáticos, são de ênclise, conforme pondera (M. Martins, 2009).

SN- Sujeito Nominal + Verbo	VAR. PRÓCLISE- 66,6%	PRÓCLISE
SN- Sujeito Pronom. + verbo	VAR. PRÓCLISE- 63,6%	PRÓCLISE
SN Obj. Dir. não Retomado	-	PRÓCLISE
SN Objeto Direto Retomado	* ⁷ ÊNCLISE	-
SP Obj. Indir. não Retomado	-	PRÓCLISE
SP Obj. Indir. Retomado	*ÊNCLISE	-
SADV de Negação	PRÓCLISE	PRÓCLISE
Outros SADVs	VAR. PRÓCLISE- 61, 9%	VAR. PRÓCLISE – 98%
SP Adverbial	VAR. PRÓCLISE 91, 6%	VAR. PRÓCLISE- 92%
Oração Subordinada	VAR. ÊNCLISE 90,5%	VAR. PRÓCLISE- 78%

Fonte: Lobo (1996, p. 112)

Quadro 02: Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações não dependentes coordenadas

Orações Coordenadas	Carta de Pero Vaz de Caminha 1500	Carta da Corte do Rei D. João III 1524-1562
Aditiva E	ÊNCLISE	VAR. ÊNCLISE- 73%
Aditiva NEM	PRÓCLISE	PRÓCLISE
Alternativas	-	PRÓCLISE
Adversativas Mas	*ÊNCLISE	ÊNCLISE
Adversativas Contudo/ Todavia	-	PRÓCLISE
Conclusivas	-	VAR. PRÓCLISE- 88%
Explicativas	PRÓCLISE	PRÓCLISE

Fonte: Lobo (1996, p. 112)

Quadro 03: Comparação dos padrões de variação na colocação pronominal em amostras do séc. XVI em contexto de orações dependentes desenvolvidas e reduzidas

Orações Coordenadas	Carta de Pero Vaz de Caminha 1500	Carta da Corte do Rei D. João III 1524-1562
Desenvolvidas	PRÓCLISE	PRÓCLISE
Reduzidas de Infinitivo	*ÊNCLISE	ÊNCLISE
Reduzidas de Inf. Reg. Por Prep.	VAR. PRÓCLISE- 97%	VAR. PRÓCLISE- 95%
Reduzidas de Gerúndio	ÊNCLISE	ÊNCLISE

Fonte: Lobo (1996, p.113)

⁷ A respeito do uso do asterisco, a autora adverte: “[u]so um asterisco para indicar todos os casos em que o estabelecimento da regra de colocação do clítico foi feito não se contando com um número satisfatório de dados” (LOBO, 1996, p. 115).

Martins A. (1994) investigou a sintaxe dos clíticos pronominais do século XIII ao XIX. Para isso, a fim de analisar as mudanças ocorridas, ela divide o período analisado em duas sincronias: (i) do século XIII ao XVI e (ii) do XVI ao XIX. Nesse contexto, o *corpus* utilizado para estudar os séculos XIII, XIV, XV e XVI foi constituído por documentos não literários notariais.⁸ Por outro lado, para o período posterior ao XVI, a pesquisadora usou dados colhidos em textos literários.

Em relação ao fenômeno em foco do século XIII ao XVI, os resultados mostram que a distinção entre orações simples/principais e coordenadas não é relevante. Outrossim, a autora constatou que determinados contextos, como (i) orações negativas; (ii) orações em que o verbo é precedido por quantificadores e certos advérbios e (iii) construções com tópicos ou marcadores, a ordem é fixa, havendo fatores gramaticais os quais fazem com que o clítico ocorra proclítico ao verbo. Em orações com verbo em posição inicial absoluta (V1), os pronomes clíticos ocorrem pospostos ao verbo. Sendo assim, na ausência de tais elementos proclisadores e desse contexto de ênclise obrigatória, registrou-se, no português medieval, variação entre próclise e ênclise em contextos idênticos.

No que tange às orações subordinadas dependentes, desenvolvidas e reduzidas, a autora encontrou os seguintes resultados:

- (i) Nas orações subordinadas finitas, os pronomes pessoais clíticos ocorrem em posição pré-verbal no curso do tempo, independentemente do tipo de oração subordinada.
- (ii) Nas orações subordinadas gerundivas afirmativas não introduzidas por preposição, a ênclise é obrigatória. No entanto, nas gerundivas negativas, o clítico precede o verbo e, nas gerundivas introduzidas pela preposição “em”, verifica-se variação.
- (iii) Nas orações subordinadas infinitas introduzidas por preposição, registrou-se variação, sendo que a preposição que a introduz condiciona o uso do clítico no português do século XIII e início do XIV, mas, posteriormente, a preposição deixa de influenciar a posição pronominal.
- (iv) Nas subordinadas infinitivas não introduzidas por preposição, não há um padrão fixo, ou seja, há variação, e a colocação pré ou pós-verbal depende do tipo de verbo que introduz a completiva.

⁸ Além desse material que é a sua amostra principal, a pesquisadora utilizou trabalhos publicados por outros autores e textos literários editados por ela.

A autora nota que, no contexto variável, há uma mudança em curso no sentido de implementação da próclise ao longo dos séculos, consolidando-se nos séculos XV e XVI, conforme pode ser observado na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01: A evolução da variante proclítica do século XIII ao XVI em documentos não literários

VARIANTES	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
Clítico-verbo	6,7% (3/45)	27% (23/85)	84,4% (54/64)	100% (61/61)
Verbo-clítico	93,3% (42/45)	63% (62/85)	15, 6% (10/64)	0% (0/61)

Fonte: Martins A. (1994, p. 56)

Entretanto, ao analisar textos literários de autores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, a autora verificou que, em orações não dependentes “neutras”, ou seja, sentenças verbais em que não há elemento proclisador e o verbo não está em posição inicial absoluta - a situação atestada no século XVI começa a mudar no XVII em direção inversa. Nesse sentido, a partir do século XVII, nota-se que “a opção pela próclise irá progressivamente decrescendo (até atingir o valor de 2%, com Oliveira Martins)” (MARTINS A., 1994, p. 275). Em vista disso, observa-se que a ênclise passa a ser a colocação preferencial e, segundo a pesquisadora, a sintaxe atual do PE contemporâneo tem origem nesse período.

Galves, Brito e Paixão de Souza (doravante, GBPS) (2005), em seu trabalho que é intitulado “*The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus*”, estudaram a colocação dos pronomes clíticos, com o objetivo de verificar a mudança no português e localizá-la no tempo, tentando responder a uma questão central: quando se tem início o PE moderno? Para o desenvolvimento da pesquisa, as autoras utilizaram 20 textos escritos por autores nascidos entre 1542 e 1836 (século XVI e XIX) incluídos no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.

No *corpus* adotado, as pesquisadoras selecionaram e classificaram 24.974 clíticos identificados em orações finitas. Desse total, 5.369 clíticos pronominais constituem o foco de interesse de investigação das autoras. GBPS (2005) descartaram da análise os contextos em que a próclise foi categórica: quando o verbo é precedido por partículas de foco, operadores afetivos e advérbios VP frontais. Além desses, as autoras não consideraram o Contexto de V1, pois a ênclise foi categórica. Os contextos que

apresentaram variação situam-se em orações afirmativas e foram divididos em dois: (i) Contextos de Variação I e (ii) Contextos de Variação II.

Nos Contextos de Variação I, foram encontrados 2.533 dados, sendo esse ambiente sintático formado por um “Sujeito não referencial focalizado” (1.233 ocorrências), “Advérbio VP” (365 itens) e “Sintagma preposicional diferente de argumentos frontais” (935 dados).

Os Contextos de Variação II foram encontrados um total de 1.860. Essas sentenças oracionais são formadas por “Coordenadas secundárias V1”, nas quais as autoras identificaram 953 ocorrências de clíticos e as sentenças precedidas por Orações Dependentes (907 dados nesse ambiente sintático).

Segundo GBPS (2005), a variação na ordenação dos clíticos ao longo do devir temporal analisado evidencia dois tipos de variação. No primeiro momento, que vai até o fim do século XVII, a variação entre próclise e ênclise é produzida por uma gramática, denominada de gramática do português clássico, sendo a próclise, a posição não-marcada, predominante nos contextos de Variação I, ficando a ênclise inferior a 15%. As autoras chamam a atenção da produtividade da posição enclítica nos Sermões de Vieira, o que elas atribuem a uma questão estilística muito característica do Barroco, que usa oposição entre termos como uma estratégia de escrita. Por outro lado, nesse período, nos “Contextos de Variação II”, a ênclise é muito mais frequente.

No século XVIII, é possível notar que a variação atestada na colocação pronominal não é produzida por apenas uma única gramática como no período anterior, mas revela a competição entre a gramática do Português Clássico e a do PE moderno, havendo um aumento considerável da ênclise.

Logo, respondendo à questão central da pesquisa, após a análise dos padrões de variação dos clíticos, GBPS (2005) defendem que o PE moderno tem origem na passagem do século XVII para o XVIII.

Carneiro (2005) investigou a ordem dos clíticos pronominais em orações formadas por um único verbo e a colocação em complexos verbais. Para o desenvolvimento da investigação, a pesquisadora utilizou um *corpus* constituído por 500 cartas manuscritas, escritas por brasileiros nascidos nos fins do século 18 e na primeira e segunda metade do século 19. Em relação ao nível de escolaridade, os textos podem ser separados por dois graus de escolaridade: (i) escritos por brasileiros cultos nascidos ou

educados em áreas urbanas e (ii) cartas escritas por escreventes semi-cultos ou com baixa escolaridade, nascidos ou residentes do interior, em especial o da Bahia.

Carneiro (2005) encontrou, no *corpus* analisado, um total de 3.196 dados de clíticos pronominais em orações com apenas um único verbo e complexos verbais. Desse universo total, 1936 ocorrências foram de próclise e 1260 de ênclise, sendo, em termos percentuais, 61% e 39%, respectivamente. A pesquisa analisou, separadamente, a colocação em lexias verbais simples e complexos verbais. Em relação às orações formadas por um único vocábulo verbal, considerou o Contexto de V1 e verbo precedido de vocativo e saudações (#V1), os Contextos de Variação I e o de Variação II. Além desses, analisou, de forma separada, as orações favorecedoras da próclise.

(i) O contexto de V1 é variável, pois, de um universo de 379 dados nesse contexto, 13 ocorrências foram de próclise, sendo 10 em orações formadas por único verbo. Dado o baixo número de dados da variante proclítica em tal ambiente sintático, a pesquisadora destaca o valor qualitativo dessa variação, visto que “[e]sse é, como visto, um ambiente importante para diagnosticar a gramática do português brasileiro uma vez que não é facilmente encontrada em estudos históricos do português brasileiro” (CARNEIRO, 2005, p. 166). Por outro lado, a ênclise foi categórica quando o verbo é precedido de vocativo.

(ii) De um total de 264 ocorrências em contexto de Variação I, ou seja, quando há Orações Raízes Declarativas Afirmativas, principais, em que o verbo está em segunda posição precedido por sujeitos neutros, sintagmas preposicionados e advérbios não modais, 145 dados foram de ênclise e 119 de próclise, sendo, respectivamente, 55% e 45%.

(iii) Em relação ao quadro variável dos clíticos no Contexto de Variação I, a autora encontrou um total de 280 clíticos pospostos e antepostos ao verbo, sendo 158 de ênclise e 122 de próclise. Os resultados estão apresentados na tabela 02 a seguir:

Tabela 02: A alternância na colocação pronominal diante dos elementos que antecedem o verbo no Contexto de Variação I em Cartas Brasileiras

Tipos de elementos que antecedem o conjunto verbo/clítico	Próclise	Ênclise
Verbo precedido de sujeito não focalizado	62 44%	79 56%

Verbo precedido de advérbios não modais	24 57%	18 43%
Verbo precedido de preposições	33 41%	48 59%
Verbo precedido de sujeito composto por SN seguido de oração relativa	3 19%	13 81%

Fonte: elaboração própria adaptado de Carneiro (2005, p. 172)

Em relação ao Contexto de Variação II, ou seja, quando o verbo está em posição inicial em segunda coordenada com ou sem conectivo e verbo precedido de orações dependentes reduzidas e desenvolvidas, a pesquisadora constatou um quadro variável, com preferência pela ênclise nesses ambientes sintáticos, como pode ser visualizado na tabela seguinte:

Tabela 03: A alternância entre ênclise e próclise, segundo o Contexto de Variação II em Cartas Brasileiras

Tipo de sentença	Próclise	Ênclise
Ambas as raízes declarativas afirmativas, segundas coordenadas com conectivo e sem conectivo	41 22%	147 78%
Verbo precedido de orações dependentes reduzidas e orações desenvolvidas	22 27%	58 73%

Fonte: elaboração própria, adaptado de Carneiro (2005, p. 175).

Além desses contextos, a autora analisou as orações em que a próclise é categórica no PE: Negativas, Dependentes de vários tipos e Interrogativas. Nas cartas brasileiras, houve variação nesses ambientes, com preferência pela próclise.

Em síntese, a análise da ordem dos clíticos em cartas brasileiras mostrou que há uma grande variação. Foram encontradas construções caracterizadoras do português clássico, do PE e do PB, o que, segundo a pesquisadora, confirma a hipótese de que há uma competição dessas três gramáticas nos textos analisados.

Martins M. (2009) investigou os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais em estruturas com verbo único e grupos verbais em um *corpus* constituído por vinte e quatro peças de teatro escritas entre o século 19 e 20 por brasileiros nascidos

no litoral de Santa Catarina. Além disso, com o objetivo de comparar a colocação pronominal brasileira com a europeia, o autor também investigou a sintaxe dos clíticos em vinte e uma peças de teatro escritas por portugueses nascidos em Lisboa. A referida pesquisa é pautada em dois quadros teóricos: a Teoria da Variação e Mudança Linguística e os Pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão minimalista.

O pesquisador encontrou, em textos escritos por brasileiros, um total de 2.319 orações em que o clítico pronominal aparece em orações finitas com um único verbo. Em relação à amostra de textos de Portugal, foram encontradas 2.014 orações finitas. O autor separa o contexto não-variável ou de uma determinada variante majoritária do contexto em que há um quadro significativo de variação.

Os contextos de próclise majoritária ou categórica em ambas as amostras foram:

(i) Orações não-dependentes com operadores de próclise; (ii) Orações não-dependentes introduzidas por quantificadores/expressões quantificadas, por Sintagmas-Q (pronomes interrogativos e relativos) e advérbios focalizadores, advérbios quantificadores (muito e quase), advérbios que quantificam sobre eventos, (jamais, nunca e sempre), advérbios aspectuais ou modais em posição pré-verbal e de atitude proposital (talvez).

(ii) Quando o verbo é precedido por vocativos e elementos discursivos, na amostra do PB, a ênclise foi majoritária, houve registro de, apenas, duas ocorrências de próclise na escrita de autores nascidos no século 20. Esse ambiente sintático é de ênclise categórica na amostra do PE.

(iii) Além desses contextos que não apresentaram variação, o autor encontrou nos contextos variáveis 1.438 orações, os quais ele divide em dois: a) o contexto A, quando o verbo está em posição inicial absoluta (V1) e o B, este caracterizado por verbo precedido por sujeitos não-focalizados, por advérbios não-modais ou por sintagmas preposicionais (PP).

(iv) Em relação ao contexto A, em que o verbo ocupa a primeira posição inicial absoluta da oração em orações simples, principais e primeiras coordenadas, foi encontrado um total de 731 ocorrências nesse ambiente de ênclise categórica na história no português. Desse universo, 82 dados foram de próclise, o que representa 11 % em termos percentuais, sendo o século XX o período que registrou o maior número de próclise em V1. Por outro lado, o autor encontrou um total de 646 de clíticos em V1 em peças de teatro escritas por portugueses, sendo a ênclise categórica.

(v) No que tange ao contexto B, nota-se um aumento no uso da próclise no curso dos séculos XIX e XX. A média de próclise em peças escritas por autores representativos do século XIX não ultrapassa 40% e, nos textos escritos por autores da segunda metade século XIX, não ultrapassa 60%. Por outro lado, as peças escritas no século XX fica em torno de 96%. Quanto aos textos dramáticos escritos por portugueses nascidos em Lisboa, no contexto de variação B, não houve variação nos contextos em que os verbos vêm precedidos por sintagmas preposicionais e advérbios não-modais pré-verbais, havendo uma pequena variação em orações em que o vocábulo verbal é precedido por um sujeito pronome pessoal, sendo a ênclise majoritária.

Por fim, o autor conclui que há nas peças pesquisadas uma mudança sintática que pode ser compreendida como a competição das gramáticas do português clássico, do PE e do PB.

Lemos (2019) estudou a variação no uso dos clíticos pronominais em estruturas com verbo único e grupos verbais em amostras do século XX representativas da norma culta, semiculta e popular utilizando, para tanto, um total de 254 documentos entre cartas e cartões pessoais redigidos por escreventes que possuem diferentes graus de escolaridade da região do sertão baiano. A pesquisadora, ao analisar o fenômeno em amostras de língua escrita que representam diferentes vertentes do PB, buscou verificar se há uma aproximação entre essas vertentes.

Em relação às estruturas oracionais formadas por lexias verbais simples, a pesquisadora encontrou um total de 647 ocorrências. Desse universo, 207 foram de ênclise e 440 de próclise, sendo, respectivamente, 32% e 68%. Em relação aos contextos sintáticos analisados, os resultados podem ser objetivados desta forma:

(i) O contexto de Verbo em Posição Inicial Absoluta (V1) é variável, sendo que, de um total de 75 ocorrências encontradas nesse ambiente sintático, 67 dados (89, 3%) foram de ênclise e 8 (10,7%) de próclise. Quando o verbo vem precedido de “Vocativo ou Saudações”, foram identificados 11 pronomes clíticos, sendo 5 (45,5%) de ênclise e 6 (54,5%) de próclise.

(ii) No Contexto de Variação I, a ordem dos clíticos é variável, havendo uma colocação maior de próclise. Nos contextos em que o verbo é precedido por um Sujeito Pronominal, a próclise é semicategórica, posto que, de um universo de 42 ocorrências, apenas dois dados foram de ênclise. Nos casos do clítico antecedido por “Sujeito DP”, “Sintagma preposicional” e “Advérbios não modais”, há um amplo quadro de alternância

entre a próclise e a ênclise. Por outro lado, quando há um “Sujeito seguido de oração relativa”, a ênclise é categórica.

(iii) No Contexto de Variação II, os resultados podem ser resumidos da seguinte forma:

Tabela 04: A variação na colocação pronominal em Contexto de Variação II nas Cartas do Sertão Baiano (Século XX)

Tipo de sentença	Próclise	Ênclise
Segundas coordenadas com conectivo e em posição inicial (sem conectivo)	31/80 38,7%	49/80 61,3%
Verbo precedido de oração dependente (V2)	0	11 / 11 100%
Verbo precedido de oração dependente (V>2)	1 / 2 50%	1 / 2 50%
Total	50 53.7%	43 46.3%

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Lemos (2019, p.119)

(iv) Orações precedidas de focalizadores, quantificadores, advérbios modais, complementos diretos favorecem à próclise;

(v) As orações favoráveis à próclise: a) Orações negativas introduzidas pelo advérbio “não” e outros advérbios; b) Orações com sintagma-Q (Relativa, Completiva, Clivadas, Adjuntas e outras); c) Orações segundas coordenadas dependentes; d) Orações interrogativas; e) Orações Coordenadas ou Subordinadas introduzidas por “Porque”,

Portanto, em Cartas do Sertão Baiano do século XX, a autora conclui que há uma aproximação entre as vertentes constitutivas do PB e, em certa medida, uma competição de gramáticas, visto que é possível notar, em especial nas cartas dos escreventes cultos, padrões de colocação em convergência com o PE moderno.

4.3 A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM VARIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Nesta subseção, são apresentados, de forma resumida, estudos variacionistas desenvolvidos por meio de amostras de fala e de escrita do PE e do PB contemporâneo.

A sistematização desses trabalhos, sobretudo os produzidos com dados de fala, é útil à breve comparação do PA com outras variedades do português, com o fito de verificar as similaridades e as diferenças existentes entre elas quanto à ordenação dos clíticos pronominais.

4.3.1 A colocação dos pronomes clíticos no português europeu contemporâneo

Vieira S. (2002) utilizou os pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista e da Fonética Acústica para estudar a colocação dos pronomes clíticos em lexias verbais simples e complexos verbais nas modalidades oral e escrita do PB, do PE e do Português de Moçambique. Para investigar o fenômeno no PE, a pesquisadora usou dados do “Corpus de Referência do Português Contemporâneo”, especificamente as gravações – realizadas nas décadas de 70 – pertencentes ao “corpus” do português fundamental. Em relação ao *corpus* escrito, foram usados Jornal de notícias, Diário de Notícias e O Público⁹.

Em seguida, encontra-se a distribuição geral dos resultados das variantes que constituem a variável dependente estudada em ambas as modalidades analisadas em estrutura com um único vocábulo verbal:

Tabela 05: A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita no PE

Variantes	Modalidade oral		Modalidade escrita	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Próclise	383/729	53%	144/264	55%
Ênclise	346/729	47%	116/264	44%
Mesóclise	0/729	0%	4/264	2%

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Vieira S. (2002).

Em síntese, os resultados alcançados mostram que:

(i) A colocação no PE é muito sistemática tanto na modalidade oral quanto na escrita, sendo condicionada apenas por fatores estruturais, não exercendo relevância os fatores extralingüísticos.

⁹ Foram selecionados trinta textos para cada variedade, sendo quinze editoriais e quinze crônicas.

(ii) Não há diferenças significativas nos fatores que condicionam a colocação pronominal entre as modalidades, posto que o *corpus* de língua oral e o de escrita apresentam muita semelhança nos fatores relevantes na ordem dos clíticos. Em ambas as modalidades, em nível de relevância estatística, foram selecionadas, tendo a próclise como valor de aplicação, as variáveis: operador de próclise, distância operador-clítico, tempo e modo verbais e, além dessas, para a modalidade oral, o tipo de clítico.

(iii) Na modalidade oral, a presença de sintagmas adverbiais, elemento denotativo, preposições - de, para e sem- partícula de negação, conjunção subordinativa, pronome relativo e palavra – QU determinam a próclise; por isso, esses elementos linguísticos são conhecidos como palavras atratoras. Na modalidade escrita, a maioria desses fatores foram de próclise categórica.

(iv) Quanto à variável “Tempo e modo verbais”, as formas do indicativo apresentam variação, as do subjuntivo favorecem a variante proclítica. Além disso, as formas nominais e o imperativo inibem a próclise.

(v) Apenas na modalidade oral, a variável “Tipo de clítico” ganha relevância, os clíticos acusativos e os dativos de terceira pessoa favorecem a ênclise em oposição aos pronomes “se” e de primeira e segunda pessoas.

Além do estudo supra-apresentado, é relevante sistematizar o trabalho desenvolvido por Vieira M. F. (2011). A pesquisadora analisou, também com base na Sociolinguística Variacionista, a posição dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e em complexos verbais no português popular oral de Portugal em uma amostra de fala datada do fim do século XX. Para a realização da pesquisa, a autora utilizou o *Corpus CORDIAL-SIN*, o qual contém entrevistas com informantes não escolarizados realizadas em diversas regiões de Portugal.

A pesquisadora encontrou um total de 2.953 ocorrências de clíticos pronominais, sendo 1.033 em V1 e 1.920 nos demais contextos. A variação encontrada é binária - próclise *versus* ênclise- visto que não houve registro de mesóclise no *corpus*. Os resultados mostram que o contexto de V1 é de ênclise categórica e os outros contextos registraram variação, sendo que, de 1.920 dados, 48% foram de ênclise e 52% de próclise.

Os resultados mostram que a variabilidade posicional dos clíticos é condicionada apenas por fatores de natureza linguística, como pode ser observado no quadro IV seguinte.

Quadro 04: Elementos favorecedores e desfavorecedores da próclise em lexias verbais simples no PE contemporâneo

Variáveis linguísticas	Elementos favorecedores da próclise	Elementos desfavorecedores da próclise
Elemento antecedente ao verbo	Partículas de negação (.98) Prep. <i>para, de, por e sem</i> (.97) Elementos de foco (.95) Estruturas clivadas (.94) Elementos subordinativos (.76) Advérbios (.53)	Prep. <i>a e em</i> (.18) SN sujeito (.10) SPrep (.08) Elementos discursivos (.04) Conjunções coordenadas (.01)
Forma verbal	Subjuntivo (.98) Gerúndio (.96), precedido de <i>em</i>	Infinitivo (.24)
Tipo de oração	Or. sub. red. de infinitivo (.89) Or. sub. desenvolvida (.74) Estruturas clivadas (.63)	Or. coor. sindética (.44) Or. “independentes” (.31)
Distância	0 sílaba (.55)	1 ou 2 sílabas (.23) 3 ou 4 sílabas (.28) 5 ou + sílabas (.32)

Fonte: Vieira F., (2011, p. 109).

Além desse estudo, Vieira M. F. (2016) tomou por base os postulados teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista para investigar a ordem dos clíticos nas variedades urbanas de Portugal, do Brasil e de São Tomé em dados orais do século XXI em estruturas com uma única forma e, ainda, com mais de um vocábulo verbal. Para tanto, recorreu ao *corpus* do Projeto “Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias”, composto de entrevistas sociolinguísticas recolhidas de 2009-2011 (Corpus concordância). Nesta subseção, são sistematizados os principais resultados alcançados em relação às orações com apenas um constituinte verbal no PE moderno.

A autora encontrou, no *corpus* analisado, um total de 2.664 ocorrências de clíticos pronominais. Desse total, 1.453 ocorrências foram da variante proclítica, 1.211 dados de ênclise e não houve registro de mesóclise na amostra representativa do PE, sendo, em termos percentuais, 55% da variante proclítica e 45% da enclítica.

Em suma, os resultados obtidos podem ser sintetizados da seguinte forma:

(i) Foram controladas as variáveis extralingüísticas - sexo, faixa etária e nível de instrução - porém nenhuma foi selecionada como relevante, evidenciando, assim, que o fenômeno é condicionado estruturalmente.

(ii) Verbo em posição inicial absoluta: a ênclise é categórica.

(iii) Tendo como valor de aplicação a próclise, o programa computacional Goldvarb X selecionou, em nível de relevância estatística, as seguintes variáveis:

(a) **Presença e natureza do elemento antecedente.** Para essa variável, foram favorecedores da variante pré-verbal os fatores: partícula de negação, conjunções subordinativas, preposição “para”, “de”, “por” e “sem” e operadores de foco.

(b) **Tempo e modo verbal.** Quanto a essa variável, foram favorecedores os fatores: o tempo subjuntivo e indicativo.

(c) **Distância entre o clítico e um elemento antecedente:** a adjacência do clítico ao elemento que o antecede foi o único fator favorecedor da próclise.

4.3.2 A colocação dos pronomes clíticos no português brasileiro contemporâneo

Nesta subseção, são sistematizados estudos desenvolvidos com dados de fala do PB por Lobo (1992), Vieira M. F. (2016) e Carneiro (2016) e a pesquisa empreendida por Vieira S. (2002) com dados tanto de fala quanto de escrita do PB, a fim de verificar a tendência de colocação da variedade brasileira apontada pelos referidos estudos.

Lobo (1992), para estudar a posição dos clíticos no PB culto, usou uma amostra de fala constituída por 15 das 90 entrevistas que integram o *corpus* compartilhado do projeto de estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC). As variáveis linguísticas analisadas foram as mesmas controladas para investigar o fenômeno no português quinhentista (conforme apresentado na subseção 4.2). Além dessas, foram estudadas as variáveis extralingüísticas Faixa etária, Local de origem dos informantes e Norma-padrão.

A pesquisadora encontrou um total de 635 ocorrências de clíticos pronominais em estruturas oracionais com um único verbo, sendo, desse universo, 548 dados de próclise e 87 de ênclise, o que, em valores percentuais, representam 86 % e 14% da variante pré-verbal e pós-verbal, respectivamente. Em linhas gerais, os resultados sugerem que há uma grande variabilidade nos padrões de ordem dos clíticos em praticamente todos os contextos, sendo a próclise a posição preferencial dos falantes cultos.

Em relação às variáveis extralingüísticas, os resultados obtidos para a variável Norma-padrão mostram que a colocação pré-verbal é de 98% de obediência para os

contextos em que a tradição normativa prescreve a próclise e de 67% de desobediência no que se refere à ênclise. Em outras palavras, há uma obediência entre a recomendação purista e o uso culto em relação à próclise e, nos contextos em que a gramática tradicional determina a ênclise, os falantes cultos brasileiros da amostra analisada usam de forma significativa a próclise.

Quanto à análise da Faixa etária, os resultados evidenciaram que os falantes deixam de seguir os modelos de colocação ensinados nas escolas. No que concerne à Localidade do participante, o grau de obediência e não obediência à norma-padrão variou segundo o local de origem do participante da pesquisa, sendo que Salvador e Porto Alegre são as cidades mais conservadoras, pois são as que mais usam a ênclise em contextos que a gramática normativa prescreve a variante pós-verbal. Em um lado oposto, encontra-se Recife, sendo a urbe mais inovadora.

Em relação às variáveis estruturais, os resultados alcançados mostram que, nas orações principais ou absolutas, no português culto contemporâneo, a situação é esta:

- (i) Há próclise categórica nos seguintes contextos: verbo precedido por SN pronome pessoal e por Sintagma adverbial de negação.
- (ii) Contextos em que há variação com preferência pela anteposição do pronome ao verbo: vocábulo verbal em posição inicial absoluta, verbo precedido por SN sujeito nominal, Sadv's/ Sprep's circunstanciais e por oração subordinada.

Além disso, nas orações coordenadas introduzidas pela conjunção “e”, adversativas iniciadas pelo “mas” e nas orações subordinadas desenvolvidas, a variante pré-verbal é a colocação preferencial, bem como nas reduzidas de infinitivo introduzidas ou não por preposição. Por outro lado, nas reduzidas de gerúndio, há uma preferência pela ênclise.

Nesse panorama, é relevante mencionar o estudo desenvolvido por Vieira S. (2002). A autora utilizou entrevistas pertencentes a três Projetos de Pesquisa: o Projeto NURC/Rio, o Projeto PEUL (Programa de Estudos do Uso da Linguagem) e o Projeto APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro). Para o estudo de língua escrita, a autora adotou como *corpus* veículos midiáticos que circulam no país - Jornal do Brasil e O Globo.

Na amostra analisada, a pesquisadora encontrou, em cada modalidade, os seguintes resultados:

Tabela 06: A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita no PB

Variantes	Modalidade oral		Modalidade escrita	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Próclise	1221/1369	89%	108/201	54%
Ênclise	148/1369	11%	93/201	46%
Mesóclise.	0/1369	0%	0/201	0%

Fonte: elaboração própria com base em Vieira S. (2002).

Sinteticamente, os resultados alcançados para essa variedade podem ser resumidos da seguinte forma:

- (i) A ordem não-marcada é a próclise.
- (ii) Diferente das outras variedades estudadas, o PE e o português moçambicano, o PB assume um comportamento singular para cada modalidade.
- (iii) Em relação ao *corpus* de língua oral, os fatores linguísticos que condicionam os pronomes clíticos, tendo como valor de aplicação a próclise, em nível de relevância estatística, são “Tipo de clítico”, “Valor do se” e “Presença de operador de próclise na oração”. Diferente do PE, um grupo de fatores de natureza extralinguística foi selecionado - a variável “Faixa etária”.
- (iv) Os poucos casos de ênclise são determinados pelos seguintes contextos: (i) os pronomes *o/a(s)* e o *se*, este especialmente quando ocorre em indeterminação ou apassivação do sujeito e em estrutura em que não há a presença de um “elemento proclisador tradicional” e na fala de pessoas acima de 55 anos.
- (v) Quanto à Presença de operador de próclise, os fatores que são desfavorecedores da próclise são “Nenhum operador”, “SN sujeito nominal”, “Conjunção coordenativa”, “Qualquer SAdv” e “Preposição”.
- (vi) Os resultados obtidos para a variável “Faixa etária” mostram que quanto maior a idade do informante, menor é a concretização da próclise.
- (vii) No *corpus* escrito, o programa selecionou como relevantes as variáveis linguísticas: “Presença de operador de próclise na oração”, “Tipo de oração/ valor do se” e “distância entre o operador e o grupo clítico-verbo”.
- (viii) No *corpus* escrito: (i) no que diz respeito à variável “presença de operador de próclise” e “distância entre o operador e o grupo clítico-verbo”, as variantes - a ausência de um operador, a conjunção coordenativa e a locução adverbial, especialmente quando não

se encontram juntos do grupo clítico-verbo - não favorecem a próclise; (ii) Em relação ao “Tipo de clítico”, pronomes *o/a(s)* e o pronome *se* indeterminador/apassivador também inibem a posição pré-verbal, bem como as orações ditas “independentes”, as orações coordenadas sindéticas e as subordinadas reduzidas de infinitivo.

No estudo desenvolvido por Vieira M. F. (2016), que também utilizou dados de fala do PB, a autora encontrou um total de 1.088 dados em lexias verbais simples, sendo desse total 1053 dados de próclise e 35 de ênclise, portanto, em porcentagem, respectivamente, 97% e 3%.

Nessa variedade, Vieira M. F. (2016) constatou que:

(i) Com base nos postulados de Labov (2003), nota-se que não há variação na ordem dos clíticos na amostra brasileira, sendo, pois, a regra semicategórica, com uma frequência de próclise em torno de 97%.

(ii) Há uma generalização da próclise em início absoluto de oração, perfazendo, para esse contexto, uma frequência de 91%.

(iii) Os parâmetros de colocação do PB diferenciam-se da norma objetiva do PE e da variedade são-tomense.

(iv) Os baixos números de ênclise no *corpus* sugerem que, hipoteticamente, quanto maior instruído e idoso for o participante, maior é o uso da variante enclítica. Em relação às variáveis estruturais, os clíticos acusativos e o pronome “se” seriam os contextos favorecedores da ênclise.

Carneiro (2016) investigou, em uma perspectiva descritiva, a variabilidade posicional dos clíticos pronominais em orações finitas com verbo único e em grupos verbais na norma culta e popular do português falado na cidade de Feira de Santana-BA. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a pesquisadora utilizou amostras pertencentes ao projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano- Fase 3”.

Esse estudo teve como objetivo principal verificar se há variação na fala dos feirenses que possuem nível superior ou pouca ou nenhuma escolarização. Nessa perspectiva, com base nos contextos definidos por Galves; Ribeiro e Torres-Morais (2005), a autora investigou os padrões de colocação em contexto de “Verbo em posição inicial absoluta” (V1) e em “Contexto de V2”, ou seja, quando o verbo não está em posição inicial em orações não dependentes, com sujeito neutro, com sintagma preposicional e com advérbios não modais.

Os resultados obtidos mostram que, independentemente da norma e do contexto sintático, no português falado em Feira de Santana- BA, há uma generalização da próclise.

4.4 A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS

Nesta subseção, são apresentados os resultados alcançados sobre os padrões de variação na ordem dos clíticos pronominais obtidos por meio de dados de fala e de escrita das variedades moçambicana, são-tomense e angolana do português

4.4.1 A variedade moçambicana

Nesta subseção, são sistematizados, de forma sintética, os resultados encontrados por Vieira S. (2002), Vieira S.; Vieira M. F. (2018) e Caetano (2019) sobre o fenômeno em discussão para a variedade moçambicana.

Vieira S. (2002), com a finalidade de analisar o referido fenômeno no português moçambicano (PM), adotou, para a modalidade oral, um *corpus* constituído de gravações realizadas na década de 90, o qual pertence ao projeto “Panorama do Português oral de Maputo”, e, para a língua escrita, os jornais, O Jornal de Notícias e a Revista Tempo.

Os resultados, para ambas as modalidades estudadas, encontram-se na tabela a seguir.

Tabela 07: A variação na colocação pronominal na modalidade oral e na escrita no PM

Variantes	Modalidade oral		Modalidade escrita	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Próclise	651/1347	48%	149/257	58%
Ênclise	696/1347	52%	104/257	40%
Mesóclise.	0/1347	0%	4/257	2%

Fonte: elaboração do autor com base em Vieira S. (2002).

Os resultados obtidos, para essa variedade, podem ser, objetivamente, assim sintetizados:

(i) Para a modalidade oral e a escrita, tendo como valor de aplicação a próclise, foram selecionadas como relevantes estatisticamente as variáveis: “Presença de operador de próclise na oração”, “Distância entre o operador e o grupo clítico-verbo”, “Tipo de oração” e “Tipo de clítico”. Além dessas, a variável “Tempo e Modo verbais” foi selecionada na modalidade oral.

(ii) Quanto à “Presença de operador de próclise na oração”, os resultados evidenciam que há elementos linguísticos que são “atratores”, isto é, favorecem a próclise, e outros que não exercem essa função proclisadora. Assim, os elementos proclisadores são: partícula de negação, os pronomes/advérbios relativos e palavra QU-, o elemento “que”, as preposições “para”, “de” e “sem”, o sintagma adverbial (SAdv) do tipo “aqui” e a conjunção subordinativa/integrante “se”. Por outro lado, os fatores que não favorecem a variante pré-verbal são “nenhum operador”, “conjunções coordenativas”, “SAdv do tipo sempre” e terminado em “mente” e locução adverbial”, “SN sujeito nominal”, “elemento “denotativo, preposições “a” e “em” e conjunção integrante “que”.

(iii) Quanto à Variável “Distância entre o operador de próclise e o grupo clítico-verbo”, os resultados sugerem que, quanto maior a distância entre o operador favorecedor da próclise e o pronome clítico, a variante pré-verbal é desfavorecida, deixando de existir o “efeito proclisador”. Tal assunção fica evidente, pois a posição pré-verbal é favorecida apenas com o fator “Zero Sílaba”, sendo que os fatores “Uma a cinco sílabas”, “Seis a dez sílabas” e “Onze sílabas em diante” desfavorecem a variante proclítica.

(iv) Quanto à variável “Tipo de oração”, a variante pré-verbal é favorecida em “Orações subordinadas”. Porém, essa posição é desfavorecida em “Orações independentes”, “Orações coordenadas sindéticas” e “Orações subordinadas de gerúndio e de infinitivo”. No bojo dessa discussão, vale pontuar que o fator “as orações de gerúndio”, na modalidade oral, houve sete ocorrências nesse ambiente sintático, sendo de ênclise categórica.

(v) Quanto à variável “Tipo de clítico”, nota-se que o clítico acusativo “o” desfavorece a próclise, enquanto o clítico dativo de terceira pessoa “lhe” é um fator fortemente favorecedor da posição pré-verbal.

(vi) Quanto à variável “Tempo e modo verbais” (apenas para o “corpus” oral): o modo imperativo e o indicativo desfavorecem a próclise, enquanto, por outro lado, as

formas do subjuntivo a favorecem. Em relação às formas nominais do verbo, o gerúndio registrou uso categórico de ênclise, e os dados de infinitivo favorecem a anteposição do clítico.

Vieira S. e Vieira M. F. (2018) estudaram, pelo viés da Sociolinguística Quantitativa, a colocação pronominal no “*corpus* Moçambique” (www.corporaport.letras.ufrj.br), analisando a fala de apenas seis informantes, por meio das entrevistas sociolinguísticas gravadas no ano de 2016, tendo como participantes jovens de 18 a 35 anos de idade. A amostra foi estratificada de acordo com duas variáveis sociais, sexo e escolaridade, tendo dois desses 06 informantes o ensino fundamental, dois o ensino médio e dois superior. Portanto, devido ao limitado número de informantes e de variáveis analisados, o referido estudo é preliminar.

Na amostra de fala analisada, as pesquisadoras encontram 153 ocorrências de clíticos pronominais em estruturas formadas por apenas um único verbo. Desse total, 69% foram da variante proclítica, 31% de ênclise e não houve registro de mesóclise no *corpus*. Dessa forma, fica evidente a alta produtividade da posição pré-verbal. As autoras adotaram como valor de aplicação a próclise, e as variáveis relevantes no condicionamento dessa variante foram “Presença de elemento proclisador”, “Escolaridade”, “Sexo” e “Estatuto da Língua Portuguesa”.

Em relação à variável “Presença de elemento proclisador”, chama a atenção das pesquisadoras a presença da variante proclítica em quase todos os contextos controlados, inclusive em início absoluto, o que é imaginável no PE. Além de “Início absoluto”, os fatores “Sujeito- SN”, “Advérbio”, “Conjunção Coordenativa”. Por outro lado, as variantes que atuam como proclisadores são “Elementos subordinativos”, “Preposição” e “Sujeito- Pronome”.

No que tange à Escolaridade, os participantes que possuem “Nível Superior” são os que desfavorecem, em seu comportamento linguístico, a variante pré-verbal.

Quanto à variável “Sexo”, as mulheres favorecem o uso da variante pré-verbal.

A última variável selecionada foi “Estatuto da Língua Portuguesa”. As variantes constitutivas desse grupo de fatores mostram que os informantes que têm o Português como L1 favorecem a próclise, sendo que essa posição é desfavorecida na fala dos participantes que têm a língua portuguesa como L2.

Caetano (2019), pautada no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, estudou a variação na colocação pronominal em estruturas com uma única

forma verbal na variedade urbana de Moçambique, com uma amostra de fala constituída por 18 participantes, falantes do português e residentes em Maputo, capital de Moçambique.

Na amostra analisada, a pesquisadora encontrou um total de 462 ocorrências de clíticos pronominais proclíticos e enclíticos ao verbo em orações formadas por um vocábulo verbal. Desse universo total, 293 foram de próclise, 169 de ênclise e não houve registro de mesóclise na amostra de fala analisada.

A variação pronominal, nessa comunidade de fala estudada, é condicionada por fatores estruturais e extralingüísticos. Tendo como valor de aplicação a próclise, o programa computacional Goldvarb X selecionou as seguintes variáveis como relevantes: (i) Contexto antecedente à estrutura verbal; (ii) Tipo de clítico e (iii) Faixa etária.

A seguir, discute-se, de forma sumarizada, as principais conclusões obtidas pela pesquisadora referentes a essas variáveis extralingüísticas.

Em relação à variável “Contexto antecedente à estrutura verbal”, quando o verbo está em posição inicial de oração e de período, a próclise é desfavorecida, mas esse ambiente sintático não registrou ênclise categórica, o que representa uma diferença significativa em relação à norma europeia. Além desse contexto, a variante pré-verbal é desfavorecida, também, quando o clítico está antecedido de “Elementos não proclisadores”, “SN sujeito nominal e pronome pessoal”, “conjunção coordenativa e elementos discursivos”.

Por outro lado, quando há a presença antes do verbo de (i) “Elementos proclisadores” (partícula de negação, conjunção subordinativa; conjunção integrante *que* e *se*; pronome/advérbio relativo; palavra QU do tipo pronominal e do tipo adverbial) e (ii) “Preposições” e (iii) “Advérbios”, a posição pré-verbal é favorecida.

No que tange à variável “Tipo de oração”, apenas o clítico “se” apassivador/indeterminador desfavorece a variante proclítica.

Os resultados alcançados pela variável “Faixa etária” apontam que a Faixa A, formada por indivíduos de 18 a 35 anos, e a Faixa C, por participantes que possuem mais de 56 anos, são fatores que favorecem a próclise. Em contrapartida, a Faixa B, constituída por participantes que têm 36 a 55 anos, desfavorece a variante pré-verbal.

4.4.2 A variedade são-tomense

Nesta subseção, são apresentadas, de forma resumida, as principais conclusões da pesquisa desenvolvida por Vieira M. F. (2016). Esse foi o único trabalho a que se teve acesso, o que evidencia haver uma ausência de trabalhos desenvolvidos com dados dessa variedade.

Vieira M. F. (2016), ao analisar uma amostra de fala do português são-tomense, encontrou um total de 525 pronomes clíticos, sendo 215 proclíticos ao verbo, 310 enclítico e houve apenas uma ocorrência da variante mesoclítica, evidenciando, dessa forma, que a alternância consiste entre a próclise e a ênclise, sendo que a ênclise apresentou uma maior frequência de uso. O programa Goldvarb X selecionou, em nível de relevância estatística, tendo como valor de aplicação a próclise, a variável social “Sexo”, e as variáveis linguísticas “Presença e natureza do elemento antecedente”, “Tempo/modo verbal”, “Distância entre o clítico e um elemento antecedente” e a “Tonicidade das formas verbais”.

Em linhas gerais, os resultados encontrados para essas variáveis podem ser sintetizados da seguinte forma:

- (i) Em relação à variável “Sexo”, contatou-se que a próclise é favorecida entre os participantes do “Sexo Masculino”, enquanto tal variante é desfavorecida no “Sexo Feminino”.
- (ii) “Em relação à variável “Elementos antecedentes”, a ênclise é categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta de oração/periódico. Quanto aos demais contextos, os elementos que atuam como proclisadores são “Partículas de negação”, “As conjunções subordinativas” e “As preposições”. De outra margem, os que desfavorecem a próclise são “Operadores de foco”, “Conjunções coordenativas”, “Adjuntos adverbiais” “Os sujeitos” e “Os complementos preposicionados”.
- (iii) No que tange à “variável Tempo/modo verbal”, o “Subjuntivo” é um fator fortemente proclisador, registrando próclise categórica, enquanto o “Indicativo” está em um nível “neutro”, dependendo do elemento antecedente, isto é, quando há presença de um elemento proclisador, a próclise é favorecida, no momento em que não se registra tais elementos, ocorre a ênclise. Por outro lado, a forma nominal “Infinitivo” e o modo “Imperativo” desfavorecem a anteposição do clítico.
- (iv) Os resultados encontrados para a variável “Distância entre o clítico e um elemento antecedente” evidenciam que, quando não há distância entre o pronome e o

elemento que o antecede, ocorre discreto favorecimento da próclise. Porém, quando a distância aumenta para uma ou duas sílabas e três ou mais sílabas, a próclise é desfavorecida.

(v) Com relação à “Tonicidade das formas verbais”, as formas oxítonas favorecem a variante proclítica, e as formas paroxítonas ou proparoxítonas (sendo registrado, na amostra analisada, apenas 3 dados desta) são fatores que desfavorecem a referida posição.

4.4.3 A variedade angolana

Nesta subseção, são sistematizados os resultados alcançados por Undolo (2014) e Araújo e Silva (2018), obtidos por intermédio de amostras representativas do PA.

Undolo (2014), com o objetivo de descrever a norma culta angolana, construiu um *corpus* formado por um inquérito de questionário e seis testes que foram aplicados a indivíduos que possuem 18 anos ou mais, escolarizados e residentes de quatro cidades angolanas: Luanda, Lubango, Benguela e Dundo. O *corpus* é constituído por um total de 240 participantes, sendo 60 de cada um desses centros urbanos. No entanto, os testes foram aplicados a apenas 30 informantes de cada localidade.

No teste aplicado aos participantes da pesquisa, havia fenômenos linguísticos característicos do PE e outros peculiares do PA, para avaliação/reconhecimento. No bojo dessa discussão, vale pontuar que as particularidades linguísticas do PA, colocadas nos exercícios, foram obtidas por meio da observação dos programas de rádio e de TV desse país e do contato direto com os participantes no ambiente escolar e profissional, com gravação de áudio e registro escrito.

Em linha gerais, quanto à colocação pronominal, foram encontrados os seguintes resultados:

- (i) Tendência à generalização da próclise.
- (ii) Diferenças em relação ao sistema do PE.
- (iii) Há variação diante de atratores, não havendo, assim, um efeito proclisador desses elementos linguísticos. Nesse sentido, a fim de ilustrar tal resultado, o pesquisador oferece os seguintes exemplos: “PA: Alguém lhe viu? / Alguém viu-o? Lhes conhecem?” (UNDOLO, 2014, p.166). Visto isso, conclui que é aceitável, no PA, próclise em início absoluto de oração/período.
- (iv) A mesóclise não é usada no PA, sendo substituída pela próclise. O pesquisador fornece os seguintes exemplos para certificar tal assunção e o contraste dessa

variedade com a norma europeia: “PA: Lhe oferecerão um computador portátil. PE: Oferecer-lhe-ão um computador portátil. Oferecer-lho-ão” (UNDOLO, 2014, p.167).

Além desse estudo com a variedade angolana, até onde se tem conhecimento, há os resultados preliminares alcançados por Araújo e Silva (2018)¹⁰. Os pesquisadores, pautados na Sociolinguística Variacionista, investigaram os padrões de colocação dos pronomes clíticos em orações formadas por apenas um verbo no português falado em Luanda. Para isso, utilizaram o *corpus* formado por 24 entrevistas sociolinguísticas do projeto “Em busca das raízes do português brasileiro- Fase III”, sediado na UEFS.

Na amostra analisada, os pesquisadores encontram um total de 507 ocorrências, sendo, desse universo, 380 de próclise e 127 de ênclise, não havendo registro de mesóclise. A análise quantitativa mostra que o fenômeno, nessa comunidade de fala, é condicionado por fatores linguísticos e sociais. Os pesquisadores elegeram a próclise como valor de aplicação e o programa computacional utilizado, Goldvarb X, selecionou, em nível de relevância estatística, estas variáveis: “Escolaridade”, “Elemento que antecede o verbo”, “Naturalidade do falante”, “Tipo de oração” e “Clítico”.

Quanto à variável “Escolaridade”, foram controlados os fatores “Baixa ou nula escolaridade” e “Superior”, sendo a variante proclítica favorecida no nível de escolaridade “Baixa ou nula”.

Quanto aos “Elemento que antecede o verbo”, são favorecedores da posição pré-verbal os seguintes fatores: Sintagma adverbial de negação, SN- Sujeito Indefinido, SN- Pronome Pessoal e Outros sintagmas adverbiais.

Quanto à “Naturalidade do falante”, foram controlados os seguintes fatores “Luanda” e “Interior”, esta variante favorece a próclise, enquanto, por outro lado, aquela atua como desfavorecedora.

Quanto ao “Tipo de oração” em que o clítico pronominal se encontra, apenas dois fatores favorecem a posição proclítica: “Oração subordinada desenvolvida” e “Orações principais em que o verbo está em posição inicial absoluta.

Quanto ao “Clítico”, nota-se uma clara dicotomia, pois, de um lado, os clíticos “Te”, “Lhe”, “Nos” e “Me” favorecem a próclise, enquanto, por outro lado, “Se” e “O (S)/ A (S) não a favorecem.

¹⁰ Esta pesquisa/dissertação amplia esse estudo desenvolvido no âmbito da iniciação científica, a exemplo de investigar a colocação dos clíticos em orações com verbo na forma infinita e em outros contextos sintáticos não investigados nessa fase, possibilitando, assim, ter uma visão holística acerca do tema na comunidade de fala investigada.

4. 5 SÍNTESE DO CAPÍTULO: OBSERVANDO AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

No diz que respeito à prescrição gramatical, nota-se que há uma convergência entre os gramáticos em prescreverem a ênclise em início absoluto de oração/ período e a próclise diante de determinadas estruturas consideradas como “atratoras” (orações negativas, subordinadas desenvolvidas, exclamativas, interrogativas, com determinados advérbios e pronomes indefinidos). A mesóclise é recomendada nas formas verbais no futuro do presente e do pretérito, apenas quando não ocorre a atuação dos elementos proclisadores.

Os estudos diacrônicos sobre a ordem dos clíticos, realizados com dados de escrita considerando textos de gêneros e domínios diversos, do século XIII ao XVI, mostram que determinados contextos não são variáveis. Nesse sentido, quando o verbo está em V1, a ênclise é categórica no curso do referido período no português de Portugal. Por outro lado, a próclise é categórica nas orações negativas; nas estruturas oracionais em que o verbo é precedido por quantificadores e certos advérbios e nas orações subordinadas. Retirados esses fatores, nota-se uma variação entre ênclise e próclise no Português Arcaico com um aumento progressivo da próclise, sendo que essa mudança em curso se consolida no século XVI, chegando ao registro de 100% nos contextos sem a presença de um elemento atrator, desde que o verbo não esteja em posição de V1, como mostrou Martins A. (1994).

No entanto, a partir do século XVII, nota-se que o PE muda em posição contrária, havendo um aumento considerável da ênclise, passando a ser a posição padrão nos contextos neutros (sentenças verbais em que não há elemento proclisador e o verbo não está em posição inicial absoluta) no PE moderno. Segundo GBPS (2005), no século XVIII, há uma competição de duas gramáticas, a do Português Clássico e do PE moderno. Segundo essas pesquisadoras, o PE moderno tem origem neste século.

Quanto aos textos escritos por brasileiros do século XVIII ao XX, o contexto V1 registrou variação, distanciando-se, de forma radical, do PE. Nesse ambiente sintático, os estudos diacrônicos encontraram poucos casos de próclise, mas, qualitativamente, a próclise em V1 evidencia uma característica inovadora do PB.

Em uma perspectiva sincrônica, os estudos variacionistas têm apontado que a ordem dos clíticos no PE contemporâneo é condicionada apenas por fatores linguísticos, não exercendo relevância as variáveis sociais na colocação pronominal, seja em trabalhos

desenvolvidos com dados de fala, seja com dados de escrita, conforme constatou Vieira S. (2002).

Seguindo uma tendência semelhante à diacrônica, o contexto de V1 é de ênclise categórica no PE moderno. Nessa variedade, nota-se, claramente, a atuação da variável “Elemento que antecede o verbo”. A próclise é favorecida quando, antes do vocábulo verbal, há um elemento proclisador¹¹: “Partícula de negação”, “Elementos subordinativos”, “Preposição para, de, por e sem”, “Operadores de foco” e “palavra-Q”. Na ausência desses fatores linguísticos, há uma tendência ao uso da ênclise.

Por outro lado, o PB, na língua oral, generaliza a variante proclítica em todos os contextos (com poucas estruturas com registro de ênclise), inclusive quando o verbo está em posição inicial absoluta, o que representa uma dessemelhança significativa em relação ao PE. Nessa variedade, os fatores linguísticos, a exemplo do elemento que antecede o verbo, mostram-se relevantes em determinados gêneros da modalidade escrita, o que pode ser atribuído à pressão normativa ensinada na escola.

Os resultados obtidos com dados representativos da variedade urbana do PM mostram que a próclise tem se tornado a variante mais produtiva na fala dos informantes pertencentes a essa nação; no entanto, não há uma generalização da variante proclítica como no PB, visto que, embora não haja uma atuação rígida como acontece no PE, se pode notar certa polarização entre “elementos proclisadores” *versus* “elementos não proclisadores”.

Em contrapartida, nota-se que, em termos qualitativos, há uma significativa similaridade entre o PM e o PB, posto que foram registrados dados não encontrados em sincronias passadas do português e no PE moderno, como próclise em início absoluto de oração. Além disso, outra dessemelhança está no favorecimento da posição pré-verbal diante de elementos que não atuam como proclisadores no PE, como no caso de “SN-sujeito”, ambiente fortemente enclítico na norma europeia. Além disso, diferentemente do PE, alguns fatores sociais condicionam a ordem dos clíticos, como “Escolaridade”, “Sexo” e “Estatuto da Língua Portuguesa”.

Em relação à variedade urbana são-tomense, os resultados mostram que, quantitativamente, essa variedade se aproxima do PE. Isso porque a variante preferencial é a ênclise, a próclise é favorecida diante de elementos linguísticos considerados atratores,

¹¹ Para maiores informações sobre os elementos linguísticos proclisadores no PE contemporâneo consultar Martins A. (2013).

o que demonstra haver um efeito proclisador. Outra característica que apresenta similaridade com a norma europeia é a ênclide categórica em início absoluto de oração.

No entanto, a atuação dos elementos considerados atratores clássicos não é tão significativa como no PE, pois há uma oscilação entre a próclise e a ênclide nos mesmos ambientes sintáticos. Além disso, registraram-se ocorrências tidas como peculiares da variedade brasileira, a exemplo de próclise após sujeito e conjunções coordenativas, contextos de favorecimento da ênclide no PE, o que revela, em termos qualitativos, uma certa semelhança entre a variedade urbana são-tomense e o PB.

Quanto à variedade urbana de Luanda e à norma culta angolana, os resultados mostram que há uma tendência à generalização da variante proclítica, que ocorre, inclusive, em início absoluto de oração/periodo, o que, em termos qualitativos, aproxima o PA do PB. Diferentemente do PE, a variação dos clíticos, nessa comunidade de fala, parece ser condicionada tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais, como a “Escolaridade” e o “Local de Nascimento” do participante.

5 METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, há a descrição do *corpus* adotado, a caracterização das entrevistas que compõem a amostra de fala analisada e as etapas trilhadas para a execução da presente investigação (5.1). Em seguida (5.2), apresentam-se a variável dependente e as variáveis independentes linguísticas e sociais controladas. Por fim, em 5.3, expõem-se as rodadas realizadas no Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), os cruzamentos e os procedimentos tomados para que os fatores fossem amalgamados.

5. 1 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

A amostra de fala utilizada para desenvolver o presente estudo pertence ao projeto “Em busca das raízes do português brasileiro: Fase III¹² - estudos morfossintáticos”, aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão no ano de 2009 (CONSEPE, 0036/09) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 27/11/2012 (CAAE nº 04641412. 7.0000. 0053). O referido projeto tem a coordenação da Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo e é vinculado ao NELP da UEFS.

O *corpus* é constituído por duas amostras de fala, sendo uma de falantes que possuem o português como língua materna, totalizando 32 entrevistas e a outra por 24 entrevistas gravadas com participantes que têm a língua portuguesa como segunda língua. Neste trabalho, decidiu-se utilizar apenas a amostra do português como L1, pois a segunda está em processo de ampliação. Vale ressaltar que o critério adotado, na constituição do *corpus*, para afirmar que o participante da pesquisa tem o português como L1 ou L2 foi a autodeclaração durante a realização das entrevistas, como pode ser visualizado a seguir.

Ex 14: DOC: Qual é a sua língua nativa? A língua que você aprendeu?

INF: “Português” (M, Faixa A, Nível I, C).

DOC: Para além do português, fala alguma língua nacional?

INF: “Não”.

¹² A primeira fase teve como objetivo central a constituição de um banco de dados constituído de língua falada na cidade de Luanda, para a realização de estudos nos diversos níveis da gramática. Foram construídas duas amostras: uma de falantes nativos do português e outra de falantes do português como segunda língua. Essa fase foi de 2008 a 2013. A segunda fase teve como foco o estudo das preposições, tendo início em 2012 e seu término em 2016.

A amostra é constituída por entrevistas sociolinguísticas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador) gravadas em Luanda, capital de Angola, nos anos de 2008 e 2013, por estudantes universitários luandenses sob a coordenação da Professora Doutora Eliana Sandra Pitombo Teixeira (atualmente professora aposentada da UEFS). Essas entrevistas têm duração em média de 45 a 60 minutos e versam sobre temas de experiência pessoal, como gostos, situação de perigo, lembranças da guerra, doenças que acometeram familiares ou o próprio entrevistado. Os referidos tópicos foram escolhidos para que fosse possível documentar o vernáculo dessa comunidade de fala, isto é, “[...] momentos em que o mínimo de atenção é prestado à língua, ao como da enunciação” (TARALLO, 1985, p. 19).

Nesse contexto, como a amostra foi estruturada para atender às pesquisas de cunho variacionista, alguns princípios foram seguidos, a exemplo de selecionar aleatoriamente informantes e estratificar a amostra com seleção de participantes que preenchessem as células previamente estabelecidas, visto que, dessa forma, seria possível controlar fatores extralingüísticos representativos da comunidade de fala. Então, a amostra apresenta cada célula preenchida, na medida do possível, por quatro participantes, sendo dois do sexo feminino e dois do masculino, distribuídos por três níveis de escolaridade e faixas etárias, conforme ilustra a tabela a seguir.

QUADRO 05: Estratificação da amostra de fala dos informantes que declararam ter o português como L1

Faixa etária	A – 21 a 35 anos	B – 36 a 51 anos	C – 52 anos em diante
Baixa ou nula escolaridade	2 H 2 M	1 H 2 M	1H 2 M
Ensino Médio	2 H 2 M	2 H 2 M	2 H 1M
Ensino Superior	2 H 2 M	2 H 2 M	1H 2M

Fonte: elaboração própria

Dados esses números, é relevante pontuar que a amostra analisada é de uma variedade africana de língua portuguesa, na qual o acesso aos dados é, muitas vezes, acesso. Em vista disso, conforme pode ser visto no Quadro 05, faltaram três indivíduos do sexo masculino para preencherem três células da amostra trabalhada e um participante do sexo feminino. Isso porque não foram encontrados, durante o processo de gravação, participantes com as características sociais exigidas para o preenchimento das células.

Essa dificuldade de acesso aos materiais de tais variedades e a ausência de estudo etnográfico, apesar de não inviabilizarem a execução de pesquisas com essas variedades, constituem verdadeiros desafios para quem trabalha com a realidade sociolinguística das nações africanas.

5.2 ETAPAS DA PESQUISA

Levando em consideração que as entrevistas da amostra do português como L1 já foram transcritas, as etapas subsequentes para a realização da pesquisa foram as seguintes: a) levantamento das ocorrências de colocação dos pronomes clíticos em estruturas oracionais constituídas por apenas um constituinte verbal; b) codificação dos dados com base no envelope de variação previamente elaborado, esse apresentado na subseção seguinte; c) tratamento quantitativo das ocorrências por meio do Programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e d) análise dos resultados.

O programa computacional Goldvarb X foi utilizado por permitir atestar a correlação das variáveis extralinguísticas e linguísticas com a variável dependente, fornecendo, em nível de relevância estatística, a atuação dos grupos de fatores no favorecimento de uma das formas em alternância adotada como valor de aplicação.

5.3 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS

5.3.1 A variável dependente

Segundo a gramática normativa, há três colocações pronominais; essas são próclise, ênclise e mesóclise. Sabe-se, entretanto, que a mesóclise não é efetivamente uma forma alternante em competição geral com as demais, por ocorrer apenas com um tempo verbal, o futuro. Além disso, na norma objetiva dessa comunidade de fala representada no *corpus* analisado, não ocorreram dados de variante intraverbal; registram-se apenas a colocação proclítica e a enclítica. Dessa forma, a variável dependente estudada é binária, ou seja, é constituída por duas variantes:

(a) Próclise ou variante pré-verbal:

Ex 15: “Não me lembro assim devidamente não” (M, Faixa B, Nível II, I).

(b) Ênclise ou variante pós-verbal

Ex 16: “[Ola], entende-se normalmente. O que eles falam; entende-se normalmente. Entende-se muito bem” (M, Faixa A, Nível III, I).

5.3.2 As variáveis independentes

5.3.2.1 As variáveis sociais/ extralinguísticas

Seguindo os critérios sociolinguísticos, a amostra foi estratificada de acordo com as variáveis extralinguísticas: Sexo, Faixa etária, Escolaridade e Local de Nascimento. A seguir, encontram-se as variáveis extralinguísticas e as respectivas variantes controladas neste estudo.

Quadro 06: Estratificação da amostra de fala do português como L1 segundo as variáveis sociais

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	FATORES
Sexo	Masculino Feminino
Faixa etária	Faixa A (21 a 35 anos) – Média 28 anos Faixa B (36 a 51 anos)- Média 43 anos Faixa C (52 anos em diante)- Média 58 anos
Escolaridade	Nível 1- Baixa ou Nula Nível 2- Ensino Médio Nível 3- Ensino Superior
Local de Nascimento	Interior Capital

Fonte: elaboração própria

Além desses grupos de fatores, controlou-se, também, a variável “Língua de Intercomunicação”. Por analisar uma amostra em que os participantes têm o português como L1, mas todos os falantes falam e/ou entendem outras línguas africanas, acredita-se que essa variável pode trazer resultados não conclusivos, mas achados que possam sugerir a importância da língua portuguesa e das línguas africanas na atuação dos padrões do fenômeno em análise.

No que concerne à Língua de Intercomunicação, diante da realidade multilíngue da África, Brandão (2018) postula quatro fatores: (i) “fala apenas o português (o indivíduo não comprehende nenhuma das línguas locais)”; (ii) “fala o português e, em alguns

contextos, uma ou mais das línguas locais”; (iii) “fala o Português e apenas comprehende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais”; (iv) “fala mais uma das línguas locais do que o Português”.

Para as variáveis sociais apresentadas, aventam-se as seguintes hipóteses:

(i) Por não ser um fenômeno marcado socialmente, não há diferenças significativas em relação ao uso dos clíticos pronominais quanto ao sexo do participante. Logo, essa variável não será selecionada como relevante estatisticamente.

(ii) A variante pré-verbal é favorecida nas faixas etárias mais jovens (Faixa I e II).

(iii) A próclise é favorecida no comportamento linguístico dos indivíduos que possuem pouca ou nenhuma escolarização. Em outras palavras, quanto maior o nível de escolarização do participante, a próclise será inibida.

(iv) A variante proclítica será favorecida no comportamento sociolinguístico dos participantes que nasceram no interior do país.

(v) A variável “Língua de intercomunicação” não exerce influência na colocação pronominal na comunidade de fala estudada.

5.3.2.2 As variáveis linguísticas

As variáveis linguísticas, a seguir apresentadas, foram elaboradas com base nos trabalhos de cunho variacionista de Lobo (1992), Vieira S. (2002), Vieira M. F. (2011, 2016), entre outros.

Os exemplos das respectivas variáveis foram retirados da amostra analisada.

VARIÁVEL 01: TIPO DE ORAÇÃO

?

Orações independentes sintaticamente (absoluta/principal e coordenada assintética)

Ex. 17 : “História já não me recordo” (F, Faixa B, Nível I, C).

Ex. 18: “[...] eu perguntei-lhe o que... que ele queria de mim e ele disse-me que tava a me levar pra me violar” (F, Faixa A, Nível III, C).

- Oração coordenada sindética;

Ex. 19: “Ele vinha sempre naquela casa do tio e eu me simpatizei com ele” (F, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 20: “[...] nossa tradição não pesa muito aqui na capital porque aqui na capital nós chegamos a ser aculturados por Brasil e Portugal, mas nas províncias vê-se que o povo sente ou receia muito o soba que é o chefe da tribo” (F, Faixa A, Nível III, C).

- Estrutura clivada:

Ex. 21: “Eu gosto porque acho que plantas é que nos dá o oxigênio, né?” (F, Faixa C, Nível III, I)

Ex. 22: “O coelho também lá estava e outros animais estavam a chorar de fome porque os pais é que lhes davam alimentação, os pais tavam mortos” (M, Faixa B, Nível III, I).

- Oração subordinada finita (Substantiva, Adjetiva e Adverbial)

Ex. 23: “Confesso que me apanhou de alguma forma desprevenido” (M, Faixa A, Nível III, C).

Ex. 24: “Ele prestava seus serviços na Angomédica e acredito que ele entrou no laboratório sem, sem luva, sem máscara e acho que intoxicou-se né?” (F, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 25: “Nos temos heroínas na luta de libertação nacional como por exemplo também temos na história antiga rainhas que se notabilizaram na luta de resistência” (M, Faixa C, Nível III, C).

Ex. 26: “Na minha infância?! Bem, na minha infância algo que me marcou foi mesmo a forma com que eu vivi a minha infância como era a escola” (H, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 27: “Penso várias vezes, porque... quando... quando se diz sexo sem camisinha... como é que eu ia dizer, é... use a camisinha pra se prevenir das do [cidas] né” (F, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 28: “Não podes mandar parar, baixar o volume, se não irritam-se contigo, mandam tu descer” (H, Faixa B, Nível II, C).

- Oração subordinada reduzida de Infinitivo:

Ex. 29: “Tava a levar um primo para me acompanhar” (H, Faixa B, Nível III, I)

Ex. 30: “Daí um dia nós descíamos novamente pra praia, pra praia, pra lá, pra nos divertir” (F, Faixa C, Nível I, I).

- Oração subordinada reduzida de Gerúndio:

Ex 31: “Algumas tão a... tentam, algumas tentam mesmo ver o mais velho, dar-lhe lugar do mais velho, respeitam lhe dando valor, mas alguns e algumas ficam a dizer: “sai daqui” (F, Faixa C, NÍVEL II, I).

- Oração subordinada reduzida de Particípio:
Não houve registro no *corpus*

VARIÁVEL 02: ELEMENTO QUE ANTECEDE O VERBO

- Posição inicial absoluta (nenhum elemento antecedente):
Ex 32: “Me chamo A. [ININT] da C.” (H, Faixa C, Nível III, C).

- Síntagma Nominal (doravante SN) - Sujeito nominal:
Ex 33: “Eu achava graça, fiquei assim a rir, a Ivania falou, a tia Teresa lhe disse: “o trabalho da Ju aqui e só cuidar das panelas e da cozinha” (F, Faixa A, Nível I, I).

- SN- Sujeito pronome pessoal:
Ex. 34: “Eu me matriculei a primeira vez, tive a estudar aqui no São Joaquim, na praia do Bispo. Comecei a estudar, meu filho de 14 anos, morre. Desisti. Depois fiquei uns tempos, fiquei, fiquei, fiquei” (F, Faixa C, Nível I, I).

- SN- Pronome indefinido:
Ex. 35: “Então, quando cheguei de manhã, quando deu 8 horas, alguém me transmite o óbito: Olha, o filho da tua irmã no Rangel morreu” (M, Faixa C, Nível I, I).

- SN- Pronome demonstrativo,
Ex. 36: “Não aprendem. Não aprendem muita coisa na escola. Depende muito de professores, porque professor mesmo de carreira, esse se empenha” (F, Faixa B, Nível II, I)

- Partícula de negação:
Ex. 37: “Eles foram lá pra irem lhe buscar, só que graças a Deus não lhe encontraram” (F, Faixa B, Nível II, I).

- Advérbios simples, (hoje, ainda, ali, depois, agora):

Ex. 38: “Pessoas hoje casam-se e voltam a se separar por quê?” (F, Faixa A, Nível III, C).

- Advérbios terminados em “mente”:

Ex 39: “Mas nós não temos visto isso agora, nos últimos tempos, nos últimos tempos, porque a sociedade infelizmente perverteu-se não é?” (F, Faixa A, Nível III, C).

- Locuções adverbiais

Ex 40: “Nós às vezes nos organizávamos, quando na escola quarenta e oito lá no Bié” (H, Faixa B, Nível II, C).

- Preposições (para, de, por, sem, a e em):

Ex. 41: “Todos falamos o português né, acabamos falando o português, para nos entendermos melhor” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 42: “Nunca levei, mas tô com precisão de levá-la” (H, Faixa B, Nível I, C).

- Conjunções coordenativas (aditiva, adversativa, conclusiva, alternativa e explicativa)

Ex. 43: “Os bandidos chegaram e levaram-me tudo o que eu tinha” (M, Faixa A, Nível III, I).

Ex. 44: “Então uma pessoa que vem das províncias para morar aqui em Luanda é um pouco difícil, mas acostuma-se, agora já gosto” (F, Faixa B, Nível III, I).

Ex. 45: “Nós amarrávamos esse capim, puxávamos, pegávamos e víamos as minas a saltarem a corda, portanto nos organizávamos e pronto, distraíamos assim e íamos também a saltar a corda” (H, Faixa B, Nível II, C).

Ex. 46: “[...] quando elas andam com essas barriguinhas, andam com as mamas de fora, porque nota-se já que mesmo a faculdade, nota-se já que somos todos adultos ninguém tem que controlar ninguém” (F, Faixa B, Nível III, C).

- Conjunção subordinativa adverbial

Ex 47: “A doença dela, quer dizer, ela, quando se manteu com seu marido, primeiro mês estava grávida logo ao nascer foi gémeos” (H, Faixa A, Nível I, I).

- Conjunção integrante se

Não houve registro

- Conjunção integrante que

Ex. 48: “Acho que me divirto todos os dias...” (M, Faixa A, Nível III, C).

- Vocativo

Ex. 49: “Ô, mô Deus, me ajuda, quale mal que fiz, para me sofrer isso tudo” (F, Faixa A, Nível I, C).

- Pronome relativo que

Ex. 50: “No *Mustico*, saí de lá muito pequena e é um dos pontos turísticos que me marcou” (F, Faixa C, Nível III, I).

- Outros pronomes advérbios relativos

Ex. 51: “Vamos falar essencialmente o que o MPLA fez nas zonas de libertação e que dentro nas cidades onde se desenvolveu a clandestinidade” (M, Faixa C, Nível III, C).

- Quantificadores

Ex. 52: “Eu estou a caminho de 70 anos, muitos mudou -se, não é os 32 anos, nós somos 32 anos de mudança” (H, Faixa C, Nível II, C).

- “Que” em estrutura clivada

Ex. 53: “Umas plantas frutíferas, então elas gostavam de vez em quando de ir naquelas flores que tinham lá... não sei como é que se chama” (H, Faixa B, Nível II, C).

- Elemento discursivo:

Ex. 54: “Nós éramos colegas, né, de ensino de base, nós éramos colegas, só que de {idades} diferente, né, e no momento de recurso nós nos encontramos, mas também éramos vizinhos, mas vizinhos que não se davam, sim, não cobiçavam essa coisa toda. Aí nos conhecemos, então, no momento do recurso, nós fomos ao recurso a uma cadeira, a uma disciplina”. (H, Faixa A, Nível II, C).

- Elemento de Foco:

Ex. 55: “De tanta convivência torna-se irmão ou família e aqueles amigos que só nos encontramos na escola, só nos encontramos na igreja, só nos encontramos em sítios que nós frequentamos cursos, aquele amigo que eu sinto que tamos sempre a conviver, quando eu quero aconselhar, chamo-lhe de maneira particular né?” (M, Faixa A, Nível II, C).

Na descrição apresentada acima, pode-se identificar “início absoluto de período”, “elementos proclisadores tradicionais (partículas que atraem o pronome para

antes do verbo)” e “elementos não proclisadores”. Essa definição foi baseada não apenas na tradição gramatical (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011; CUNHA; CINTRA, 2016), mas também nas gramáticas descritivas (PERINI, 1996; CASTILHO, 2010; BAGNO, 2013) e nos estudos descritivos (LOBO, 1992; MARTINS, A., 1994; VIEIRA, S., 2002; VIEIRA, M. F., 2011, 2016; CAETANO, 2019 dentre outros).

No quadro 07, a seguir, são agrupados os fatores constitutivos da variável “Elemento que antecede o verbo” em quatro subgrupos (contextos). Essa separação se justifica para verificar se a regra, nos contextos sintáticos, é variável, semicategórica ou categórica e, posteriormente, comparar os resultados alcançados nesta pesquisa com os obtidos por outros pesquisadores.

Quadro 07: Agrupamento dos fatores segundo o contexto antecede ao clítico pronominal

V1	Elemento proclisador tradicional	Elemento de próclise facultativa	Elemento não proclisador tradicional
Verbo em posição inicial absoluta.	<ul style="list-style-type: none"> Partícula de negação; Pronome relativo; Operadores de foco; Quantificadores; Elementos subordinativos; Elementos discursivos; Outros pronomes relativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Preposição; Advérbios/locuções adverbiais 	<ul style="list-style-type: none"> Sujeito; Conjunção coordenativa.

VARIÁVEL 03: MODO E FORMA VERBAIS

- Indicativo

Ex. 56: “O carnaval daqui é o carnaval de sempre, não é? É... as... os carnavalescos apresentam-se com... é... como é que chama, como é que chama... tem uma boa apresentação” (F, Faixa C, Nível III, I).

- Subjuntivo

Ex. 57: “No tempo foi na ilha quando vivia na ilha. Então, quer dizer, eu próprio, como não me encontrasse, levaram meu negócio” (H, Faixa A, Nível I, I).

- Imperativo

Ex. 58: “Então nós metemos a chorar e a minha tia pediu: “ah faça o favor, não nos leva, porque ainda agora nós ficamos sozinhos, não sei quê... minha mãe faleceu, meu pai também faleceu” (F, Faixa B, Nível II, I).

- Infinitivo

Ex. 59: “Bem, eu conheci o...Bom Jesus, aqui no Bengo que pra mim foi maravilhoso, nunca tinha visto, ver tanta terra devastada muito, muito, muito espaço para se erguer grandes estruturas” (H, Faixa A, Nível II, C).

- Gerúndio

Ex. 60: “Algumas tão a... tentam, algumas tentam mesmo ver o mais velho, dar-lhe lugar do mais velho, respeitam lhe dando valor, mas alguns e algumas ficam a dizer: “sai daqui” (F, Faixa C, Nível III, I).

Particípio

Não houve ocorrência

VARIÁVEL 04: TIPO DE CLÍTICO

- Me

Ex. 61: “Lembro-me, lembro-me de uma” (F, Faixa C, Nível III, I).

- Te

Ex. 62: “Eu falei... eu disse: eu dei-te quinhentos” (H, Faixa A, Nível I, C).

- O (s) e A (s)

Ex. 63: “Eu o conheci no hospital de socorro médio” (F, Faixa B, Nível II, I).

- Se (reflexivo)

Ex. 64: “Portanto, eu pertenço a geração dos anos sessenta, geração quando uma jovem engravidou-se, ela automaticamente tinha que ser posta ou fora de casa” (F, Faixa C, Nível III, I).

- Se (indeterminador)

Ex. 65: “Nunca, felizmente nunca e eu tô preparado porque nunca se sabe quando é que virá acontecer, né? Nunca se sabe, porque a qualquer momento, nós podemos ser assaltados” (H, Faixa A, Nível II, C).

- Se (apassivador)

Ex. 66: “O brasileiro normalmente... eu vou comparar com o Brasil, porque o nosso português assemelha-se mais com o de Portugal” (F, Faixa B, Nível III, C).

- Vos

Não houve ocorrência¹³

- Lhe (s)

Ex. 67: “Porque os dono do carro, preço que lhe pede é para conseguir a comidinha não é fácil” (F, Faixa A, Nível I, C).

- Nos

Ex. 68: “Eu gosto porque acho que plantas é que nos dá o oxigênio, né? Nos traz, nos dá o oxigênio” (F, Faixa C, Nível 1, I).

- Forma contraída

Não houve registro no *corpus*.

No ato da codificação dos dados, utilizaram-se os seguintes critérios:

(i) Quando, em uma mesma oração, há a presença de elemento proclisador tradicional e o outro não, o primeiro sempre foi considerado como o elemento antecedente, como pode ser verificado nestes exemplos:

Ex. 69: “Portanto, eu pertenço a geração dos anos sessenta, geração quando uma jovem engravida-se, ela automaticamente tinha que ser posta ou fora de casa” (F, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 70: “Só que eu digo que eles me oiçam, porque eles brincam pouco ficam mais em casa assistir a novela” (F, Faixa A, Nível I, I).

¹³ Houve apenas uma ocorrência dessa variante, mas em estrutura oracional formada por complexo verbal, estrutura não considerada neste trabalho. Esta foi a ocorrência encontrada *no corpus*: “ele disse sim, então quando vocês estiverem, aí você pega, eu vou vos acompanhar até em casa” (F, Faixa I, B/N, C).

(ii) Quando há dois elementos proclisadores clássicos ou dois elementos considerados não proclisadores, nesses contextos, o mais próximo foi considerado, como pode ser visualizado nestes exemplos:

Ex. 71: “Eu gosto porque acho que plantas é que nos dá o oxigênio, né? Nos traz, nos dá o oxigênio” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 72: “Pessoas hoje casam-se e voltam a se separar por quê?” (F, Faixa A, Nível III, C).

Neste trabalho, não foram consideradas estruturas em que o clítico é duplicado, pois não fica clara se a posição é proclítica ou enclítica, conforme pode ser verificado nos exemplos a seguir retirados do *corpus*.

Ex. 73: “Me chamo-me A. V. M.” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 74: “Não, nós chamamos mais nome, a minha filha se chama-se Márcia, então às vez eu to lhe mandar ne eu digo assim Márcia por favor vem fazer isso pra tua mãe” (F, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 75: “Conheceram-se, conheceram-se hoje, se conheceram-se hoje, eles vão já...” (F, Faixa B, Nível 2, I).

Em relação a essas variáveis linguísticas, são aventadas estas hipóteses:

(i) Nos contextos de maior liberdade sintática – as orações não dependentes –, a regra é variável com preferência pela ênclise, enquanto as dependentes favorecem a próclise;

(ii) O contexto de V1 registra variação entre próclise e ênclise.

(iii) Não há uma dicotomia tão definida como no PE entre “Elementos proclisadores” e “Elementos não proclisadores”.

(iv) A variante proclítica é favorecida com o verbo no subjuntivo e na forma nominal no infinitivo.

(v) O clítico “se”, independentemente da função sintática que exerça na estrutura oracional, inibe a variante proclítica.

5.4 TRATAMENTO QUANTITATIVO DAS OCORRÊNCIAS

Após realizada a etapa de levantamento das ocorrências no *corpus*, os dados foram codificados com base nas variáveis linguísticas e sociais acima descritas e submetidas à análise estatística, utilizando, para tanto, o programa computacional Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

A primeira etapa de tratamento quantitativo das ocorrências forneceu um arquivo resultante da contagem de células no qual se apresentam os valores absolutos e a porcentagem das variantes em relação aos fatores em análise. Nessa etapa, alguns fatores não apresentaram variação, sendo, pois, o uso categórico (*knockout*). Para submeter o referido arquivo a um cálculo de pesos relativos, os fatores que não apresentaram alternância foram eliminados, posto que não apresentavam semelhanças para que fossem amalgamados a outros fatores. Tais variantes e seus respectivos resultados serão apresentados e discutidos na seção a seguir.

Assim, feita essa eliminação dos fatores com *knockout*, fez-se uma nova rodada, a qual forneceu os pesos relativos. Nessa etapa, o programa mostrou a atuação dos grupos de fatores controlados e indicou, em nível de relevância estatística, as variáveis relevantes e as que não atuaram no condicionamento da variável dependente. Nesta pesquisa, os pesos relativos, que indicam os fatores favorecedores ou não de cada variável controlada, referem-se à variante proclítica, visto que essa foi adotada como valor de aplicação.

Após se ter analisado o comportamento de cada fator separadamente, decidiu-se, ainda, amalgamar – em decorrência do baixo número de ocorrências – alguns fatores com dados em número reduzidos ou que se mostrarem estatisticamente significantes e que apresentaram semelhanças linguísticas e semânticas, de modo a realizar, dessa forma, uma nova rodada. A seguir, apresentam-se as variantes que foram amalgamadas:

Na variável 01, “Tipo de oração”, foram amalgamados os fatores “Oração subordinada finita substantiva”, “Oração subordinada finita adjetiva” e “Oração subordinada adverbial” em uma só variante “Orações subordinadas finitas”.

Em relação à variável 02, Elemento que antecede o verbo, foram juntadas as seguintes variantes: (i) “SN- Sujeito Nominal, Pronome Pessoal e Pronome Demonstrativo”, sendo amalgamados ao fator “Sujeitos”, (ii) “Advérbios simples e Locuções Adverbiais” foram incluídos no fator “Advérbios”, (iii) Preposição “para” e “de”, (iv) “Conjunção Aditiva, Conclusiva e Explicativa” amalgamadas ao fator

“Conjunções coordenativas”, (v) “Conjunção integrante que” e “Conjunção subordinativa adverbial” foram fundidas no fator “Elementos subordinativos” e (iv) “Vocativo” foi reunido a “elemento discursivo” .

Assim, logo após essa junção, foi realizada uma nova rodada para obtenção dos pesos relativos. Depois disso, realizou-se o cruzamento entre variáveis, com o objetivo de testar a interação entre elas, como o cruzamento de “Tipo de clítico x Tipo de oração” e “Escolaridade x Elemento que antecede o verbo”.

Como se pode observar, procurou-se descrever os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os resultados que serão apresentados e discutidos na Seção 6.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados da análise quantitativa e qualitativa da ordem dos clíticos pronominais em estruturas oracionais constituídas por apenas um único verbo obtidos na amostra do português urbano falado em Luanda.

Inicialmente, busca-se apresentar a distribuição geral dos resultados encontrados. Em seguida, apresentam-se as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes que atuam no condicionamento da variabilidade posicional dos clíticos e os cruzamentos realizados entre elas. Por fim, busca-se comparar tais resultados com os alcançados por outros pesquisadores no que diz respeito ao fenômeno em variedades do português, analisando as similaridades e as diferenças entre elas.

6.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RESULTADOS

Na amostra de fala analisada, encontrou-se um total de 723 ocorrências de clíticos pronominais em estruturas oracionais com apenas um único verbo, com esse na forma finita ou infinita, sendo, desse universo, 516 de próclise e 207 de ênclise. Na Tabela 08, apresenta-se a distribuição geral dos resultados alcançados.

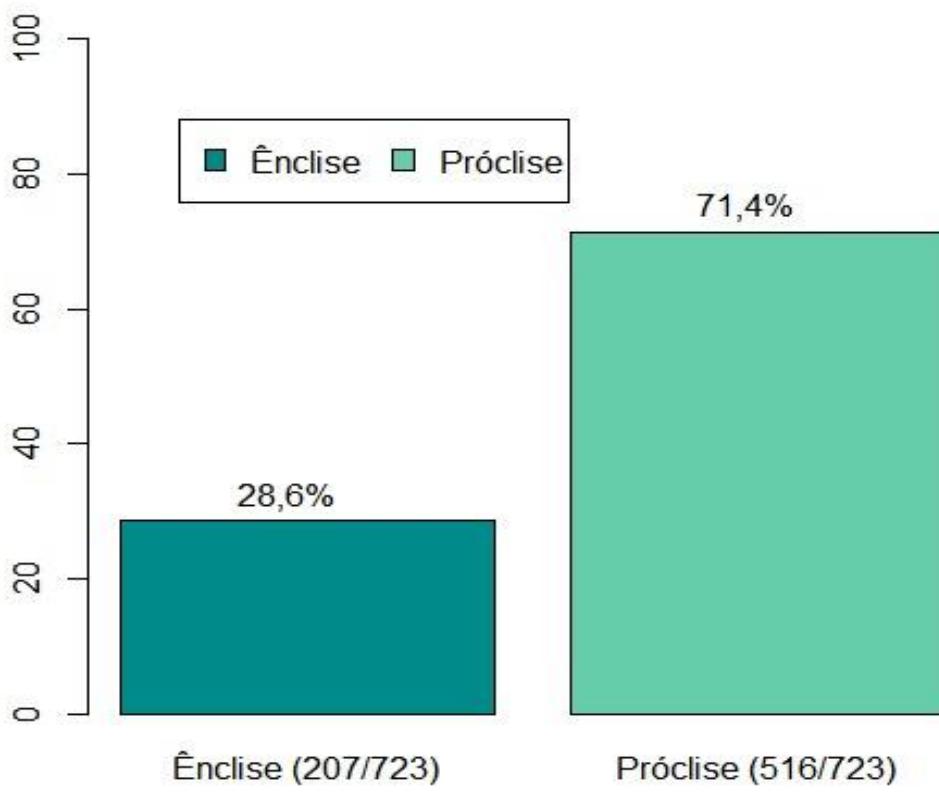
Tabela 08: Distribuição geral dos resultados referentes à ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples no português oral luandense

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Próclise	516/723	71,4%
Ênclise	207/723	28,6%
Mesóclise	0/723	0%

Fonte: elaboração própria

Para uma melhor visualização, seguem, no Gráfico 01, os valores absolutos e os percentuais referentes à distribuição dos resultados encontrados.

Gráfico 01: Distribuição geral dos resultados da ordem dos clíticos pronominais no português luandense com um constituinte verbal



Fonte: elaboração própria

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 01, a variação na ordem dos clíticos no português luandense consiste na alternância entre a próclise e a ênclide, sendo que a variante proclítica apresentou maior frequência de uso, revelando ser a posição preferencial. No entanto, esses índices gerais não são conclusivos, pois cabe analisar os contextos morfossintáticos em que o clítico ocorre, para verificar as semelhanças e as diferenças tanto qualitativas quanto quantitativas entre essa variedade, o PB, a norma europeia e as outras variedades do português.

De acordo com a categorização proposta por Labov (2003), tendo em vista que a frequência de uso das variantes ficou em torno de 5% a 95%, a variabilidade posicional dos clíticos pronominais no português urbano luandense configura-se como uma regra variável, confirmando, pois, a hipótese inicialmente levantada de que a ordenação dos clíticos pronominais no Português de Luanda é um fenômeno variável, mesmo conscientes de que a interpretação segura desses índices dependerá da análise por contexto estrutural, o que será feito adiante.

Conforme postulam os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, essa alternância não é livre, mas condicionada por fatores linguísticos e sociais. Considerando o valor de aplicação adotado neste estudo, a próclise, o programa computacional utilizado selecionou, em nível de relevância estatística, as seguintes variáveis como relevantes ao condicionamento da regra, apontando os fatores favorecedores da variante pré-verbal: (i) Tipo de oração, (ii) Elemento que antecede o verbo; (iii) Modo e forma verbais, (iv) Tipo de clítico, (v) Escolaridade e (vi) Língua de Intercomunicação. Por outro lado, não são relevantes, em termos estatísticos, na atuação da seleção da variante proclítica, as seguintes variáveis sociais: (i) Sexo, (ii) Faixa etária e (iii) Local de Nascimento. Vale destacar que, nessa rodada, o nível de significância foi de 0.015 e o *Input* de 0.884.

A hipótese de que, por não ser um fenômeno marcado socialmente, não haveria diferenças significativas em relação ao uso dos clíticos pronominais quanto ao sexo do participante foi confirmada, pois esse grupo de fatores não foi selecionado como relevante estatisticamente. Por outro lado, a expectativa de a variante pré-verbal é favorecida nas faixas etárias mais jovens (Faixa I e II) não foi confirmada, visto que essa variável social não é relevante do ponto de vista estatístico.

A seleção de fatores extralinguísticos no condicionamento do fenômeno no português luandense evidencia uma diferença em relação ao PE, pois os estudos variacionistas desenvolvidos com dados de fala e de escrita da norma do antigo colonizador mostram que apenas as variáveis estruturais exercem influência na ordem dos clíticos (LOBO, 1992; VIEIRA, S., 2002; VIEIRA M. F., 2011, 2016).

Nesse sentido, esses resultados evidenciam que o PE tem a ênclise como colocação preferencial, estando a próclise condicionada ao contexto sintático e aos elementos considerados proclisadores, o que não parece acontecer na amostra da variedade do Português em Angola, visto que, além dessas variáveis de natureza linguística, as variáveis sociais “Escolarização” e “Língua de intercomunicação” do participante se mostraram estatisticamente relevantes, cabendo, pois, uma análise da importância da escolarização na aquisição da ênclise e o papel do “multilinguismo generalizado” que caracteriza a realidade sociolinguística dessa nação.

Na subseção seguinte, serão apresentados os valores absolutos, a porcentagem e os pesos relativos referentes às variáveis selecionadas como favorecedoras da posição pré-verbal, bem como os cruzamentos feitos entre as variáveis.

6.2 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES

A primeira variável selecionada como estatisticamente relevante foi o “Tipo de Oração”. Na tabela 09, mostram-se os valores absolutos, os percentuais e os pesos relativos referentes à variável “Tipo de oração”.

Tabela 09: Aplicação da próclise segundo a variável “Tipo de oração” na amostra do português falado em Luanda-Angola

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso Relativo
Oração Subordinada Finita	169/194	87%	.71
Oração Coordenada Sindética	87/130	66%	.49
Oração Subordinada Reduzida de Infinitivo	54/66	81%	.48
Orações Independentes Sintaticamente ¹⁴	192/319	60%	.37

Fonte: elaboração própria

A princípio, vale destacar que os fatores “Estrutura Clivada” e “Oração Subordinada Reduzida de Gerúndio” não registraram variação, sendo, portanto, o uso da próclise categórico nesses contextos sintáticos. Para o primeiro fator, foram encontradas 13 ocorrências do clítico em posição pré-verbal em estrutura clivada. Em relação à segunda variante, registrou-se apenas uma única ocorrência da variante proclítica em oração de gerúndio.

Em vista do exposto, devido ao baixo número de ocorrências obtidas na amostra de fala do PA, não se pode afirmar que esses dois contextos são de próclise categórica nessa variedade. O contexto de gerúndio costuma registrar, em estudos anteriores, tendência contrária à ênclise. No entanto, no que concerne ao uso da colocação pronominal em estruturas clivadas, o resultado alcançado por Vieira M. F. (2011), no PE, atesta o favorecimento da posição pré-verbal nesse ambiente sintático. Para obtenção dos pesos relativos, retiraram-se esses fatores e realizou-se uma nova rodada. A seguir, apresentam-se alguns exemplos do clítico em estrutura clivada e o único caso do pronome em uma oração de gerúndio.

¹⁴ Chamam-se “Orações Independentes Sintaticamente” - Oração principal, Oração Absoluta e Coordenada Assindética

Ex. 76: “Elas gostavam de vez em quando de ir naquelas flores que tinham lá... não sei como é que se chama, um laço branco que as abelhas gostavam muito de comer aquilo” (M, Faixa B, Nível II, C).

Ex. 77: É daquele tempo. Ora bem, o que é que eu me recordo daquele tempo de música, daquele tempo?” (M, Faixa B, Nível 3, I).

Ex. 78: “Já, já. ja fui assaltada três vezes mas...uma das vezes é que me deixou de cabelo em pé, fiquei quase dois ou três meses sem conseguir ir pra rua de noite” (F, Faixa A, Nível III, C).

Ex. 79: “Algumas tão a... tentam, algumas tentam mesmo ver o mais velho, dar-lhe lugar do mais velho, respeitam lhe dando valor, mas alguns e algumas ficam a dizer: “sai daqui”, “não, vai-te lá... ou então não te conheço” (F, Faixa C, Nível 2, I).

Desse modo, feitas essas considerações iniciais, passa-se para a análise dos fatores estatisticamente relevantes para o condicionamento da variante proclítica.

A gramática tradicional prescreve que o uso da próclise é obrigatório em orações subordinadas desenvolvidas. Os estudos diacrônicos mostram que esse é um ambiente sintático de próclise categórica no PE (LOBO, 1992, 1996; MARTINS, A., 1994) e variável no PE contemporâneo, com tendência fortemente proclisadora (F. VIEIRA, 2011), e no PB contemporâneo (LOBO, 1992; ARAUJO; SILVA, 2019). Em linha similar, no português luandense, esse tipo de oração foi o único fator favorecedor da próclise, obtendo peso relativo de **.71**.

Dessa forma, a hipótese de que, nas orações dependentes sintaticamente (as subordinadas finitas e as reduzidas), a próclise seria favorecida foi parcialmente confirmada. Seguem alguns exemplos retirados da amostra a fim de ilustrar o favorecimento da posição pré-verbal nas “orações subordinadas”.

Ex. 80: “Não, mas é alí onde nos conhecemos, ele ia ali na minha rua onde eu morava” (F, Faixa C, Nível A, I).

Ex. 81: “Pertenço a uma religião que me possibilita, às vezes, sair com o grupo, o coral em que canto” (M, Faixa C, Nível 3, I).

Ex. 82: “Gostaria de ser motorista também não quer... não quer, é um trabalho que não me convém. Talvez um motorista, isso sim” (M, Faixa B, Nível II, C).

Ex. 83: “Quando me dizem assim: já são 13 horas, então vou pra casa, tomo banho, visto, venho na escola” (F, Faixa C, Nível I, I).

Por outro lado, a próclise é desfavorecida em “Oração coordenada sindética”, quando comparada às “orações subordinadas”, conforme evidencia o peso relativo de .49 e nas “Orações sintaticamente independentes”, com peso relativo de .37. Nesse sentido, a hipótese aventada de que nos contextos de maior liberdade sintática – as orações não dependentes –, a regra é variável com preferência pela ênclise foi confirmada.

Para aclarar o que foi afirmado acima, seguem alguns exemplos de “Orações coordenadas sintéticas” (exs. 84-85) e “Orações independentes sintaticamente”. Em relação a este fator, nota-se que a ênclise é favorecida, sobretudo em início absoluto de oração, como pode ser verificado nos exemplos 86 e 87.

Ex. 84: “Depois do, do, do deserto tem o mar que de longe parece uma miragem, mas deu pra confrontar com aquela imagem e era muito linda. Saí do deserto e deparei-me logo com o mar.” (M, Faixa B, Nível II, C).

Ex. 85: “Então, uma pessoa que vem das províncias para morar aqui em Luanda é um pouco difícil, mas acostuma-se, agora já gosto” (M, Faixa A, Nível 2, I).

Ex. 86: “Lembro-me, lembro-me de uma. É pra contar? A história de... Era mais fábulas, histórias de animais que falam... o coelho era sempre tido como animal espertalhão” (F, Faixa C, Nível 3, I).

Ex. 87: “Pra mim, posso dizer que começou logo quando falece a minha mãe. É... não conheci a minha mãe. Deixou-me com um ano de idade, depois que... depois da morte dela” (F, Faixa C, Nível 2, I).

Por fim, conforme visto na Tabela 09, o fator “Oração subordinada reduzida de infinitivo” também desfavorece o uso da próclise se comparadas às orações subordinadas desenvolvidas, como indica o peso relativo de .48. Nota-se, no *corpus*, que, no referido ambiente sintático, na maioria das ocorrências, o clítico vem precedido pela preposição “para”, que funciona como elemento proclisador, como pode ser visualizado nos exemplos a seguir.

Ex. 88: “Daí um dia, nós descíamos novamente pra praia, pra praia, pra lá, pra nos divertir” (M, Faixa A, Nível 2, I).

Ex. 89: “Fui reuniões com as mulheres trabalhadoras, implantávamos, trabalhamos junto do... dos sectores de decisão para se formar creches a preços relativamente baratos” (F, Nível C, Nível 3, C).

Como já afirmado anteriormente neste texto, a classificação apresentada a seguir, na Tabela 10, de “Início absoluto de período”, “Elementos proclisadores (partículas que atraem o pronome para antes do verbo)” e “Elementos não proclisadores” foi baseada nos estudos descritivos (LOBO, 1992; MARTINS, A., 1994; VIEIRA, S., 2002; VIEIRA, M. F., 2011, 2016; CAETANO, 2019, dentre outros).

Tabela 10: A aplicação da próclise segundo a variável “Elemento que antecede verbo” na amostra de fala do português luandense

Fatores	Aplicação/ Total	Porcentagem	Peso Relativo
Partícula de negação	91/94	96%	.92
Preposição “de” e “para”	43/48	89%	.68
Pronome relativo “que”	58/63	92%	.64
Operadores de foco	26/31	83%	.53
Quantificadores	2/3	66%	.46
Sujeitos	96/137	70%	.37
Elementos subordinativos	51/60	85%	.35
Outros pronomes relativos	8/11	72%	.34
Elementos discursivos	9/13	69%	.31
Advérbios e Locuções adverbiais	29/59	49%	.29
Posição inicial absoluta	16/34	47%	.14
Conjunções coordenativas	21/41	51%	.12

Fonte: elaboração própria

Em primeiro plano, vale pontuar que quatro fatores não apresentaram variação na ordem dos clíticos, visto que o uso da próclise foi categórico; são eles “Que em estrutura clivada” e “Sintagma nominal (SN) - Pronome Indefinido”, “Advérbios terminados em mente” e “Conjunção adversativa”.

Em relação à primeira variante, encontrou-se um total de 12 ocorrências. Apesar do baixo número de dados atestados, os resultados alcançados vão ao encontro de outras pesquisas (VIEIRA, M. F., 2011), confirmando o caráter proclisador desse elemento. Dessa forma, a fim de ilustrar o que foi afirmado, seguem alguns exemplos:

Ex. 90: “Eu gosto porque acho que plantas é que nos dá o oxigênio, né? Nos traz, nos dá o oxigênio” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 91: “Então estavam sentados na fogueira, estavam todos os animais na fogueira, o coelho também lá estava e outros animais estavam a chorar de fome porque os pais é que lhes davam alimentação” (F, Faixa C, Nível 3, I).

Ex. 92: “Da... da música que... que eu aprendi. É que algumas me voam da mente” (F, Faixa C, Nível 2, I).

No que tange ao segundo fator, registram-se cinco casos de próclise em que o pronome átono estava precedido por um “SN-Pronome Indefinido”, como pode ser visualizado nestes exemplos:

Ex. 93: “...aquele modo, gosto né? Alguém se expressar daquela forma. Mesmo assim, gosto.” (F, Faixa B, Nível III, I).

Ex. 94: “Bati cabeça, daí alguém me emprestou 150 dóla, paguei, você tratou do caso, então, quando sair a nota do pagamento, tens que pagar seiscentos dóla” (F, Faixa A, Nível I, C).

Ex. 95: “Então, quando cheguei de manhã, quando deu 8 horas, alguém me transmite o óbito: Olha, o filho da tua irmã no Rangel morreu” (F, Faixa C, Nível I, I).

Por outro lado, os três casos, em que o verbo vem precedido por advérbios terminados em “mente”, a ênclise foi categórica. De forma similar, as três ocorrências nas quais o vocábulo verbal vem antecedido por uma conjunção adversativa registraram ênclise categórica. Nesse sentido, seguem exemplos para ilustrar tal afirmação.

Ex. 96: “Antigamente, dificilmente tinha-se o hábito de levar as meninas assim pra um jantar, o que hoje já se faz” (M, Faixa A, Nível C, C).

Ex. 97: “A localização da minha residência, aonde eu me encontro, dificilmente vai-se ao cinema” (M, Faixa A, Nível C, I).

Ex. 98: “Mas nós não temos visto isso agora, nos últimos tempos, nos últimos tempos porque a sociedade infelizmente perverteu-se não é?” (F, Faixa A, Nível C, C).

Ex. 99: “Então uma pessoa que vem das províncias para morar aqui em Luanda é um pouco difícil, mas acostuma-se, agora já gosto” (F, Faixa B, Nível 2, I).

Ex. 100: “Bem, eu conheci como um Igramo [ININT] um íngramo, é um dos dias eu fui presidir tanto uma reunião cristão, uma reunião e vi ela, mas passou-se muito tempo nunca mais eu tinha visto” (M, Faixa C, Nível 2, I).

Ex. 101: “[Ola]... desde pequeno... desde pequeno eu sonhei fazer licenciatura em Biologia, mas doutorar-se em Medicina... doutorar-se em Medicina” (M, Faixa A, Nível 3, I).

Feitas essas considerações gerais, passa-se a analisar os fatores que favorecem e inibem a variante proclítica, verificando se os pesos confirmam ou não, na amostra de fala do português luandense, as tendências “proclisadoras” e “não proclisadoras” dos elementos apontados na literatura.

De início, vale pontuar que o fator que mais favorece a variante proclítica é partícula/advérbio de negação, com o peso relativo .92; de um universo de 94 ocorrências diante de tais partículas, apenas três foram de posposição diante de tal vocábulo, como pode ser observado nos seguintes exemplos. O peso relativo confirma o efeito proclisador das partículas de negação apontado pela literatura. No *corpus* estudado, a partícula predominante foi o advérbio “não”.

Ex. 102: “Aqui em Angola nós temos na província da Uila, no Lubango e também há.. já não lembro-me muito o nome” (F, Faixa A, Nível 3, C).

Ex. 103: “Alguém já vai responder do outro lado, “sim”. “Não, não compara-se mesmo” (F, Faixa B, Nível 3, C).

Ex. 104: “O meu patrão, eu sempre trabalhei com portugueses então... com um patrão, de todos os patrões que eu tive, ele nunca, nunca, nunca, nunca, nunca, nunca ensinaram-nos que nós tínhamos que tratar o patrão como tu” (F, Faixa B, Nível C, I).

O segundo fator favorecedor da anteposição do clítico na estrutura oracional é a preposição “Para” e “De”, com peso relativo de .68. A variante “De”, devido ao baixo número de ocorrências – apenas seis, sendo cinco de anteposição do pronome –, foi amalgamada a “Para”. Feitas essas considerações, seguem três exemplos para ilustrar o favorecimento da posição pré-verbal antes de tais variantes.

Ex. 105: “Tava a levar um primo para me acompanhar” (M, Faixa B, Nível C, I).

Ex. 106: “O meu curso é um curso em que há muito conteúdo pra se ler e às vezes por falta de tempo torna a coisa difícil” (M, Faixa A, Nível C, C).

Ex. 107: “Eu ficava ai tratar das crianças, dar banho nos filhos que é pra poder ir a escola, cozinhar e não teve oportunidade de me meter na escola” (F, Faixa A, Nível I, C).

O terceiro fator que atua como favorecedor da próclise foi o “Pronome relativo que”, perfazendo peso relativo de .64. Esse favorecimento indicado pelo peso confirma o efeito proclisador apontado na literatura para pronome relativo. Destaca-se que, inicialmente, submeteu à análise estatística, separadamente, “Pronome relativo que” e “Outros pronomes relativos”, mas apenas o pronome relativo “que” favorece a posição pré-verbal. Nos exemplos a seguir, é possível perceber a prevalência da próclise nesse ambiente sintático.

Ex. 108: “Porque, às vezes, tem de comparta-se dentro das normas que a gente pretende, então eu gosto assim, uma festa calma, sem muita, muita coisa que me atrapalha” (M, Faixa C, Nível I).

Ex. 109: “Bem, na minha infância, algo que me marcou foi mesmo a forma com que eu vivi a minha infância” (M, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 110: “Porque não temos esses institutos, e não temos professores que formam-se nessa área, para que possivelmente possam transmitir ou ensinar também os outros” (F, Faixa A, Nível 3, C).

O último fator selecionado como favorecedor da posição pré-verbal foi “Operadores de foco”, com peso relativo de .53. Abaixo, seguem exemplos desse elemento proclisador.

Ex. 111: “De tanta convivência, torna-se irmão ou família e aqueles amigos que só nos encontramos na escola, só nos encontramos na igreja, só nos encontramos em sítios que nós frequentamos cursos” (F, Faixa B, Nível A, C).

Ex. 112: “Quando você anda deve respeitar [ININT] deve respeitar seu pai para que ele também te respeita” (M, Faixa C, Nível B, I).

Em nível de relevância estatística, os fatores que não favorecem a próclise foram: “Quantificadores” (.46), “Sujeitos” (.37), “Elementos subordinativos” (.35), “Outros pronomes relativos” (.34), “Elementos discursivos” (.31), “Advérbios” (.29) e “Conjunções coordenativas” (.12).

No que tange aos quantificadores, vale pontuar que foram registradas, no *corpus*, apenas 03 ocorrências dessa variante antecedendo o verbo, sendo que, desse universo, em duas, a próclise foi registrada. Como pode ser observado, houve um baixo número de dados de colocação pronominal diante desse item, o que não permite fazer afirmações conclusivas a respeito desse fator nessa amostra, mas o peso relativo não confirma a tendência proclisadora apontada, nos estudos desenvolvidos, para tal variante. No exemplo seguinte, com o objetivo ilustrativo, está um pronome clítico precedido por um “elemento quantificador”.

Ex. 113: “Um pouco difícil porque a responsabilidade, quando não favorece, tudo as coisas fica um pouco difícil, mas, com a ajuda de Deus, as coisas **tudo se alivia** um bocado” (M, Faixa A, Nível I, I).

Quanto ao fator “Sujeito”, conforme descrito na metodologia, foram amalgamados a esse fator Sintagma Nominal (SN) Sujeito Nominal, Pronome Pessoal e Demonstrativo. Apesar da variante “Sujeito” não favorecer, em termos estatísticos, a próclise, o que confirma a tendência não proclisadora dessa variante, chama a atenção o número de ocorrências de próclise quando um sujeito precede o verbo, posto que, de um universo de 137 dados, 96 (70%) foram da colocação pré-verbal, o que evidencia uma tendência geral pela próclise, apresentando, assim, semelhança qualitativa com o PB (LOBO, 1992; VIEIRA M. F. 2016; ARAÚJO; SILVA, 2019) e uma diferença em relação ao PE e ao português são-tomense (VIEIRA, M. F., 2016), visto que esse ambiente é fortemente enclítico, como constatou Vieira M. F. (2016, p.145) na amostra do PE: “[n]o que diz respeito ao sujeito, foram encontradas 348 ocorrências e 39 com a variante proclítica.” (p. 145).

Desse modo, a fim de ilustrar essa tendência à próclise do fator “Sujeito”, seguem alguns exemplos de “SN- Sujeito Nominal”, de “SN- Sujeito pronome pessoal” e, por último, de “SN- Pronome Demonstrativo”.

Ex. 114: “**Os táxis se comportam** muito mal quando chove porque querem encurtar as distâncias, aumentar o preçário, isso é que nos complica tanto” (F, Faixa B, Nível 3, C).

Ex. 115: “[...] eu saí no quadro de honra como melhor aluna da escola e **ele me** incentivou a continuar (F, Faixa A, Nível 3, C)

Ex. 116: “Não aprendem muita coisa na escola. Depende muito de professores, porque professor mesmo de carreira esse se empenha” (F, Faixa B, Nível 2, I).

Em relação à variante “Elementos subordinativos”, a princípio, vale ressaltar que foi amalgamada a esse fator “Conjunção integrante que” e “Conjunção subordinativa adverbial”, pois, na primeira rodada, esses fatores, que têm função sintática semelhante, não foram favorecedores da próclise, o que contraria à tendência proclisadora desse fator já apontada pela literatura. Na amostra de fala do português luandense, quando o verbo vem antecedido por um “elemento subordinativo”, a próclise é inibida, mesmo essa variante sendo produtiva percentualmente, representando 85% dos dados. A variação no referido contexto pode ser visualizada nestes exemplos:

Ex. 117: “Me disseram [ININT]. Me disseram que o mermo senhor se encontrou com alguém que fez amizade comigo, tivemos a viajar juntos” (F, Faixa A, Nível I, C).

Ex. 118: “Angomédica e acredito que ele entrou no laboratório sem, sem lu, sem máscara e acho que intoxicou-se né?” (F, Faixa I, Nível 3, C).

Ex. 119: “Quando me dizem assim: já são 13 horas, então vou pra casa, tomo banho, visto, venho na escola” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 120: “Então, quando ele apercebe-se do perigo, já é tarde” (M, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 121: “Tô comovido já com essa situação, já não me assusto mais, a qualquer momento, eu sei também que poderei ir, poderei ir dessa pra melhor, conforme se diz” (F, Faixa A, Nível I, C).

O fator “Outros pronomes relativos” desfavorece a próclise, conforme evidencia o peso relativo de (.34). Embora o peso não confirme o favorecimento da próclise diante desse fator, a variante proclítica é a mais produtiva em termos percentuais, representando 72% das ocorrências. Os exemplos a seguir, retirados do *corpus*, evidenciam a variação diante desse elemento linguístico.

Ex. 122: “Vamos falar essencialmente o que o MPLA fez nas zonas de libertação e que dentro nas cidades onde se desenvolveu a clandestinidade” (M, Faixa C, Nível 3, C).

Ex. 123: “A pessoa em que batizou-me que era o padre andou comigo uns x metros” (M, Faixa C, Nível 2, I).

Além disso, outro elemento antecedente que desfavorece a anteposição do clítico é o fator “Elementos discursivos”, obtendo peso relativo de .31. A esse fator foi amalgamada a variante “Vocativo”, devido ao baixo número de ocorrências deste elemento antecedente. A seguir, com o objetivo de ilustrar, há exemplos dos referidos elementos antecedendo o conjunto “clítico-verbo”.

Ex. 124: “Prontos. De momento não consegui estudar, porque diz que mo pai falece e minha mãe, **quer dizer, me deixou** pequeno. Eu fui criado com meu avó” (M, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 125: “Você punha o joelho no chão: “**Senhor Jesus, procura-me** alguém pra vim me comprar aqui pra eu comprar qualquer pra me comer, Senhor Jesus...” (F, Faixa C, Nível I, I)

Ex. 126: “Onde mais que eu vou pedir dinheiro para me tirar minhas cosa. **Ô, mô Deus, me ajuda,** quale mal que fiz para me sofrer isso tudo” (F, Faixa A, Faixa A, Nível I, I).

Também desfavorece a próclise é “Advérbios”, obtendo peso relativo de .33, o que confirma a tendência não proclisadora dessa variante. Vale ressaltar que esse foi um dos únicos fatores que, em termos percentuais, a próclise ficou abaixo de 50%.

Na primeira submissão dos dados ao programa computacional Goldvarb X, foram analisados, separadamente, “Advérbios simples”, “Advérbios terminados em mente” e “Locuções adverbiais”, com o objetivo de verificar se haveria, estatisticamente, comportamento diferente para esses fatores. No entanto, como já dito anteriormente, advérbios terminados em “mente” registrou “ênclide” categórica e “Advérbios simples” e “Locuções adverbiais” não favorecem a próclise. Conforme informado na metodologia, foram amalgamados, nessa variante, “Advérbio simples” e “Locuções adverbiais”. A seguir, apresentam-se duas ocorrências, retiradas da amostra, de advérbios simples e locuções adverbiais em que é possível notar a variação nesses contextos.

Ex. 127: “As doenças que hoje existem porque já não é novidade pra ninguém. **Antes considerava-se** as doenças sexualmente transmissíveis como um tabu, agora esta na cara de todo mundo que são reais” (M, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 128: “Nosso primeiro filho tem dez anos, nosso primeiro filho já tem dez ano, **eu sempre lhe digo** [ININT] eu vivo contigo agora resta se preocupar” (F, Faixa A, Nível I, C).

Ex. 129: “**Depois disso abriu-se** mesmo alfabetização” (F, Faixa C, Nível 2, I).

Ex. 130: “Já! Já! Aqui a pouco mesmo, **até pouco tempo me assaltaram**” (M, Faixa B, Nível I, I).

Diferentemente do que se atesta no PE (LOBO, 1992; VIEIRA S. 2002; VIEIRA, M. F. 2011, 2016), da prescrição normativa (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011; CUNHA; CINTRA (2016) e no português são-tomense (F. VIEIRA, 2016), o contexto em que o verbo está em posição inicial absoluta (V1), isto é, sem nenhum elemento antecedente, é um fator que desfavorece a próclise, com peso relativo de .14, no português luandense, mas não implica ênclise categórica. Isso se evidencia, visto que, de um total de 34 ocorrências nesse ambiente, 16 foram de próclise, ou seja, 47% dos dados, como mostram os exemplos 102 a 106.

Dado o exposto, apesar do baixo número, vale pontuar que esse resultado aponta para uma diferença radical entre o português de Luanda e a norma do seu antigo colonizador e, por outro lado, uma aproximação, em termos qualitativos, com o PB e a variedade moçambicana.

Ex. 131: “...pública. E tinha que desistir, desistiu mesmo. E sofreu mais a parte da cabeça. **Me prejudicou** muito, ainda está assim. Anulou-se o ano, tava já no segundo ano. Tinha que anular por causa mesmo da doença” (F, Faixa B, Nível 3, C).

Ex. 132: “Gostei muito de ti como é que se chama? **Se chamo** A.” (F, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 133: “**Me esqueço também já**, me esqueço um pouco” (M, Faixa B, Nível II, I).

Ex. 134: “**Me chamo** A. [ININT] da C.” (M, Faixa C, Nível I, C).

Ex. 135: “Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no Samba 2. **Lhe dei** o endereço da minha casa” (F, Faixa C, Nível I, I).

As “conjunções coordenativas” são apresentadas na literatura como um fator não favorecedor da próclise; na amostra estudada, esse efeito não proclisador foi confirmado, visto que a variante “Conjunções coordenativas” – vale mencionar que foram amalgamadas nesse fator “Conjunções aditivas, conclusivas e explicativas”¹⁵ –

¹⁵ Vale ressaltar que não houve registro de conjunção alternativa no *corpus*.

desfavorece o uso da posição pré-verbal, como pode ser certificado pelo peso relativo de .12 e verificada a alternância entre a posição pré e pós-verbal nos exemplos a seguir.

Ex. 136: “Não, vinha da escola eu no gosto muito … de andar de candongueiro, sempre que possível prefiro andar a pé, especialmente quando tem muito engarrafamento, engarrafamento, **porque me agita** nas ruas, fico com dores de cabeça” (F, Faixa A, Nível 3, C).

Ex. 137: “Estou a mostrar a nossa intimidade, a nossa ligação, por aí eu consigo convencer com mais facilidade, **porque sente-se** como amigo” (M, Faixa B, Nível 3, I).

Ex. 138: “Apareceu um senhor com um starlete bebucho, ele parou **e cumprimentou-me**: Tudo bem? O que a senhora tá fazer essa hora?” (F, Faixa B, Nível I, C).

Ex. 139: “Assim que ela apareceu, os miúdos disseram: “Tia, a tua mana está a se rebolar no chão por causa de dinheiro. Minha irmã pegou os dois mil **e me deu**.” (F, Faixa C, Nível I, I).

Como descrito na metodologia, agrupando o elemento que antecede o verbo segundo o contexto estrutural em que tais elementos ocorrem, são obtidos os seguintes percentuais.

Tabela 11: A produtividade da próclise segundo o contexto antecede ao clítico pronominal

Contexto	Aplicação/Total	Porcentagem
V1 (Posição inicial absoluta)	16/34	47%
Elemento proclisador tradicional	245/275	89%
Elemento de próclise facultativa	72/ 107	67%
Elemento não proclisador	117/ 178	65%

Fonte: elaboração própria

Como pode ser visualizado na Tabela 11, o contexto V1, ambiente sintático não variável na história do PE e no PE contemporâneo e no português são-tomense e de generalização no PB, no português urbano luandense, apresentou variação entre próclise e ênclise, chegando a próclise a registrar 47% das ocorrências nesse contexto.

Quando o clítico está em um contexto em que existe um elemento proclisador tradicional, um elemento de próclise facultativa e elemento não proclisador, a taxa de próclise é superior a 60% em todos esses ambientes, evidenciando, assim, que, na amostra de fala do português luandense, não há um efeito efetivamente proclisador o que sugere uma similaridade com o PB.

Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese inicialmente levantada de que ocorreria um amplo quadro de variação nos mesmos contextos sintáticos, não registrando o português luandense uma dicotomia entre elementos proclisadores e não proclisadores tradicionais, como no PE.

A seguir, há apresentação e discussão dos resultados obtidos para a variável “Modo e forma verbais”

Tabela 12: A aplicação da próclise segundo a variável “Modo e Forma verbais” na amostra do português falado em Luanda-Angola

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso Relativo
Subjuntivo	28/29	96%	.91
Infinitivo	69/83	83%	.53
Indicativo	407/591	68%	.47
Imperativo	10/18	55%	.19

Fonte: elaboração própria

Primeiramente, vale registrar que houve duas ocorrências de verbo na forma nominal “Gerúndio” em que o uso da próclise foi categórico. No entanto, devido ao baixíssimo número de dados, não se pode concluir que esse é um contexto de anteposição pré-verbal categórica na amostra de fala analisada. Com a finalidade de constatar o que foi afirmado, seguem os dois exemplos:

Ex. 140: “Algumas tão a... tentam, algumas tentam mesmo ver o mais velho, dar-lhe lugar do mais velho, respeitam lhe dando valor, mas alguns e algumas ficam a dizer: “sai daqui” (F, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 141: “Eu acredito que, para além de satisfazer o meu lado físico que é trabalhando, estudando, me divertindo, tenho que aproveitar o meu lado espiritual” (F, Faixa A, Nível III, C).

Em vista dos resultados apresentados na Tabela 12, nota-se que o modo “Subjuntivo” favorece significativamente a próclise, como mostra o peso relativo de **.91**.

Tal resultado confirma a expectativa que havia a respeito desse fator, pois esse é o modo das orações subordinadas que, conforme discutido, são ambientes sintáticos fortemente favorecedores da anteposição do clítico.

Nessa conjuntura, analisando os valores absolutos, de um total de 29 ocorrências do verbo no subjuntivo, houve apenas uma única ocorrência de ênclise. Assim, nos exemplos seguintes, fica evidente o favorecimento da variante proclítica diante desse modo verbal.

Ex. 142: “Então disse que, antes que **eles me conhecessem**, eu também podia perguntar o nome deles e mostrava assim que não tinha nenhum medo de estar aí no meio” (F, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 143: “Pronto. No tempo foi na ilha quando vivia na ilha. Então, quer dizer, eu próprio, como **não me encontrasse**, levaram meu negócio” (H, Faixa A, Nível I, I).

O segundo fator favorecedor da anteposição do clítico foi a forma verbal “Infinitivo”, obtendo peso relativo de .53. O favorecimento da próclise diante desse fator confirma a hipótese inicialmente levantada de que essa forma verbal e o modo do verbo no subjuntivo favoreceriam a próclise.

A análise qualitativa dos dados mostra que esse favorecimento se deve ao fato de ser o clítico precedido por uma preposição nesses ambientes, como pode ser visualizado nos exemplos a seguir:

Ex. 144: “Mas se for lá na minha província, quer dizer, há muito trabalho **pra me exitar**. Não vou na lavra, às vezes, em casa memo, tem algo **pra me fazer**” (H, Faixa A, Nível I, I).

Ex. 145: “Ele disse-me que tava a me levar **pra me violar**, já entrei em pânico, mas depois ele deixou- me ir” (F, Faixa A, Nível III, C).

Por outro lado, o modo Indicativo mostra-se como desfavorecedor da variante proclítica, com índice de .47. A análise dos dados leva a aventar que esse modo verbal é fortemente influenciado pelo elemento que antecede o verbo, pois, quando há um elemento proclisador, a próclise ocorre; no entanto, caso não seja registrada a presença desses elementos, a posição pré-verbal é inibida. Portanto, essas evidências mostram que esse é um modo neutro para ordenação dos clíticos, diferentemente do Subjuntivo. Essa afirmação pode ser visualizada nos seguintes exemplos:

Ex. 146: “Não me meteram na escola, só tive mesmo lá a levar os filhos dele” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 147: “Fiz, mas infelizmente só acabou de fazer a sétima, pois tive outros contratemplos que não me deu possibilidade de continuar a estudar” (M, Faixa B, Nível II, C).

Ex. 148: “Normalmente, eu acordo às 5h30... 5h30, cinco e trinta da manhã, cinco da manhã e levanto-me, preparam-me, vou para o serviço às seis horas, seis e quarenta” (F, Faixa A, Nível 3, C).

Ex. 149: “O carnaval daqui é o carnaval de sempre, não é? É... as... os carnavalescos apresentam-se com... é... como é que chama, como é que chama... tem uma boa apresentação” (F, Faixa C, Nível III, I).

Também se mostrou desfavorecedor da posição pré-verbal o modo “Imperativo”, como ilustram os exemplos 150 e 151, perfazendo um índice de .19.

Ex. 150: “Algumas tão a... tentam, algumas tentam mesmo ver o mais velho, dar-lhe lugar do mais velho, respeitam, lhe dando valor, mas alguns e algumas ficam a dizer: “sai daqui”, “não, vai-te lá... ou então não te conheço” (F, Faixa C, Nível II, I).

Ex. 151: “Você perguntou, desculpa-me meu lapso, você perguntou sobre a flecha?” (M, Faixa A, Nível II, I).

Tabela 13: Aplicação da próclise na amostra de fala do português luandense segundo a variável “Tipo de clítico”

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso Relativo
Nos	81/87	93%	.89
Lhe	35/45	77%	.64
Te	17/20	85%	.56
Me	264/329	80%	.55
Se indeterminador	44/74	59%	.29
Se apassivador	64/136	46%	.23
O (S)/ A(S)	6/17	35%	.14
Se reflexivo	5/14	35%	.10

Fonte: elaboração própria

A princípio, é válido pontuar que a seleção da variável “Tipo de clítico” como condicionadora da ordem evidencia que o próprio pronome exerce influência na sua posição na estrutura oracional. Nesse sentido, conforme pode ser visualizado na Tabela 13, dos oito fatores que constituem a referida variável, quatro favorecem o uso da próclise

(Nos, Lhe, Te e Me) e quatro (Se indeterminador, Se apassivador, O/A(s) e Se reflexivo) desfavorecem o uso de tal posição.

Além disso, pode-se observar que não houve registro da forma “vos” em contextos de formas verbais simples e nem da forma contraída do clítico na amostra investigada. Vale ressaltar que o único caso registrado foi em estrutura oracional formada por complexo verbal, contexto não considerado no presente trabalho. Esta foi a única ocorrência encontrada no *corpus*: “ele disse sim, então, quando vocês estiverem, aí você pega, **eu vou vos acompanhar** até em casa” (F, Faixa A, Nível I, C).

Para essa variável, a hipótese levantada foi esta: o clítico “se”, independentemente da função sintática que exerça na estrutura oracional, inibe a variante proclítica.

Feitas essas considerações de forma geral, passa-se a analisar qualitativa e quantitativamente os resultados apresentados na Tabela 13.

O clítico “nos” apresenta uma forte tendência à variante proclítica, o que pode ser conferido com a obtenção do peso relativo de .89. Seguem alguns exemplos retirados da amostra de fala analisada em que é possível visualizar a realização da variante proclítica.

Ex. 152: “Eu conheci a minha esposa [ININT]. Eu vinha sempre aqui na ilha, **nos deparamos**... Gostei dela, ela também gostou de mim... **nos unimos**” (M, Faixa C, Nível I, C)

Ex. 153: “Em 74 casamos. Assim que **nos casamos**, fizemos só oito dias, quando nós viemos aqui em Luanda” (F, Faixa C, Nível I, I).

Além desse fator, foram selecionadas como favorecedoras da próclise as variantes “Lhe”, “Te” e “Me”. O pronome “Lhe” obteve peso relativo de .64, o clítico “Te” de .56 e o “Me” de .55. Em seguida, alguns exemplos desses clíticos em posição pré-verbal.

Ex. 154: “[...] não sendo um mais velho, né, errar, não ouvir também que uma **crianca lhe chame** a atenção” (M, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 155: “Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no Samba 2. **Lhe dei** o endereço da minha casa” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex.156: “[...] quando você anda deve respeitar [ININT] deve respeitar seu pai para que ele também te respeita” (M, Faixa C, Nível 2, I).

Ex. 157: “Há jovens mesmo que têm respeito. Quando se encontram assim com uma mais velha, dá um bom dia. Quando te encontram: Bom dia, mãezinha” (F, Faixa C, Nível I, I).

Ex. 158: Depois tive que mostrar que eu era daquela zona e que não me intimidavam de maneira alguma. Então disse que, antes que eles me conhecessem, eu também podia perguntar o nome deles” (M, Faixa C, Nível III, I).

Ex. 159: “Eu me matriculei a primeira vez, tive a estudar aqui no São Joaquim, na praia do Bispo” (F, Faixa C, Nível I, I).

Por outro lado, a variante proclítica é desfavorecida quando o clítico é “Se indeterminador”, “Se apassivador”, “Se reflexivo” e “O (s), A (s)”. Esse resultado confirma a hipótese levantada de que independentemente da função sintática que exerça o pronome “se” na estrutura oracional a variante proclítica seria desfavorecida.

De início, justifica-se que a discriminação do clítico “se” teve como objetivo verificar se a sua função sintática do pronome “se”, visto o seu caráter plurifuncional, influenciava a sua colocação. Tendo em vista que, na realidade sociolinguística brasileira, a ênclise resiste apenas em determinadas estruturas, a exemplo das indeterminadas, esperava-se que apenas o “se indeterminador” desfavoreceria a próclise. No entanto, essa hipótese não foi confirmada, posto que os resultados apontam que, independentemente do valor sintático, ele é um fator que inibe a variante proclítica, conforme evidenciam os pesos relativos de .29, .23 e .10 para, respectivamente, o “Se indeterminador”, o “Se apassivador” e o “Se reflexivo”.

A título de ilustração, seguem, abaixo, exemplos do “se” apassivador (160, 161), do “se” indeterminador (162, 163) e, por último, do reflexivo (164, 165), em que é possível perceber o desfavorecimento da próclise diante de tais pronomes clíticos.

Ex. 160: “Antes considerava-se as doenças sexualmente transmissíveis como um tabu, agora está na cara de todo mundo que são reais e a qualquer momento nós corremos o risco de poder contrair estas mesmas doenças” (M, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 161: “Já existe a prostituição, onde até já não existe o respeito pelos mais velhos, nem pela sociedade no geral, em que mesmo até na rua vê-se coisas que não caem bem a sociedade” (M, Faixa C, Nível 3, C).

Ex.162: “[Ola], entende-se normalmente. O que eles falam; entende-se normalmente. Entende-se muito bem” (M, Faixa B, Nível 3, C).

Ex. 163: “[...] Vai virando, põe os ingredientes: açúcar e o leite e já tá a papa. Não se fala mais nisso” (M, Faixa A, Nível 3, C).

Ex. 164: “Ele prestava seus serviços na Angomédica e acredito que ele entrou no laboratório sem, sem lu, sem máscara e acho que intoxicou-se né?” (F, Faixa A, Nível 2, C).

Ex. 165: “Também o jovem chegar aquele ponto, alguns deles drogam-se, aquela coisa toda” (M, Faixa B, Nível A, C).

Nesse contexto, como pode ser visto na Tabela 13, além do pronome “se”, o clítico “O (s)/ A(s)” desfavorece a próclise, visto que esse fator obteve peso relativo de .14. Em seguida, apresentam-se quatro exemplos dessa variante, nos quais é possível verificar um quadro de variação e o emprego da ênclise, apontado como preferencial.

Ex. 166: “[...] ela ficou um bocadinho atordoada, mas depois recuperou e a levantamos” (F, Faixa C, Nível II, I).

Ex. 167: “[...] hoje ainda vão produzindo ou reproduzindo de forma irresponsável, mas fazer ou procriar um filho, não basta pô-lo no mundo, é preciso ter condições para educá-lo, senão é como lançar as sementes à abutres” (M, Faixa A, Nível II, C).

Ex. 168: “[...] mesmo a de casos e duas mulheres que não vou dizer o nome, uma em Israel e outra Inglaterra, quando foi possível tomar decisões da guerra, tomaram-nas, portanto essa sensibilidade de não tomar decisão tudo depende das circunstâncias” (F, Faixa C, Nível 3, I).

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos a partir do cruzamento das variáveis “Tipo de oração” com “Tipo de clítico”.

Tabela 14: Distribuição de próclise e ênclise de acordo com o cruzamento das variáveis “Tipo de oração” *versus* “Tipos de clítico”

Tipo de oração x Tipo de clítico	NOS	ME	SE APAS.	LHE	SE INDETER	SE REFL.	O/A	TE	TOTAL
Orações independentes									
Próclise	34 87%	109 76%	12 21%	16 67%	12 39%	0	3 30%	6 67%	192 60%

Ênclise	5 13%	35 24%	45 79%	8 33%	19 61%	5 100%	7 70%	3 33%	127 40%
Orações coordenadas sindéticas									
Próclise	12 92%	45 70%	12 46%	8 89%	4 36%	0	1 100%	5 100%	87 67%
Ênclise	1 8%	19 30%	14 54%	1 11%	7 64%	1 100%	0	0	43 33%
Oração reduz. de infinitivo									
Próclise	0	32 89%	4 50%	2 67%	9 90%	1 100	0	1 100	54 82%
Ênclise	5 100%	4 11%	4 50%	1 33%	1 10%	0	2 100%	0	12 18%
Orações subordinadas									
Próclise	28 100%	74 91%	33 77%	7 100%	16 84%	4 57%	2 50%	5 100	169 87%
Ênclise	7 9%	10 23%	0	3 16%	3 43%	2 50%	0	0	25 13%

Fonte: elaboração própria

De início, é válido pontuar que os resultados obtidos para a variável “Tipo de clítico” revelam que o uso dos clíticos constitui uma regra variável. No entanto, o cruzamento desse grupo de fatores com “Tipo de oração” mostra que a regra varia de acordo com a oração em que o pronome aparece.

Nesse sentido, o pronome “Nos” é variável em “orações independentes” e “orações coordenadas sindéticas”, sendo a próclise a posição preferencial. De outra margem, a ênclise é categórica no momento em que o clítico “Nos” está em “Oração reduzida de infinitivo” e a próclise quando esse pronome aparece em “Orações subordinadas”.

O uso do pronome “Me”, independentemente do tipo de oração em que se encontra, é variável, sendo a posição pré-verbal a majoritária em todos os contextos oracionais. Por outro lado, o clítico “Se apassivador” apresenta um comportamento dessemelhante em relação ao “Me”, visto que a ênclise é amplamente favorecida nas “Orações independentes” e “Coordenadas sindéticas” e há uma variação equilibrada quando esse está em “Oração reduzida de Infinitivo”, posto que, nesse ambiente, foram encontradas 8 ocorrências, sendo 4 (50% de próclise) e 4 (50% de ênclise). Tal pronome apresenta um comportamento diferente do identificado até então nas orações subordinadas, pois, de um universo de 43 ocorrências, 33 (77%) foram de próclise nesse tipo de oração.

O pronome “Lhe” apresenta uma forte tendência à próclise, sendo a posição preferencial nas orações independentes, coordenadas sindéticas e reduzidas de gerúndio

e tal variante constitui uma regra categórica nas subordinadas, posto que as sete ocorrências registradas nesse tipo de estrutura foram de próclise.

A colocação do “Se indeterminador” é influenciada pela oração em que esse pronome aparece. Isso porque, nas “Orações independentes” e nas “Coordenadas sindéticas”, a posição enclítica é majoritária. No entanto, o comportamento se diferencia quando o “Se indeterminador” está em “Oração reduzida de infinitivo” e nas “Orações subordinadas”, porque, nesses ambientes, a posição mais produtiva é a próclise.

Em linha similar, o pronome “Se reflexivo” não apresenta uma tendência definida, visto que, nas “Orações independentes” e nas “Orações coordenadas sindéticas”, registrou uso categórico da variante enclítica. Esses resultados diferenciam-se dos obtidos em outras orações, pois houve apenas um único caso de próclise na “Oração reduzida de infinitivo” e variável nas “Orações subordinadas”, sendo das 7 ocorrências registradas nesse contexto, 4 (57%) de próclise e 3 (43%) de ênclise.

Em relação ao clítico de terceira pessoa “O/A (S)”, sua posição é condicionada pela oração em que ocorre. Isso fica evidente, porque, nas “Orações independentes”, das 10 ocorrências encontradas nesse contexto, 07 (70%) foram de próclise. Por outro ângulo, o uso desse pronome nas “Orações coordenadas” é categórico, sendo encontrada uma única ocorrência de próclise e, na “Reduzida de infinitivo”, os dois casos registrados são da colocação enclítica. Assim, nas “Orações subordinadas”, houve o registro de 4 dados; desses, 2 foram de próclise (50%) e 2 de ênclise (50%).

O pronome “Te” apresenta uma tendência à colocação pré-verbal. Nesse sentido, nas “Orações independentes”, houve variação, das 8 ocorrências, 6 (67%) são de próclise e, em todos os outros “Tipos de oração”, a variante proclítica foi categórica.

Portanto, os resultados alcançados com o cruzamento das variáveis “Tipo de oração” com “Tipo de clítico” evidenciam que os clíticos pronominais “Me”, “Lhe” e “Te” apresentaram uma tendência à próclise e o clítico “Nos” um quadro variável, com regra categórica em algumas orações. Quanto aos pronomes “Se/ apassivador/ indeterminador, reflexivo” e “O/A (S)”, a sua colocação é condicionada pela oração em que ocorre, não podendo depreender uma tendência definida como atestada nos outros pronomes.

Tabela 15: Aplicação da próclise na amostra de fala do português luandense segundo a variável “Escolaridade”

Fatores	Aplicação/ Total	Porcentagem	Peso relativo
Baixa ou nula	211/239	88%	.63
Ensino Médio	146/224	65%	.45
Superior	159/260	61%	.40

Fonte: elaboração própria

Segundo Votre (2017, p.52), “[a] observação do dia a dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as frequentam e das comunidades discursivas”. Nesse sentido, acredita-se que a variante proclítica faz parte do vernáculo luandense, sendo a ênclise adquirida via processo de escolarização. Por isso, a expectativa para essa variável era de que, quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo, maior seria a frequência da posição enclítica.

Tendo em vista os resultados apresentados na Tabela 15, fica evidente que a hipótese foi confirmada, visto que a próclise é favorecida entre os indivíduos que possuem baixa ou nenhuma educação formal, como aponta o índice de .63. Por outro lado, os indivíduos que possuem “Nível Médio” e “Nível Superior” inibem em seu comportamento linguístico a variante proclítica. Esses resultados sugerem que a ênclise não é adquirida de forma natural pelos luandenses, mas sim por meio do processo de escolarização.

Assim, a seguir, apresenta-se o cruzamento da variável “Escolaridade” com “Elemento que antecede o verbo”. Esse cruzamento foi realizado com o objetivo de verificar se, quanto maior o nível de escolarização formal do indivíduo, haverá uma maior convergência com a gramática tradicional, suposta norma de referência linguística.

Tabela 16: Distribuição de próclise e ênclise de acordo com o cruzamento das variáveis “Elemento que antecede o verbo” *versus* “Escolaridade”

CRUZAMENTO: “Elemento que antecede o verbo” <i>versus</i> “Tipo de oração”				
Elemento antecedente x Escolaridade	Baixa ou nula	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Posição inicial absoluta				34
Próclise	10 (83%)	4 (40%)	2 (17%)	16(47%)
Ênclise	2 (17%)	6 (60%)	10 (83%)	18 (53%)
Sujeitos				137
Próclise	52 (88%)	21 (64%)	23 (51 %)	96 (70%)

Ênclide	7 (12%)	12 (36%)	22 (49%)	41 (30%)
Operadores de foco				
Próclise	7 (100%)	8 (89%)	11 (73%)	26 (84%)
Ênclide	0	1 (11%)	4 (27%)	5 (16%)
Conjunções coordenativas				
Próclise	11 (69%)	7 (54%)	3 (25%)	21 (51%)
Ênclide	5 (31%)	6 (46%)	9 (75%)	20 (49%)
Preposição “para” e “de”				
Próclise	23 96%	5 100%	15 79%	43 (90%)
Ênclide	1 4%	0	4 21%	5 (10%)
Partícula de negação				
Próclise	26 100%	33 97%	32 94%	91 (97%)
Ênclide	0	1 3%	2 6%	3 (3%)
Elemento discursivo				
Próclise	2 (50%)	6 (86%)	1 (50%)	9 (69%)
Ênclide	2 (50%)	1 (14%)	1 (50%)	4 (31%)
Advérbios				
Próclise	5 (83%)	18 (50%)	6 (35%)	29 (49%)
Ênclide	1 (17%)	18 (50%)	11 (65%)	30 (51%)
Outros pronomes relativos				
Próclise	1 (100%)	3 (60%)	4 (80%)	8 (73%)
Ênclide	0	2 (40%)	1 (20%)	3 (27%)
Quantificadores				
Próclise	2 (100%)	0	0	2 (67%)
Ênclide	0	1 (100%)	0	1 (33%)
Pronome relativo “Que”				
Próclise	15 (94%)	14 (88%)	29 (94%)	63
Ênclide	1 (6%)	2 (12%)	2 (6%)	58 (92%)
				5 (8%)
Elementos subordinativos				
Próclise	23 (96%)	13 (81%)	15 (75%)	51 (85%)
Ênclide	1 (4%)	3 (19%)	5 (25%)	9 (15%)

Fonte: elaboração própria

A gramática normativa, norma de referência linguística para os luandenses, prescreve que não se pode iniciar oração/periódico com pronome oblíquo átono. Conforme pode ser visualizado na Tabela 16, à medida que o nível de escolarização do indivíduo aumenta, há uma diminuição de ocorrência de próclise em V1, fato que evidencia a influência da norma-padrão ensinada nas instituições de ensino no comportamento linguístico daqueles que tiveram acesso à educação formal.

O cruzamento das duas variáveis mostra que os elementos apontados na literatura como proclisadores (partícula de negação, preposição “de” e “para”, pronome relativo que, operadores de foco, quantificadores e elementos subordinativos),

independentemente do nível de instrução do participante, a colocação pré-verbal é majoritária e, em alguns casos, categórica.

A análise da Tabela 16 evidencia que, à proporção que o participante avança no nível de instrução formal, mesmo diante de elementos proclisadores, há um aumento no número de ênclise nesses contextos, o que pode ser interpretado como casos de hiper correção, fruto da influência da instrução escolar. No entanto, existe um baixo número da variante enclítica perante tais partículas atratoras, fato que sugere ser a próclise parte do vernáculo da comunidade de fala estudada e, por pressão da norma escolar, use-se a ênclise até mesmo em ambientes sintáticos os quais a próclise deveria ser categórica.

Os resultados alcançados mostram que a taxa de próclise diante dos elementos não proclisadores tradicionais (Sujeito, Conjunções coordenativas e Advérbios) diminui significativamente. Tal afirmação fica evidente, por exemplo, no uso da próclise entre os informantes que possuem pouca ou nenhuma escolaridade em estruturas oracionais precedidas por sujeitos que passa de 88% nesse nível escolar para 51% no nível superior e o uso da variante proclítica diante de conjunções coordenativas que vai de 69% no comportamento linguístico dos luandenses que possuem pouca ou nenhuma instrução formal a 3% entre os que posem nível acadêmico.

Logo, o cruzamento das variáveis “Elemento que antecede o verbo” e “Escolaridade” do participante evidencia a pressão da norma escolar no aprendizado de determinadas estruturas que convergem com a prescrição gramatical, como ênclise em posição inicial absoluta, aumento da ênclise diante de fatores não atratores e um uso preferencial da variante proclítica quando o verbo vem precedido de elementos proclisadores.

Passa-se a analisar os resultados fornecidos pelo programa para o grupo de fatores “Língua de Intercomunicação”.

Tabela 17: Aplicação da próclise segundo a variável “Língua de Intercomunicação” na amostra de fala do português luandense

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso Relativo
Fala o Português e apenas comprehende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais	102/105	97%	.90

Fala o Português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas locais	304/427	71%	.47
Fala apenas o Português (o indivíduo não entende nenhuma das línguas locais)	110/191	57%	.27

Fonte: elaboração própria

Diferentemente das variáveis clássicas controladas no presente trabalho (sexo, escolaridade e faixa etária), a variável “Língua de Intercomunicação” não foi distribuída por células. Conforme descrito na seção 05, a amostra analisada é constituída por informantes que têm o português como L1, não sendo possível, dessa forma, controlar a língua materna do indivíduo, porém o estudo desse grupo de fatores pode trazer pistas a respeito do papel do multilinguismo na atuação da ordem dos clíticos pronominais.

Primeiramente, pontua-se que a “Língua de Intercomunicação” utilizada pelos participantes da pesquisa evidencia o caráter multilíngue de Angola, em que a língua do antigo colonizador, o português, é utilizada para comunicação mútua, mas as línguas autóctones do grupo banto continuam sendo faladas em situações bem particulares, em especial, no ambiente familiar e pelos mais velhos. Tal afirmação fica evidente na fala dos participantes da pesquisa durante as entrevistas sociolinguísticas gravadas em Luanda, como nestes trechos:

Ex. 169: DOC: Então quando que se usa o Umbundu ?

INF: Quando?

DOC: Em que circunstância fala o Umbundu ?

DOC: “Eu falo o Umbundu se estiver no meio de pessoas que falam a mesma língua, né? Embora que eu não falo aquele Umbundu tão profundo, fala aquele mesmo que os nossos antigos, os nossos bisavós, os nossos avó, as nossas mães falam, né? Porque nós falamos mais o Umbundu ligeiro, muito assim de cima. Mas se tiver que... no meio, eu tiver a conviver no meio com pessoas que falam a mesma língua, eu falo. Nem que tiver em casa, na escola, na rua... é [Eu] falo Umbundu desde que tenha alguém que esteja a falar a mesma língua” (F, FAIXA B, NÍVEL II, I).

Ex. 170: DOC: Com quem tu falas o Umbundu? Quando é que tu falas o Umbundu?

INF “Prontos. Eu falo o Umbundu com quem, quer dizer, com os meus amigos, conforme que a gente estamo unidos. Esses todos como a nossa língua são o mesmo, falamos todos memo o nosso dialecto” (M, Faixa A, Nível I, I, falante de Humbundo).

Controlou-se, para a variável “Língua de Intercomunicação”, além das variantes apresentadas na Tabela 17, o fator “Fala mais uma das línguas locais do que o Português”, no entanto, nenhum informante declarou que usa mais as “línguas da terra” do que a do antigo colonizador. Esse fato pode ser compreendido como consequências das políticas linguísticas adotadas pela Coroa Portuguesa para impor a sua norma em detrimento das línguas autóctones. Conforme postula Mingas (2000), falar o português sem traços das línguas africanas era uma condição primordial para progressão social. Assim, paulatinamente, por uma questão de comunicação e até mesmo de oportunidades, o português foi sendo a língua mais utilizada nos centros urbanos (INVERNO, 2018, p.84).

Como pode ser visualizado na Tabela 17, os participantes que “falam o português e apenas comprehende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais” são os que favorecem o uso da variante proclítica, o que fica nítido com o índice do peso relativo de .91. Por outra margem, o participante que “Fala apenas o português, mas não comprehende nenhuma língua africana” inibe o uso da próclise (peso relativo de .27). Além disso, as pessoas que declararam que “Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas locais” também não favorecem, em seu comportamento linguístico, o uso da posição pré-verbal”, como mostra o peso relativo de .46.

Os resultados encontrados para essa variável de natureza social não confirmaram as hipóteses aventadas para ela. Primeiro, não se esperava que essa variável exercesse algum condicionamento na variação da colocação pronominal. Tal suposição foi formulada com base nos resultados obtidos por Araújo e Silva (2018), que investigaram a variabilidade posicional dos pronomes clíticos no português luandense em um *corpus* de informantes que tinham o português como L1 e L2 e a variável “Língua Materna” do participante não se mostrou estatisticamente relevante em relação ao fenômeno.

Em síntese, os resultados encontrados não são conclusivos, mas apontam para uma tendência da escolha da variante proclítica entre os informantes que falam o português e, em alguns contextos, falam e comprehendem uma ou mais das línguas locais.

6.3 BREVE COMPARAÇÃO DOS PADRÕES DE VARIAÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS EM VARIEDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Esta seção busca, prioritariamente, investigar as semelhanças e as diferenças qualitativas e quantitativas entre as variedades angolana, brasileira, moçambicana e são-tomense do português com o PE, suposta norma de referência linguística para essas variedades.

Com isso, será possível responder às seguintes questões de pesquisa: (i) No que tange à colocação dos pronomes clíticos em orações formadas por apenas um único verbo, no português falado em Luanda, esse fenômeno apresenta similaridades ou diferenças em relação aos padrões de colocação da variedade brasileira e de outros países que foram formados em circunstância histórica de expansão territorial e de dominação portuguesa? (ii) Os padrões de variação das variedades não europeias se distanciam ou se aproximam do PE?

A seguir, serão apresentados os resultados da distribuição geral de pesquisas que investigaram a ordenação dos clíticos pronominais em variedades do português e os resultados obtidos nesta pesquisa, com o fito de verificar as similaridades e as dessemelhanças dos totais, mesmo conscientes de que a interpretação segura desses índices dependerá da análise por contexto estrutural, o que será feito adiante.

Tabela 18: A colocação pronominal na variedade brasileira, são-tomense, europeia e moçambicana em lexias verbais simples

VARIEDADES	PRÓCLISE	%	ÊNCLISE	%
PB (VIEIRA, S. 2002)	1.221/1.369	89%	148/1369	11%
PB (VIEIRA, M. F 2016)	1.053/1088	97%	35/1088	3%
PE (VIEIRA, S., 2002)	383/729	53%	346/729	47%
PE (VEIRA, M.F, 2016)	1.453/2.664	55%	1.211/2.664	45%
PM (VIEIRA, S. 2002)	651/1.347	48%	696/1.347	52%

PM (CAETANO (2019)	293/462	63%	169/462	37%
PST (VIEIRA, M. F. 2016)	215/525	40%	310/525	59%
PA (ESTE TRABALHO)	516/723	71%	207/723	28%

Fonte: elaboração própria

De início, é válido pontuar que há uma similaridade entre as variedades do português no que diz respeito à variante intraverbal, pois essa não foi praticamente registrada em nenhuma variedade, havendo uma única ocorrência na amostra de fala do português são-tomense (PST), como constatou Vieira M. F. (2016).

Nesse contexto, vale a pena pontuar que a não ocorrência de dados de mesóclise nessas amostras, bem como em amostras de estudos diacrônicos (LOBO, 1922, 1996; PAGOTTO, 1992; MARTINS, 1994; CARNEIRO, 2005; LEMOS, 2019), não permite interpretação quanto a sua produtividade. Isso porque essa forma de colocação só ocorre com verbos no futuro, o que não está sendo controlado nesta comparação.

Em relação ao PB, os resultados obtidos por Vieira S. (2002) e Vieira M. F. (2016) confirmam que a colocação prototípica da variedade brasileira é a próclise. Nesse sentido, Vieira S. (2002) encontrou um percentual muito alto da próclise na amostra de fala analisada¹⁶, sendo tal variante, nas regras propostas por Labov (2003), uma regra variável. Em linha similar, a produtividade da posição pré-verbal também foi encontrada por Vieira M. F. (2016) em um *corpus* de língua falada, sendo a colocação proclítica ainda mais produtiva do que no estudo de Vieira S. (2002), pois, na amostra de fala investigada por Vieira M. F. (2016), a próclise constitui uma regra semicategórica.

Quanto ao PE, os resultados alcançados por Vieira S. (2002) e Vieira M. F. (2016) evidenciam que, diferentemente do PB em que há uma generalização da variante proclítica, a variação na ordenação dos clíticos pronominais constitui uma regra variável, havendo uma alternância equilibrada entre a próclise e a ênclise, em função da forte

¹⁶ Vieira S. (2002) analisou a ordem dos clíticos nas variedades brasileira, moçambicana e europeia da língua portuguesa em amostra de fala e de escrita, mas, nesta comparação, devido ao fato das pesquisas aqui sistematizadas serem desenvolvidas por meio de *corpus* de fala, decidiu-se considerar apenas os resultados alcançados por intermédio da amostra de fala.

atuação dos elementos proclisadores, sendo as duas variantes produtivas nas amostras analisadas.

No que tange ao PM, de forma similar ao PE, a colocação pronominal é uma regra variável, havendo uma distribuição equilibrada entre próclise e ênclise. No entanto, a comparação dos resultados alcançados por Vieira S. (2002) e Caetano (2019), obtidos em amostras diferentes de fala da variedade moçambicana, deixa evidente o crescimento da variante proclítica no *corpus* analisado por Caetano (2019), visto que, Vieira S. (2002) encontrou um percentual de 48% de próclise e Caetano (2019) 63% de tal posição. Por outro ângulo, é possível observar um decréscimo da variante pós-verbal, pois Vieira S. (2002), em um universo de 1.347, 52 % foram da ênclise, enquanto Caetano obteve, em relação a essa colocação, 37%. Entretanto, não é possível interpretar o que representam esses valores, porque não estão separados por contexto morfossintático.

No tocante ao PST, os resultados alcançados por Vieira M.F. (2016) mostram que essa variedade apresenta um comportamento diferenciado das outras, porque essa foi a que registrou a menor produtividade de próclise (40%) e a ênclise é a colocação preferencial, ficando em torno de 59% dos dados.

Quanto ao PA, a regra na ordem dos clíticos também é variável, sendo a colocação preferencial a próclise, apresentando um percentual muito alto de 71% em relação a 28% de ênclise, fato que, em certa medida, leva a uma aproximação quantitativa dessa variedade à norma brasileira e à moçambicana.

Em síntese, do ponto de vista quantitativo, é possível notar que a variedade brasileira se distancia da europeia e das africanas, pois há uma tendência à generalização da variante proclítica. Observa-se que o PE, norma de referência linguística para as ex-colônias portuguesas, há uma variação equilibrada entre próclise e ênclise, sendo as duas produtivas. Quanto à variedade moçambicana, a colocação pronominal constitui uma regra variável, sendo possível observar um crescimento significativo da próclise, se comparados os resultados obtidos por Vieira S. (2002) ao de Caetano (2016), este trabalho desenvolvido por meio de uma amostra mais contemporânea. Esse percentual leva a uma similaridade com o PA, porque a variante proclítica foi muito produtiva. O PST, no que diz respeito à ordenação dos clíticos pronominais, apresenta um comportamento peculiar não identificado nas outras variedades não europeias do português, posto que essa apresentou um menor percentual de próclise e um expressivo número de casos de ênclise.

A seguir, na Tabela 19, os resultados obtidos nesta pesquisa serão comparados a outras investigações desenvolvidas sobre a ordem dos clíticos pronominais em variedades do português, verificando, assim, as similaridades e as diferenças entre elas em relação ao contexto estrutural em que se encontra o pronome clítico.

Tabela 19: O percentual de próclise nos padrões de colocação dos clíticos nas variedades europeia, brasileira, são-tomense e moçambicana do português

VARIEDADES	PRÓCLISE		
	Início absoluto	Após sujeitos e conjunções coordenativas (elementos não proclisadores – GT)	Após tradicionais elementos proclisadores
PB (VIEIRA S., 2002)	66% ¹⁷	90%	97%
PB (VIEIRA M. F, 2016)	91%	97%	99%
PE (S. VIEIRA, 2002)	1%	10%	95%
PE (VIEIRA, M.F., 2016)	0%	11%	92%
PST (VIEIRA, M.F, 2016)	0%	21%	76%
PM (VIEIRA, S., 2002)	3%	12%	79%
PM (CAETANO, 2019)	18%	51%	91%
PA (ESTE TRABALHO)	47%	65%	89%

Fonte: elaboração própria

Considerando um *continuum* entre as variedades não europeias e o PE, nota-se que há, do ponto de vista qualitativo, semelhanças entre o PE e a variedade são-tomense, visto que, em início absoluto de período/ oração, a ênclise é categórica em ambas as variedades, sendo, pois, um contexto não variável, estando em consonância com a prescrição normativa. No entanto, vale fazer uma ponderação em relação ao estudo de Vieira S. (2002), posto que essa pesquisadora encontrou duas ocorrências no referido contexto sintático, porém essas não estavam em total início de período, por haver elementos discursivos anteriormente ao clítico nesse caso.

Por outro lado, observa-se uma similaridade entre o PB, o PA e o PM, variedades que foram formadas por meio de um intenso e prolongado contato entre línguas, porque, diferente do PE e do português são-tomense, o contexto de verbo em posição inicial absoluta é variável. A variação atestada no português falado nas referidas variedades nesse contexto sintático (V1) representa uma radical diferença qualitativa e quantitativa

¹⁷ O índice de próclise abaixo do esperado no início de período neste caso pode ser justificado, ao que parece, pelo uso constante de expressões cristalizadas e verbos de identificação como “trata-se”, “chama-se”, sobretudo na subamostra advinda do Corpus APERJ, que decorre da aplicação de um questionário etnolinguístico para a confecção de atlas.

dessas variedades não europeias com o PE, a tradição grammatical e o português são-tomense, pois esse é um ambiente não variável no curso do tempo no português em sincronias antigas (LOBO, 1992; 1996; MARTINS, A, 1994; MARTINS, M, 2009) e no PE contemporâneo (VIEIRA S., 2002; VIEIRA, M. F, 2011, 2016), de ênclise obrigatória segundo a prescrição normativa (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011; CUNHA; CINTRA, 2016) e no português são-tomense (VIEIRA, M. F. 2016).

Além disso, quando o verbo vem precedido por elementos não proclisadores, isto é, antecedido por sujeitos e conjunções coordenativas, o PE e o PST registram variação entre próclise e ênclise, mas, nesse contexto, a próclise fica em torno de 10 a 11% no PE e 21% no português são-tomense, o que evidencia a preferência pela posposição do pronome em relação ao vocábulo verbal.

No entanto, é possível verificar o alto índice de próclise diante de elementos considerados não atratores no PB e no PA. Na primeira variedade, o percentual de próclise é maior do que 90%, chegando a 97% na amostra de fala analisada por Vieira M. F (2016), configurando, dessa forma, uma regra semicategórica e, no PA, esse percentual chega a 65%. Esses resultados evidenciam um amplo quadro de variação não atestado no PE e no PST, sendo a variante proclítica produtiva nesses ambientes sintáticos, o que representa uma similaridade entre as variedades brasileira e angolana e uma certa divergência com o PST e o PE.

Quanto ao PM, nesse contexto de ausência de um proclisador clássico, os resultados obtidos por Vieira S. (2002) mostram que o índice da variante proclítica chega a 12%. Porém, em uma amostra de fala constituída mais recentemente, Caetano (2019) encontrou uma grande similaridade da variedade moçambicana com o PB e o PA, pois a pesquisadora alcançou, no referido ambiente sintático, 51% de próclise. Esses resultados divergentes para a mesma variedade e em *corpus* constituído em tempos diferentes sugerem que pode estar ocorrendo uma mudança em curso no sentido da ampla preferência da posição pré-verbal, inclusive em V1.

Diante de elementos proclisadores, conforme pode ser certificado na Tabela 19, o PA, o PE, o PB e o PM apresentam índices muito próximos, sendo a próclise não categórica, mas produtiva diante de tais fatores. De outra margem, é possível notar que, mesmo diante de elementos atratores da próclise, o PST apresentou um quadro significativo de variação entre próclise e ênclise, ficando, diferentemente dos percentuais das outras variedades, a variante proclítica em torno de 76%.

Em relação ao PM, nota-se que os resultados obtidos em amostras de fala constituída em tempos diferentes divergem. Isso porque, diante de elementos proclisadores tradicionais, no estudo de Vieira S. (2002), a próclise, nesse ambiente, fica em torno de 79%. Em contrapartida, Caetano (2019) encontrou no mesmo contexto sintático 91% da variante proclítica, o que ratifica a hipótese de que pode estar ocorrendo uma mudança em curso no sentido da ampla preferência pela posição pré-verbal.

Nesse sentido, conforme as regras postuladas por Labov (2003), a variação na ordem dos clíticos diante de elementos considerados proclisadores clássicos constitui, no PE, no PST, no PM, no PA uma regra variável, enquanto, no PB, se dá uma regra semicategórica.

Destarte, em um *continuum* de maior ou menor similaridades entre as variedades do português, conclui-se que o PE se aproxima tanto qualitativa quanto quantitativamente do PST, pois, nessas variedades, a ênclise é categórica em contexto de verbo em posição inicial absoluta e, diante de elementos não proclisadores, há os menores índice de próclise. Por outro lado, os índices apontam para uma similaridade entre as variedades brasileira, moçambicana e angolana do português e uma dessemelhança com o PE e o PST, a exemplo da variação em contexto de V1.

No contexto em que há elementos proclisadores, em todas as variedades, a próclise teve registro acima de 75% do total das ocorrências, constituindo uma regra semicategórica no PB e variável nas outras variedades. Os índices de próclise diante dos fatores atratores da variante pré-verbal no PM e no PST sugerem que há singularidades dessas variedades em relação ao PE, porque essas variedades africanas do português registram, em média, 77% de próclise diante de atratores e a norma europeia 93%.

As pesquisas sistematizadas nesta seção são de cunho variacionistas. Nesse sentido, os grupos de fatores que condicionam a ordenação dos clíticos nas variedades não europeias do português apresentam certa dessemelhança em relação ao PE. Isso porque a norma europeia tem a ênclise como variante não-marcada, estando a próclise condicionada apenas ao contexto sintático e aos elementos considerados proclisadores, o que não parece acontecer nas variedades africanas e na brasileira, pois a colocação pronominal é condicionada tanto por fatores linguísticos quanto por fatores socioculturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, pautada no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, teve como objetivo principal investigar a colocação dos pronomes clíticos no português oral luandense a partir de dados orais coletados em campo e levantados nas transcrições das entrevistas sociolinguísticas gravadas em 2008 e 2013, pertencentes ao banco de dados do projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, vinculado ao NELP da UEFS.

Na amostra analisada, encontrou-se um total de 723 dados de clíticos pronominais em estruturas formadas por um único vocábulo verbal, estando o verbo na forma finita ou infinita. Desse universo, 516 foram de próclise e 207 de ênclide, representando, respectivamente, 71,4% e 28,6% das ocorrências. Assim, segundo a categorização proposta por Labov (2003), a ordem dos clíticos pronominais no português luandense é um fenômeno variável. Portanto, a hipótese inicial aventada de que a ordem dos clíticos pronominais seria variável foi confirmada.

A variação na colocação dos clíticos é condicionada por grupo de fatores linguísticos e socioculturais. A atuação das variáveis sociais na seleção de uma variante à disposição do indivíduo apresenta uma diferença entre a variedade angolana e a europeia, já que a ordem dos clíticos no PE é condicionada puramente por fatores estruturais. Em razão disso, a hipótese de que, diferentemente do PE, a sintaxe dos clíticos pronominais no português luandense é condicionada tanto por grupo de fatores de natureza estrutural quanto social foi confirmada.

O valor de aplicação adotado, no ato da quantificação das ocorrências, foi a variante pré-verbal, e o programa computacional Goldvarb X selecionou, em nível de relevância estatística, estas variáveis: (i) Tipo de oração; (ii) Elemento que antecede o verbo; (iii) Modo e forma verbais; (iv) Tipo de clítico; (v) Escolaridade e (vi) Língua de Intercomunicação.

Em relação à variável “Elementos que antecedem o verbo”, nota-se que há dois contextos: o de V1, isto é, quando o verbo está em posição inicial absoluta e o de V2, quando o verbo é precedido por algum elemento. Em relação ao primeiro ambiente sintático, notou-se uma diferença significativa em relação à norma do seu antigo colonizador, pois, enquanto no PE e no português são-tomense, a ênclide é categórica em início absoluto de oração/periódico, no português luandense, registrou variação, pois o

clítico, assim como no PB e no PM pode iniciar a sentença, o que, qualitativamente, representa uma grande dessemelhança com o PE. À vista disso, a hipótese levantada de que o contexto de verbo em posição inicial absoluta é variável, diferenciando-se da norma do antigo colonizador, foi ratificada.

No que tange ao contexto de V2, os resultados apontam para duas direções distintas. Quando há, antes do vocábulo verbal, os fatores “Partícula de negação”, “Preposição De e Para”, “Pronome relativo que” e “Operadores de foco”, conforme evidenciam os pesos relativos, a próclise é favorecida. No entanto, não se registrou a variante pré-verbal categórica nesses ambientes. Por outro lado, o verbo, no momento em que não vem precedido por esses elementos favorecedores, a próclise é inibida, mas os valores absolutos apontam para um amplo quadro de variação nesses contextos, com uso preferencial pela próclise.

Os percentuais evidenciam que não há, na amostra do português luandense, um efeito efetivamente proclisador, visto que a próclise é produtiva em todos os ambientes sintáticos, inclusive diante de elementos não proclisadores tradicionais.

Em razão desses resultados, a hipótese levantada para essa variável, de que, por se tratar de uma variedade ainda em formação, haveria um amplo quadro de variação nos mesmos contextos sintáticos, de modo que a dicotomia entre elementos proclisadores e não proclisadores não é tão significativa como no PE, foi registrada, posto que, em alguns contextos fortemente enclíticos no PE, a exemplo do verbo precedido por um “SN-sujeito”, a próclise foi expressiva, o que aproxima a variedade angolana sobretudo à brasileira e à moçambicana e, em segunda estância, à são-tomense.

Além disso, a hipótese levantada de que, devido às circunstâncias históricas de formação, houvesse semelhanças entre o PA e as outras variedades formadas por meio do intenso contato linguístico e certo distanciamento com a norma do colonizador no que diz respeito ao fenômeno em foco foi ratificada, pois ficam evidentes as semelhanças entre o PB, a variedade angolana, a moçambicana, a exemplo da próclise em V1, e, em alguns contextos, a variedade são-tomense, próclise com sujeito e conjunções coordenadas. A análise comparativa entre as variedades quanto à ordenação dos clíticos pronominais mostra que, em um *continuum*, o PA é a variedade africana que está mais próxima do PB, visto que é possível verificar uma tendência à generalização da próclise em todos os contextos sintáticos.

Destarte, esses resultados corroboram a tese defendida por Petter (2015) e Avelar e Galves (2014) de que há um *continuum* entre as variedades constituídas em contexto histórico de colonização e expansão da língua portuguesa.

Em relação à variável “Tipo de oração”, a expectativa era que, nos contextos de maior liberdade sintática – as orações não dependentes, como as “orações coordenadas” – a regra fosse variável com preferência pela ênclise, enquanto as dependentes favorecem a próclise. Os resultados alcançados mostram que tal hipótese foi confirmada, pois apenas as “orações subordinadas finitas” favorecem a próclise.

Em síntese, acredita-se que a descrição e a análise da colocação dos pronomes clíticos em lexias verbais simples, tendo como base dados orais de uma variedade não europeia do português, realizadas nesta investigação, contribuem para a agenda de estudos que investigam as variedades do português na África, podendo, dessa forma, trazer evidências linguísticas que podem contribuir para a compreensão do papel do contato linguístico na formação do PB e de outras variedades formadas no contexto de expansão colonial portuguesa.

Nessa etapa de pesquisa, não foi possível investigar a variação na colocação dos clíticos em estruturas formadas por mais de um verbo e na amostra de fala do português como L2 que pertence ao projeto. Destarte, como etapas futuras, pretende-se dar continuidade e aprofundamento ao estudo sobre o fenômeno, investigando os padrões de variação na ordem dos clíticos em complexos verbais, verificar se há similaridade ou diferenças entre o PB e o PA e outras variedades africanas quanto à colocação em grupos verbais e se a língua materna do indivíduo interfere também no fenômeno.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Feliciano Paulo. **Guerra em Angola**: as heranças da luta de libertação e a Guerra Civil. Dissertação de Mestrado. Lisboa, 2011.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA; Manoel Crispiniano Alves da. Uma análise variacionista da colocação dos pronomes clíticos no português falado em Luanda-Angola. **Diálogos Pertinentes**: Revista Científica de Letras, v. 14, p. 147-167, 2018.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA; Manoel Crispiniano Alves da. A sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BA: uma comparação com o português luandense. **Revista Eletrônica do Nettli**. V.8. N.2. Jul-Dez, 2019.
- AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Revista Linguística (Online)**, v. 30, p. 241-288, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BANZA, Ana Paula. “O Português em Angola: uma questão de política linguística”. In Fiéis, Alexandra, Maria Lobo & Ana Madeira (org.). **O Universal e o Particular**: Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier. Lisboa: Edições Colibri; 2014.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (org.). **Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas**. São Paulo: Blucher, 2018.
- BIAZZOLI, Caroline Carnielli. **Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português**: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma. 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) -Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquista Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do português falado**, v. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CARNEIRO, Zenaide. **Cartas Brasileiras**: um estudo linguístico-filológico. (Tese de doutorado), Campinas: Unicamp, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, Norma

Lúcia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; TEIXEIRA, Eliana Pitombo; CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais (org.). **Variação Linguística em Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS Editora, v. 01, 2016.

CAREGNATO, Lucas. **Verso e reverso**: práticas sociais, econômicas, políticas no Kongo e no Ndongo e o domínio colonial português- séc. 15 a 17. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, 2011.

CAETANO, Ana Carolina Alves; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Análise variacionista da ordem dos clíticos pronominais no português de Moçambique. **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, p. 171-202, jan.-jun. 2021.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe. Guimarães; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. In: **Papia** – revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico (Brasília), v. 23, p. 105-185, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O ‘social’ da sociolinguística: o controle de fatores sociais. **Diadorim**. Rio de Janeiro, v. 08, p. 43-58, 2011.

GUY, Gregory. A Identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetal nos padrões de variação lingüística. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 28 e 29. p. 17-32, 2000.

GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia. Ordem dos clíticos. In: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, K., (org). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX[online]. Salvador:EDUFBA, 2009. p. 174-207. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 de Setembro de 2020.

GALVES, C., BRITTO H.; PAIXAO DE SOUZA, M. C.. The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. UNICAMP, (2005 [2002, 2003]).

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (Ed). **Los Criollos de base ibérica**: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2004.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (Ed.). **Português em contato**, Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 87-106, 2009.

INVERNO, Liliana. Contato linguístico em Angola. In: PINTO; Paulo Feytor; MELO, Sílvia (org.). **Políticas linguísticas em Português**. Lisboa: LIDEL, 2018.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In Paulston, C. B. & Tucker, G. R. (org.). **Sociolinguistics: the essential readings**, 234-250. Oxford: Blackwell, 2003.

LUCCHESI, Dante. As duas vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). **DELTA**. São Paulo. v.17, n° 1. p.97-132, 2001.

LUCCHESI, Dante. Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo, Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, ILZA, Ribeiro (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 2, p. 793-805, 2012.

LUCCHESI, Dante. Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Revista Gragoatá (UFF)**, v. 24, p. 227-255, 2019.

LOBO, Tânia. **A colocação dos pronomes clíticos em português**: duas sincronias em confronto. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org). **A Carta de Caminha**: Testemunho linguístico de 1500. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

LEMOS, Maiara da Silva. **A colocação dos clíticos em sentenças finitas**: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (Século XX). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

MARTINS, Ana Maria. Clíticos na História do Português. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

MARTINS, Marco Antônio. Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20. Tese (Doutorado em Linguística), Florianópolis: Programa de pós-graduação em Linguística, UFSC, 2009.

MARTINS, Ana Maria. **A posição dos pronomes pessoais clíticos**. In: RAPOSO, Eduardo Paiva; BACELAR, Maria Fernanda; MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa & MENDES, Amália. (org.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENDONÇA, Raimundo. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

MINGAS, Amélia Arlete. **Interferência do Kimbundo falado em Lwanda**. Lu-anda: Editorial Caxinde, 2000.

MINGAS, Amélia Arlete. **Português em Angola- reflexões**. MACAU, 21-23 de Abril de 1998.

PAGOTTO, Emílio Pagotto. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1922.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do Português**. 2^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola**: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. O continuum afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. (org.) **África-Brasil**: caminhos da língua portuguesa. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Ampliando a investigação no *continuum* afro-brasileiro de português. **PAPIA- Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares** São Paulo, 25(2), p. 305-317, Jul/Dez 2015.

PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. In: PETTE, Margarida. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETERSON, Márcia Saldanha. **A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor**: uma contribuição da sociolinguística variacionista. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2010.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

ROUVERET, Alain. Cliticização e tempo em português europeu. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, n.17, 1989, p. 9-37.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. GoldvarbX: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em 14 de junho de 2021.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAIS, Maria Aparecida. **Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro**. Linha d'água, n. 17, p. 22-41, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1

SILVA, Antônio Carlos Matias. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **Neari em revista**, v.4 n.5 2018.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A formação da identidade linguística do português falado em Angola: uma revisão bibliográfica e notas sobre a sócio-história. **Revista philologus**, v. 26, p. 61-78, 2020.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; SENE, Marcus Garcia; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Notas sobre o português falado em Luanda: Um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. **MIGUILIM - REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, v. 7, p. 337-353, 2018.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1985.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba, MARTIN, Vilma lia de Rossi. (org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP. Editora, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Aspectos da pronominalização no português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil. In: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos. (org.).

Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo. Feira de Santana: UEFS, 2013.

TIMBANE, Alexandre António; TAMBA; Pansau. A política linguística na África e situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das constituições. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**. Año 12, Volumen 12, octubre 2020.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; RIBEIRO, Ilza. Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro. **Linha d'água**, n. 17, p. 22-41, 2004.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. **Caracterização da norma do português em Angola**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora, Portugal, 2014.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana**: para a definição da natureza do clítico em Português. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2002.

VIEIRA, Maria de Fátima. **A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo**: uma investigação sociolinguística. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, Maria de Fátima. **A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense**: uma análise sociolinguística do português no início do século XXI. 2016. 238 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2016.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; VIEIRA, Maria de Fátima. A ordem dos clíticos pronominais no Português de São Tomé e no Português de Moçambique. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). **Duas variedades africanas do português**: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas. São Paulo: Blucher, 2018.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **CORPORAPORT: Variedades do Português em análise**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras-UFRJ. Disponível em: <www.corporaport.letras.ufrj.br> Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

VOTRE, Josué Sebastião. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.) **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2006.